UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JULIANA DO COUTO GHISOLFI

“HÁ DISTÂNCIA ENTRE INTENÇÃO E GESTO”:
a esquerda no poder e o combate às desigualdades no Brasil

Porto Alegre
2020

JULIANA DO COUTO GHISOLFI

“HÁ DISTÂNCIA ENTRE INTENÇÃO E GESTO”:
a esquerda no poder e o combate às desigualdades no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Ghisolfi, Juliana do Couto
"Há distância entre intenção e gesto": a esquerda no poder e o combate às desigualdades no Brasil / Juliana do Couto Ghisolfi. -- 2020.
186 f.
Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Esquerda. 2. Desigualdades. 3. Brasil. 4. Neoliberalismo. 5. Estado. I. Castro, Henrique Carlos de Oliveira de, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JULIANA DO COUTO GHISOLFI

“HÁ DISTÂNCIA ENTRE INTENÇÃO E GESTO”:
a esquerda no poder e o combate às desigualdades no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência Política

Aprovada em _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

(Orientador, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

_____

Profª. Drª. Carla Etiene Mendonça da Silva

(Pós-Doutorado FCE/ Departamento de Economia e Relações Internacionais/ UFRGS/ World Values Survey – WVS Brasil)

_____

Prof. Dr. Camilo Negri (Universidade de Brasília – UnB)

_____

Prof. Dr. Luís Gustavo Mello Grohmann

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

Para Alda, Aldo (in memoriam), Alex, Fabiana,

Flora e Luna,

pela vida, pelo amor.

Aos povos indígenas,

pela resistência e pelos aprendizados.

Às mulheres que tanto lutaram

e seguem lutando diariamente.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Mato Grosso, por incentivar a qualificação de seu corpo docente.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por ter possibilitado a minha primeira experiência docente.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, por terem possibilitado a realização deste trabalho.

Ao professor Henrique Carlos de Oliveira de Castro, pela orientação, pelo incentivo e pela liberdade ao longo do trabalho.

À professora Sonia Raninchesk, *in memoriam*, pela generosidade e pelo estímulo a revisitar a formação do Pensamento Político brasileiro.

Ao Lucas Greff Dias, sempre gentil e eficiente, muito obrigada.

Ao meu eterno mestre Reginaldo Moraes, *in memoriam*, pelo tanto que me ensinou – de beber água a pensar e escrever.

Às amizades, novas e antigas, pelo carinho, pelo apoio e pelas conversas que enriquecem a vida: Sinthia Cristina Batista, Cristiana Vasconcelos, Carlos Roberto Sanches, Sirlei Silveira, Alair Silveira, Roberto Boaventura, Raquel Vuelta, Luiza Castro, Fernanda Sunega, Elisa Mueller, Luis Fernando Vitagliano, Christiana Freitas, Vera Rodrigues, Gunter Zibell, Ana Paula Lopes, Andria Santin.

Aos queridos da UFMS, com quem vivi minha feliz primeira experiência como docente: Ana Gomes, David Tauro, Álvaro Banducci, Eli e Osmar Torres, Luciana Scanoni.

Um especial agradecimento às queridíssimas Maine Carvalho e Paula Marcondes, que sabem o quanto sou grata e feliz por nossa amizade.

À minha família: Alda (mãe, amiga, inspiração e revisora); Aldo (*in memoriam*, pai e antítese), Alex (companheiro amado); Fabiana (irmã e amiga amada); Flora (razão do meu amor); Luna (amada da tia); um especial agradecimento pelas ajudas que recebi dos meus sogros, Alex (*in memoriam*) e Dirce; e a Talyta, Giovanni e Danilo, por tanto aprendizado.

A Evalber, Carol, Theo, Berenice e Lúcio, pela acolhida afetuosa naquele momento tão duro.

Ai esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal

Meu coração tem um sereno jeito
E as minhas mãos o golpe duro e presto
De tal maneira que, depois de feito
Desencontrado, eu mesmo me contesto

Se trago as mãos distantes do meu peito
É que há distância entre intenção e gesto
E se o meu coração nas mãos estreito
Me assombra a súbita impressão de incesto

Quando me encontro no calor da luta
Ostento a aguda empunhadura à proa
Mas o meu peito se desabotoa

E se a sentença se anuncia bruta
Mais que depressa a mão cega executa
Pois que senão o coração perdoa

Soneto intercalado na canção "Fado Tropical", de Chico Buarque e Ruy Guerra.

RESUMO

Na América Latina, o século XXI teve início com a ascensão de governos de partidos considerados de esquerda. No caso brasileiro, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, foi o marco desse movimento. O cenário regional despertou expectativas e esperanças de transformações nas sociedades tão marcadamente desiguais. No entanto, medidas implementadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil não pareciam exatamente voltadas a combater as desigualdades no país. Acordos e leis em favor do setor do agronegócio, obras ligadas a projetos do regime militar, entre outras, levaram a alguns questionamentos: afinal, o governo do PT é de esquerda? As contradições entre discurso e práticas do partido no poder afetam, de alguma maneira, as políticas de combate às desigualdades socioeconômicas que caracterizam o Brasil? O que explica a perpetuação de tantas desigualdades no país? Para buscar compreender a situação, foram revisitados clássicos do Pensamento Político e do Pensamento Social Brasileiro e foram analisados os dados de algumas das Políticas Sociais adotadas ao longo do período de 1995 a 2014, voltadas ao combate às desigualdades sociais. As semelhanças dos resultados de diversas medidas implementadas nos governos do PSDB (1995-2002) e nos governos do PT (2003-2014) indicam que o discurso ideológico do partido que ocupa o poder não possui papel definidor das ações realizadas, pois limites impostos pelo próprio sistema político e econômico impedem reformas que alterem os privilégios da elite econômica e política.

Palavras-chave: Esquerda. Desigualdades. Brasil. Neoliberalismo. Estado.

ABSTRACT

In Latin America, the 21st century began with the rise of left-wing party governments. In the Brazilian case, the election of Luiz Inácio Lula da Silva, in 2002, was the milestone of this movement. The regional scenario aroused expectations and hopes for transformations in societies so markedly unequal. However, measures implemented by the Brazil's government of the Workers' Party (PT) did not seem exactly aimed at fighting inequalities in the country. Agreements and laws in favor of the agribusiness sector, construction works linked to projects of the military regime, among others, led to some questions: after all, is the PT government on the left? Do the contradictions between the ruling party's speech and practices affect, in any way, the policies to combat socioeconomic inequalities that characterize Brazil? What explains the perpetuation of so many inequalities in the country? To try to understand the situation, classics of Brazilian Political Thought and Brazilian Social Thought have been revisited, and data from some of the social policies adopted over the period from 1995 to 2014, aimed at combating social inequalities, have been analyzed. The similarities in the results of several measures implemented in the PSDB (Brazilian Social Democratic Party) governments (1995-2002) and in the PT governments (2003-2014) have indicated that the ideological discourse of the party in power does not have a defining role in the actions carried out, given that the limits imposed by the political and the economic system themselves prevent reforms that alter the privileges of the economic and political elite.

Keywords: Left-wing. Inequalities. Brazil. Neoliberalism. State.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ANDES-SN:	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
AL:	América Latina
ARENA:	Aliança Renovadora Nacional
BM:	Banco Mundial
CEPAL:	Comissão Econômica para a América Latina
DIEESE:	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FHC:	Fernando Henrique Cardoso
FMI:	Fundo Monetário Internacional
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH:	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA:	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISEB:	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LGBTQI+:	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e demais orientações de gênero e sexuais
MAB:	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC:	Ministério da Educação
MST:	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MDB:	Movimento Democrático Brasileiro
PL:	Partido Liberal
PMDB:	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD:	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD:	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSDB:	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL:	Partido Socialismo e Liberdade
PT:	Partido dos Trabalhadores
STF:	Superior Tribunal Federal

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Latinobarômetro: satisfação com a democracia no Brasil.....74
Gráfico 2 – Latinobarômetro: apoio à democracia no Brasil.....75
Gráfico 3 – IDH no Brasil.....80
Gráfico 4 – Analfabetismo no Brasil 83
Gráfico 5 – Trabalho com carteira assinada, por sexo 83
Gráfico 6 – Índice de Gini 84
Gráfico 7 – Evolução do salário mínimo 85
Gráfico 8 – Salário real X Salário Necessário (DIEESE).....86
Gráfico 9 – Alimentos e Commodities 88
Gráfico 10 – Reforma Agrária – Novos Assentamentos.....91
Gráfico 11 – Capacidade de novas famílias a serem assentadas X Novas famílias efetivamente assentadas.....93
Gráfico 12 – Domicílios particulares permanentes 98
Gráfico 13 – Rede coletora de esgoto.....99
Gráfico 14 – Endividamento Familiar – exceto crédito habitacional 100

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Liberalismo X Socialismo 29
Tabela 1 – Variação IDH na América Latina 81
Tabela 2 – Reforma Agrária 91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15
1 AS RAÍZES IDEOLÓGICAS DA ELITE ECONÔMICA DO BRASIL 24
1.1 O LIBERALISMO EM SUAS ORIGENS 24
1.2 A OPOSIÇÃO AO LIBERALISMO: O SOCIALISMO 28
1.3 O LIBERALISMO À BRASILEIRA 30
2 NEOLIBERALISMO X NEODESENVOLVIMENTISMO: RUPTURA OU 34
CONTINUIDADE? 34
2.1 NEOLIBERALISMO 36
2.2 NOVO DESENVOLVIMENTISMO, SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO OU ... 39
NEODESENVOLVIMENTISMO 39
3 DESIGUALDADES SOCIAIS, CIDADANIA E POLÍTICAS SOCIAIS 43
3.1 DIREITOS DE CIDADANIA E DESIGUALDADES SOCIAIS 43
3.2 CIDADANIA NO BRASIL 46
3.3 O CIDADÃO CONSUMIDOR 50
4 A ESQUERDA NO PODER – QUAL ESQUERDA? 54
4.1 ESQUERDA E IGUALDADE 54
4.2 IDEOLOGIA X PRÁTICA 56
4.3 QUAL ESQUERDA? 57
4.4 A ESQUERDA NO PODER E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS 60
4.5 DESIGUALDADES E DEPENDÊNCIA: UMA DECISÃO PRAGMÁTICA 63
5 GATTOPARDO – MUDAR PARA TUDO CONTINUAR IGUAL 65
5.1 AS BRECHAS E AS MUDANÇAS POSSÍVEIS 68
5.2 A DEMOCRACIA POSSÍVEL 73
6 A PRÁTICA: O QUE AS POLÍTICAS SOCIAIS REVELAM SOBRE AS 77
IDEOLOGIAS NO BRASIL 77
6.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 79
6.2 TRABALHO FORMAL, VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO E RENDA 83
6.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E O USO DA TERRA 87
6.4 DÉFICIT HABITACIONAL E SANEAMENTO 95
6.5 ENDIVIDAMENTO FAMILIAR 100
7 A CRÍTICA DE ESQUERDA AO NEODESENVOLVIMENTISMO 102

CONCLUSÃO **109**
REFERÊNCIAS **115**
ANEXO A – PL OFICIALIZA ALENCAR **125**
ANEXO B – CARTA AO P OVO BRASILEIRO FSP **127**
ANEXO C – CARTA AO POVO BRASILEIRO FPA **131**
ANEXO D – PRONUNCIAMENTO DE LUCIANA GENRO **136**
ANEXO E – PETISTAS HISTÓRICOS ANUNCIAM SAÍDA **140**
ANEXO F – DECRETO SOBRE USINAS NO PANTANAL **143**
ANEXO G – AMBIENTALISTA ATEIA FOGO AO PRÓPRIO CORPO **145**
ANEXO H – DISCURSO DE LULA: COMPANHEIRO MAGGI **147**
ANEXO I – PROIFES **155**
ANEXO J – PROIFES **158**
ANEXO K – ELIANE BRUM: BELO MONTE, NOSSO DINHEIRO E O BIGODE DO SARNEY **161**
ANEXO L – FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA: GERAÇÃO PT **177**
ANEXO M – LULA DIZ QUE MATURIDADE O AFASTOU DA ESQUERDA **181**

INTRODUÇÃO

O título desta tese é inspirado no soneto intercalado na canção *Fado Tropical*, do musical *Calabar, ou elogio da traição*, de Chico Buarque de Holanda e Ruy Guerra.

Para compreender as contradições entre o discurso e as práticas adotadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores, especialmente em relação às desigualdades econômicas e sociais que assolam a sociedade brasileira, foi necessário cavar fundo nas “Raízes do Brasil”. E lá, em nossas origens lusitanas, estão alguns dos traços que forjaram uma elite essencialmente mesquinha e autoritária. Revisitar e reconhecer tais características revelou-se salutar para entender por que, em pleno século XXI, ainda existem mais de 11 milhões de analfabetos no país, e quase metade das cidades brasileiras não possui coleta e tratamento de esgoto.

O projeto que deu origem a este trabalho surgiu de uma proposta de exercício para compreender uma série de incongruências perceptíveis nos governos brasileiros dos últimos anos, no contexto dos governos de esquerda eleitos em toda a América Latina na virada do século XXI.

Naquele cenário, de eleição de consecutivos governos de partidos considerados de esquerda, em diversos países da região, havia a expectativa, por parte dos setores progressistas e de esquerda, de que estava em curso uma almejada renovação de ares políticos, necessária para que pudesse ter início um processo de transformação social e econômica.

Após o longo período em que predominou o Neoliberalismo, com a implementação de algumas reformas institucionais, assim como diversas privatizações, que acarretaram perdas de empregos e de direitos – na medida em que muitos direitos passaram a ser tratados como serviços (saúde, educação e previdência, sobretudo) –, as sucessivas eleições de governos de esquerda indicavam que mudanças contrárias àquelas estabelecidas pelos anos de Neoliberalismo poderiam ocorrer, com impacto positivo no sentido de conter e reduzir as desigualdades que caracterizam o Brasil e a América Latina como um todo.

Contudo, olhando em retrospecto o cenário brasileiro, já no período da campanha eleitoral de 2002 existiam alguns indicativos de que talvez as mudanças

não viessem a ser tão efetivas e profundas: o PT, maior partido de esquerda no Brasil, escalou como seu candidato à Vice-Presidência um renomado empresário do setor têxtil, José Alencar[1]. Não por coincidência, o anúncio da coligação entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Liberal ocorreu no dia seguinte da divulgação da famosa *Carta ao Povo Brasileiro*[2], na qual o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva assumia o compromisso de cumprir os acordos estabelecidos pelo governo anterior, manter a política de superávit primário e estimular o agronegócio. Naquele momento, Lula e o PT estabeleceram uma "distância entre a intenção e o gesto". Em outras palavras: o PT manteve um discurso de esquerda e pró-igualitário, mas já na coligação com o Partido Liberal estava dada a contradição entre discurso e práticas:

> Com a consolidação da direita petista e o enfraquecimento dos movimentos sociais, o PT procurou se inserir cada vez mais na competição eleitoral, e a eleição de Lula para presidência tornou-se um dos principais objetivos do partido (Singer, 2010; Vieira, 2012). Argumenta-se que, nesse momento, marcado por uma flexibilização ideológica e um acentuado processo de burocratização, o PT teria se distanciado de suas pautas mais radicais como a reforma agrária e a reestatização (Vieira, 2012). No final da década de 1990, houve uma crise do modelo neoliberal de organização do Estado, com aumento da desigualdade e desemprego estrutural (Coutinho, 2006). Nesse contexto, em 2002, o Partido dos Trabalhadores liderou a oposição e, agora contando com o apoio de setores ligados ao grande capital, conseguiu a eleição de Lula como presidente da República e de José Alencar, do Partido Liberal, como vice-presidente (RIBEIRO; MENDES, 2019, p. 164-165).

Quem conhece teoria e história política sabe quem acaba cedendo mais quando trabalhadores se aliam aos patrões. Logo em seu primeiro ano de mandato, o presidente Lula promoveu uma reforma da previdência social que, entre outras mudanças, acabou com a integralidade da aposentadoria no serviço público, para "fazer justiça social":

> Segundo os dados do próprio MPAS, a média de aposentadoria por tempo de contribuição é de R$ 812,30, bastante acima dos R$ 362,00 utilizados para respaldar a retórica. Já a média da aposentadoria da maioria dos servidores federais fica em torno de R$ 1.038,00, conforme divulgado pela CUT [...]. Mas foi com base nessa comparação espúria que se defendeu a adoção do teto de R$ 2.400,00 tanto para os servidores como para os trabalhadores do RGPS e, por consequência, a extinção da integralidade para os servidores e o início da unificação dos regimes. Vale lembrar que cuidados foram tomados: sabendo que os militares seriam fonte de grande resistência a qualquer

[1] Ver Anexo A: PL oficializa Alencar para chapa com Lula.
[2] Ver Anexos B e C: Carta ao Povo Brasileiro.

> proposta, o governo não os incluiu, tal como foi feito no Chile de Pinochet (MARQUES, 2004, p.10).

Dentro do PT, houve discordância por parte de diversos parlamentares, mas

> [...] todo e qualquer encaminhamento contrário ou com caráter de emenda por parte dos deputados e senadores do PT foi impedido de ir adiante, tendo sido definida a adesão ao texto dos relatores, com as modificações negociadas pela direção do partido. Dessa forma, a iniciativa dos 30 deputados do partido, que em 29 de maio haviam lançado o manifesto "Retomar o Crescimento Já!", em que parte de seu conteúdo se refere a questões relativas à reforma previdenciária, não pôde ir adiante. Para isso não faltaram ameaças e pressões de toda sorte, impedindo a discussão e o esclarecimento dos vários pontos polêmicos da reforma. Dada a pressão, na primeira votação realizada na Câmara de Deputados, 24 votaram com o partido (mas fizeram declaração de voto criticando a proposta e explicando que estavam votando devido à disciplina partidária), três votaram contra e oito optaram pela abstenção. Os que votaram contra, junto com a senadora Heloísa Helena (Alagoas), acabaram sendo expulsos do partido e os que se abstiveram foram suspensos (MARQUES, 2004, p. 8).

Vale lembrar, os quatro parlamentares expulsos naquela ocasião – a então senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE) – foram taxados de radicais[3]. João Fontes foi o primeiro a ser expulso, pois teria divulgado um vídeo de meados dos anos 1980, no qual o presidente Lula atacava a reforma da previdência proposta pelo então presidente José Sarney – a mesma proposta que, em 2003, na Presidência da República, o PT fez aprovar. A partir daquelas expulsões, surgiu o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), que acabou atraindo outros parlamentares e membros do PT, descontentes com os rumos adotados pela gestão Lula – alguns quadros históricos, como Plínio de Arruda Sampaio[4], seu filho, o economista Plínio de Arruda Sampaio Jr., o deputado paulista Ivan Valente, o carioca Chico Alencar, entre outros.

Observando-se as ações do governo relacionadas à questão agrária e ambiental, particularmente a partir do centro-oeste do país, era bastante clara a associação do partido do governo com o agronegócio latifundiário. Por exemplo:

---

[3] Ver Anexo D: Pronunciamento de Luciana Genro.
[4] Ver Anexo E: Petistas históricos anunciam saída.

- No Mato Grosso do Sul, o governador Zeca do PT publicou, em 2003, o decreto 11409, que permitia a implantação de usinas de cana-de-açúcar[5] em pleno Pantanal. O decreto causou muita polêmica entre ambientalistas e o governador. Em 2005, o ambientalista Francisco Anselmo Gomes Barros, o Franselmo, imolou-se em praça pública[6], em protesto contra a mudança na legislação ambiental, causando uma enorme comoção, que resultou na revogação do decreto;
- Em seu discurso na solenidade de início do "Mutirão Arco Verde Terra Legal", nos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva dirigia-se a Blairo Maggi como "querido companheiro"[7], frase que se repetiu em diversas outras ocasiões e que também foi usada por Dilma Rousseff.

Com relação aos movimentos sindicais, no ano de 2005 ocorreu uma grande greve nas universidades federais, e a atitude tomada pelo governo foi a criação, pelo Partido dos Trabalhadores, de uma entidade sindical "chapa-branca", o PROIFES[8], com a qual o governo passou a negociar diretamente, ignorando o ANDES-SN, sindicato oficial da categoria. Assim, a cooptação de movimentos sindicais e sociais (como o caso do MST, que será abordado no capítulo 6), em estilo característico de governos populistas, marcou o tom das relações do governo petista com a sociedade civil organizada.

Mas essas eram observações que partiam de um "lugar de fala" bastante específico e, por isso, contagiadas de subjetividades.

Ao longo dos anos seguintes, diversas análises críticas ao governo começaram a vir a público, em diversas áreas de conhecimento, algumas realizadas por pesquisadores ligados a movimentos sociais e comprometidos com valores e princípios progressistas.

O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, histórico aliado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), expunha, em palestras e artigos, a desaceleração do Programa de Reforma Agrária e as reformas favoráveis aos

---

[5] Ver Anexo F: Decreto sobre usinas no Pantanal.
[6] Ver Anexo G: Ambientalista ateia fogo ao próprio corpo.
[7] Ver Anexo H: Discurso de Lula: companheiro Maggi
[8] Ver Anexos I e J: PROIFES.

ruralistas, como a regularização de terras griladas e, posteriormente, a Reforma do Código Florestal – medidas que, segundo o professor, favoreceram o desmatamento e os grandes proprietários de terras, conforme apontam alguns de seus trabalhos, citados no capítulo 6.

A decisão do governo de Dilma Rousseff de executar as obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, à revelia da mobilização dos povos indígenas, de ambientalistas e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), foi mais uma das ações que colocaram movimentos sociais[9] e setores da esquerda na oposição ao governo do PT, afinal, Belo Monte, uma obra erguida pelo PT, teve origem no

> contexto repressivo e totalitário da ditadura militar, quando se iniciaram os primeiros estudos de aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu no Pará. Esse período ficou marcado pela construção dos grandes projetos de aproveitamento hidrelétrico no Brasil nos marcos do projeto nacional-desenvolvimentista [...] (FAINGUELERNT, 2016, p. 249).

Em 2014, pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), coordenada pelo professor Marcelo Medeiros, indicava, a partir da análise de dados da declaração de imposto de renda, que os ricos haviam enriquecido no período 2006-2012. A partir daquela investigação, os autores perceberam que os dados referentes à mobilidade econômica, que o governo anunciava como indicadores da redução do percentual da população pobre no país, provavelmente eram bem menores do que se esperava. Outro estudo, que utilizava dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), teve sua divulgação adiada pela direção do IPEA, sob a alegação de não interferir na campanha eleitoral – os dados apontavam a estagnação da redução da miséria no país (DIRETOR..., 2014).

Assim, a partir da observação de diversas medidas, adotadas ao longo de três governos do Partido dos Trabalhadores, as quais não condiziam com o discurso de um governo de um partido de esquerda, surgiu o interesse por pesquisar tais contradições entre discurso e prática e como essas contradições estariam

[9] Ver Anexo K: Eliane Brum: Belo Monte, nosso dinheiro e o bigode do Sarney.

relacionadas com a visível permanência das profundas desigualdades da sociedade brasileira.

Quais eram, afinal, os reais impactos das políticas de combate às desigualdades adotadas no período daquele governo considerado de esquerda? Quão reduzidas foram as desigualdades? Quanto mudou o país, não apenas no acesso ao crédito e ao consumo, mas em estrutura básica, em educação, saneamento, etc.?

Inicialmente, foi importante abordar o modelo de desenvolvimento adotado no período, um modelo intervencionista e, ao mesmo tempo, estimulador da iniciativa privada, batizado por intelectuais ligados ao governo como “Novo Desenvolvimentismo”. Era também necessário analisar políticas voltadas a sanar desigualdades, assim como o debate sobre desigualdade e esquerda no poder.

A leitura do trabalho do professor Camilo Negri (2009) levou a alguns questionamentos: se a democracia representativa impõe restrições de conteúdo ideológico, inviabilizando a implementação de medidas que contrariem o Capitalismo, então será inviável adotar políticas que promovam impacto mais profundo e efetivo nas desigualdades? As políticas implementadas promoveram mudanças condizentes com um projeto de esquerda? Ainda faz sentido falar em esquerda? As incongruências entre discurso político e prática (as Políticas Sociais) impactam na forma como as pessoas escolhem seus representantes ou na credibilidade da democracia representativa?

A tese estava, então, formulada: As políticas públicas de combate às desigualdades sociais não promovem mudanças profundas porque são geridas e implementadas no âmbito da economia de Livre Mercado, um sistema desigual em sua essência, a despeito do discurso ou da postura ideológica do partido que esteja no poder.

As hipóteses eram as seguintes:

- A inclusão proporcionada por programas focalizados de combate à miséria contribui para a manutenção das desigualdades, uma vez que tal inclusão se dá pelo consumo de bens industrializados e de acesso ao crédito;

- A distância entre o discurso de inclusão e a realidade ou o efetivo alcance das políticas de combate à desigualdade torna desimportante para os cidadãos a distinção entre direita e esquerda e também abala os valores e as práticas democráticos, de maneira geral.

A pesquisa e as análises foram norteadas pelas seguintes questões:

- Há diferenças significativas no propósito e na lógica da elaboração e implementação de políticas públicas de redução de desigualdades promovidas por governos neoliberais e de esquerda no Brasil?
- Entre o discurso de ser de esquerda e a prática das políticas públicas implementadas, os governos brasileiros do período 2003-2014 mudaram o quadro de desigualdade no país?
- O modelo de democracia hegemônico no Brasil, por ser impermeável a propostas de conteúdos ideológicos que se oponham ao capitalismo e ao Livre Mercado, perpetua as desigualdades?
- Dada a “restrição de conteúdos ideológicos” que caracteriza o modelo democrático hegemônico, a distinção entre direita e esquerda permanece válida?

O objetivo do trabalho foi o de analisar a relação entre desigualdades sociais e ideologia na prática, a partir do estudo dos dados referentes às políticas públicas adotadas no Brasil. Ficou evidente que, para poder avaliar se as políticas adotadas no período 2003-2014 tinham relação com o discurso de esquerda que o PT anunciava, seria necessário comparar com o período anterior, dos governos neoliberais do PSDB, no período 1995-2002.

Para responder às questões acima indicadas e realizar o trabalho como um todo, foram adotados os seguintes procedimentos:

- Leitura e revisão de trabalhos acadêmicos sobre a desigualdade no Brasil, a fim de desenvolver um aporte teórico para a análise dos dados;
- Revisão da produção científica relacionada ao tema da tese, ao longo de todo o período de desenvolvimento do trabalho;
- Atualização de leituras e debates sobre a díade direita X esquerda;

- Levantamento de quais dados poderiam servir à comparação entre as políticas voltadas à redução de desigualdades nos diferentes períodos – 1995-2002 e 2003-2014;
- Análise dos dados socioeconômicos e relatórios de políticas públicas de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Apuração e cotejamento dos índices de desigualdade iniciais e finais no Brasil nos dois períodos em questão;
- Busca e acompanhamento de publicações sobre o tema em periódicos especializados e em jornais e revistas de ampla circulação.

Para tornar a leitura mais fluida, os capítulos foram assim organizados: a primeira parte, de fundamentação teórica, dos capítulos 1 ao 5, está encadeada de maneira progressiva e temática; na segunda parte, os capítulos 6 e 7 são destinados à análise de dados oficiais referentes às desigualdades no Brasil.

No capítulo 1, a proposta foi buscar elementos teóricos, históricos e ideológicos para a compreensão do tipo de Liberalismo que a elite brasileira adotou para si e a partir do qual estabeleceu suas relações com o Estado e com a democracia no Brasil. Conhecer e entender esse processo, que envolve teoria, ideologia e prática, auxiliará na compreensão sobre os modelos de desenvolvimento adotados e os limites impostos ao combate às desigualdades. Merece destaque, nesse capítulo, o conceito de **Capitalismo Dependente**, desenvolvido por Florestan Fernandes (1976) – essa formatação do Capitalismo é sustentada por uma estrutura de desigualdades, as quais marcam nosso país.

A finalidade do capítulo 2 é dar continuidade à construção teórica iniciada no capítulo 1, com a atualização das novas roupagens do Liberalismo nos séculos XX e XXI e, ao mesmo tempo, apresentar os dois polos da suposta oposição político-ideológica do período em foco neste trabalho: o Neoliberalismo, dos mandatos presidenciais do PSDB (1995-2002), e Novo Desenvolvimentismo, modelo de desenvolvimento adotado pelos mandatos do PT na Presidência da República (2003-2014). Posteriormente, no capítulo 6, são feitas a apresentação e a análise dos dados sobre desigualdade no Brasil, comparando-se os dois períodos.

No capítulo 3, são apresentados, a partir da discussão dos dois capítulos anteriores, elementos teóricos e históricos a respeito da relação entre cidadania e

Políticas Sociais, com o intuito de contribuir para a discussão sobre democracia no Brasil, tema dos capítulos 4 e 5.

No capítulo 4, foram buscados elementos que subsidiem uma reflexão sobre a esquerda no poder e o combate às desigualdades no Brasil, no contexto do Capitalismo Dependente, um sistema à prova de propostas e medidas igualitárias, como exposto por Camilo Negri, em sua discussão sobre a **"Restrição de Abrangência de conteúdos ideológicos"** – o segundo dos cinco conceitos utilizados neste trabalho, fundamentais para compreender o sentido de estagnação e perpetuação das desigualdades no país, no plano teórico. Os dados sobre desigualdades sociais, a face empírica dessa estagnação, serão o tema do capítulo 6.

O capítulo 5 foi elaborado com o intuito de apresentar uma análise das relações da elite brasileira com o Estado e com a democracia, a partir do aparato teórico apresentado nos capítulos anteriores e de outros três conceitos: **"Revolução dentro da Ordem"**, de Florestan Fernandes (1976); **"Peemedebismo"**, do filósofo Marcos Nobre (2013); e **"Democracia Inercial"**, do professor Marcello Baquero (2018). Tais conceitos possibilitam compreender como se deu a criação de uma "capa de impermeabilidade" (ou de "blindagem", nos termos de Marcos Nobre) do Estado brasileiro contra demandas e mobilizações sociais. Essa impermeabilidade tem reflexos econômicos, sociais e políticos e resulta naquilo que Baquero denomina de "Democracia Inercial", que aponta para uma crise da democracia em países subdesenvolvidos – ou de Capitalismo Dependente, como o Brasil.

Finalmente, no capítulo 6, são apresentados e comparados os dados sobre alguns dos elementos que revelam a persistência das desigualdades sociais e econômicas no Brasil. A proposta é analisar de que maneira a alegada polarização ideológica, protagonizada por PSDB e PT no período entre 1995 e 2014, se manifesta nas práticas dos dois governos, em suas políticas voltadas à mitigação das desigualdades mais básicas da sociedade brasileira.

A crítica de pesquisadores – progressistas e/ou de esquerda – ao modelo de desenvolvimento adotado nos governos petistas será tratada no capítulo 7.

1 AS RAÍZES IDEOLÓGICAS DA ELITE ECONÔMICA DO BRASIL

O Capitalismo e o Livre Mercado, cenário em que são implementadas as políticas que serão analisadas neste trabalho, são a faceta econômica do Liberalismo.

A fim de buscarem-se os elementos teóricos e ideológicos que fundamentam o tipo de Capitalismo e de burguesia que se desenvolveram no Brasil, neste capítulo serão abordados: a) os aspectos que caracterizaram o Liberalismo em suas origens; e b) a forma como a burguesia brasileira apropria-se de alguns daqueles aspectos do Liberalismo clássico, constituindo, assim, um “Liberalismo à Brasileira”.

É importante conhecer esse processo para que se possa compreender, de um lado, como se estabeleceram as relações da elite econômica e política com o aparato estatal no Brasil e, de outro lado, como tais relações são refletidas em questões como a desigualdade, os tipos de cidadanias que se desenvolvem no país e a democracia brasileira.

1.1 O LIBERALISMO EM SUAS ORIGENS

O pensamento Liberal surge como uma crítica, ou como uma negação ao Estado forte e interventor que caracterizava o Mercantilismo. A nova ordem social se constitui, para os liberais, na plena liberdade dos indivíduos, que são, a princípio, igualmente livres e capazes de procurar os meios para atingir seus objetivos: a busca do sucesso individual é o que caracteriza o pensamento Liberal. Ao buscarem seu próprio sucesso (busca intencional), os homens geram um bem para a sociedade como um todo, mesmo que de maneira não intencional. A harmonia gerada pela conquista dos interesses individuais é resultado, de acordo com Adam Smith (1974), da sabedoria (de caráter “divino”) do mercado, da “mão invisível” a que se refere o autor e que regula a sociedade Liberal: o mercado é o regulador das sociedades, considerado o mais adequado caminho para gerar “Eficiência, Justiça e Riqueza”:

> [...] os interesses e os sentimentos privados dos indivíduos os induzem a converter seu capital para as aplicações que, em casos ordinários, são mais vantajosas para a sociedade [...]. Sem qualquer intervenção da lei, os interesses e os sentimentos privados das pessoas naturalmente as levam a dividir e distribuir o capital de cada sociedade entre as diversas aplicações

> nela efetuadas, na medida do possível, na proporção mais condizente com o interesse de toda a sociedade (SMITH, 1974, p. 104).

O mundo social Liberal é, portanto, produzido por um sistema ordenador e coordenador das ações humanas: o Mercado. Embora a Reforma Protestante tenha desempenhado um importante papel no desenvolvimento e na consolidação do Capitalismo, como demonstra Max Weber, no clássico livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, no ideário liberal é o capital, mais do que a religião, que reconhece e valoriza o trabalho, o empenho, a inteligência e a eficácia e "pune", condena a indolência e a ineficácia.

A busca pelo sucesso individual gera, naturalmente, Leis Econômicas aplicadas pelo Mercado. Para que o indivíduo atinja seus objetivos – escolhidos por ele próprio, e não por um acordo, convenção ou determinação de um monarca –, é preciso que ele possa agir livremente. E, para que ele possa tomar iniciativas livres, é preciso eliminar empecilhos. No mundo mercantilista, com o qual o pensamento Liberal rompe, o que impedia a livre ação dos homens na busca do seu sucesso individual era o Estado forte, interventor e protecionista. Logo, a conclusão dos liberais foi de que as ações do poder político (na figura do Rei ou do Parlamento) deveriam ser limitadas; assim, os indivíduos poderiam viver como quisessem para obter o tão procurado sucesso individual. O Estado Liberal tem funções circunstanciais e reduzidas, que são três, de acordo com Adam Smith (1974):

- Manter a ordem e a segurança interna e externa;
- Garantir cumprimento de contratos;
- Assumir a responsabilidade e garantir o bom funcionamento de serviços públicos, como a educação, que, por exemplo, para Tocqueville (2005), deve ser obrigatória e oferecida pelo Estado, que não deve interferir no processo de ensino, o qual deve ser livre.

Em suma: a ordem política do Liberalismo tem por características principais a existência de "leis naturais" resultantes da procura pelo interesse próprio de cada indivíduo, que são aplicadas pela sabedoria suprema do Mercado, e limitada intervenção do poder político, que passa a ter apenas as funções acima mencionadas.

Uma das diferenças que marcam o pensamento dos autores da “segunda geração” do Liberalismo é o caráter moralista e conservador de suas reflexões. Enquanto os autores da primeira geração (Locke e Adam Smith) procuravam elaborar argumentos para romper com o sistema vigente (o Mercantilismo e o Absolutismo), os pensadores da segunda geração estão mais preocupados em debater “questões sociais” e as revoluções que ocorrem no final do século XVIII (as Revoluções Americana e Francesa) e durante o século XIX (Napoleão e Luis Bonaparte, por exemplo). O debate sobre a democracia e, em particular, sobre a liberdade individual ganha importância, pois a liberdade dos indivíduos, então, encontrava-se ameaçada não mais pelo Estado Absolutista e pelo Mercantilismo, mas pelo fenômeno das “massas”, das maiorias que poderiam levar a um despotismo da sociedade, a uma “tirania do maior número”.

Faz-se indispensável encontrar um limite entre a independência individual e a opinião coletiva, para evitar a ditadura da sociedade sobre a sociedade, o despotismo das massas, o “mal maior” para o qual Tocqueville (2005) aponta. Para tanto, os pensadores liberais propõem um limite do acesso ao voto e descrevem as desvantagens do sufrágio universal. Mill (2018) e Constant (1985) consideram que a predominância das vontades e das opiniões da maioria corrompe o princípio da liberdade individual, pois aqueles que não fazem parte da maioria dominante terão suas liberdades violadas. Para garantir que as liberdades individuais sejam mantidas, esses autores também consideram importante, assim como Adam Smith, que o poder do governo/ do Estado seja limitado.

Na concepção Liberal, as desigualdades fazem parte da Natureza, que é hierárquica. E a propriedade, um dos direitos naturais dos homens, tem por característica principal ser desigual. A ideia de igualdade, portanto, vai contra a Natureza.

O combate ao Estado Absolutista, comandado por uma única pessoa, um soberano, que tudo podia decidir, levou a diversas revoltas e levantes, que resultaram na consolidação de um novo regime, cuja principal bandeira é a Liberdade dos indivíduos, que não mais aceitavam o domínio de um tirano. Nasceu assim a Democracia Liberal, resultado das revoluções promovidas pela burguesia ascendente, na Europa e na América do Norte.

Benjamin Constant (o intelectual francês) distingue os tipos de liberdades defendidas por diversos pensadores, que são conflituosas: uma, anacrônica e ultrapassada, porque inspirada no modelo grego, é denominada pelo autor como a Liberdade dos Antigos. Jean-Jacques Rousseau é o mais importante pensador da Liberdade dos Antigos, cuja principal característica, segundo Constant (1985), é a de que ela somente existe coletivamente, é de caráter público, exercida pelos cidadãos. A outra, mais adequada aos tempos pós-Revolução Francesa e pós-Revolução Industrial, é chamada por Constant (1985) de Liberdade dos Modernos.

Para Alexis de Tocqueville (2005), a democracia era interpretada como o regime da igualdade, e a democratização das sociedades era considerada um movimento inevitável – todas as nações, a seu tempo e a seu modo, passarão pelo processo de democratização. Todavia, igualdade não é, necessariamente, compatível com liberdade, bandeira primordial dos liberais. À medida em que cresce a igualdade, decresce a liberdade, pois, onde há democracia, prevalece o princípio da maioria, o que levou Tocqueville a detectar na democracia um grande perigo, o da Tirania da Maioria:

> [...] o poder de fazer tudo, que recuso a um só dos meus semelhantes, nunca vou conceder a muitos [...] quando vejo concederem o direito e a faculdade de fazer tudo a uma força qualquer, seja ela chamada de povo ou rei, democracia ou aristocracia, seja ela exercida numa monarquia ou numa república, digo: aí está o germe da tirania. [...]
>
> E o que mais me repugna na América não é a extrema liberdade que lá reina, mas a pouca garantia que encontramos contra a tirania (TOCQUEVILLE, 2005, p. 295-296).

Se a igualdade aparenta ser mais perceptível do que a liberdade, pelos benefícios que promove, da liberdade somente sente-se falta quando ela acaba. Assim, para Tocqueville, mais importante do que assegurar a igualdade, é necessário estimular nas pessoas valores e práticas, assim como criar leis e instituições que, em conjunto, façam com que a liberdade seja sempre valorizada, até mesmo acima da igualdade.

1.2 A OPOSIÇÃO AO LIBERALISMO: O SOCIALISMO

O Liberalismo caracteriza-se pela defesa de ideais como a liberdade, a igualdade de condições, a propriedade privada e a meritocracia. Esta última acaba por legitimar as desigualdades entre os indivíduos, tendo em vista que o sucesso ou o fracasso são uma questão de mérito (ou demérito) individual.

As desigualdades sociais eram tema de estudos e reflexões já no século XVIII. Jean-Jacques Rousseau, iluminista francês, entre outros assuntos, ocupava-se de buscar compreender as origens das desigualdades sociais. Em duas de suas mais famosas obras, o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, e *Do Contrato Social*, Rousseau analisa as origens e os impactos das desigualdades sociais. No *Discurso*, o autor identifica dois tipos de desigualdades: uma, natural, refere-se às capacidades e às incapacidades físicas e mentais dos indivíduos; outra, de fundamento moral, ou político, origina-se na vida em sociedade, na vida civil, em uma sociedade que nasce com a criação da propriedade privada: “O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo” (ROUSSEAU, 1973, p. 265).

Rousseau (1973) inicia seu texto *Do Contrato Social* afirmando que as desigualdades sociais escravizam tanto o senhor como os escravos, pois um é dependente do outro. O rico somente é rico porque existem os pobres e os escravos. Tais percepções fizeram com que Rousseau fosse considerado o criador do que ficou conhecido como Socialismo Utópico, que serviu de inspiração para outros movimentos de contestação da Democracia Liberal.

Com a crescente industrialização e com o decorrente crescimento das cidades, o novo modelo de organização do Estado passou a ser questionado, pois parcelas crescentes da sociedade continuavam sem representação, mesmo após a queda do Antigo Regime. Críticos da Democracia Liberal, como Karl Marx e outros pensadores socialistas e anarquistas, denunciavam a inviabilidade da Liberdade sem que houvesse plena Igualdade entre cidadãos.

Sob o novo regime, a sociedade estava dividida entre os que possuíam a propriedade privada dos meios de produção e de geração de riquezas e os que

possuíam somente sua força de trabalho, vendida ao proprietário dos meios de produção em troca de renda que pagasse sua alimentação e moradia.

Na obra de Karl Marx, Capitalismo é o regime da desigualdade, pois somente é possível enriquecer às custas do trabalho de milhares de pessoas que não têm a posse dos meios de produção. Em seu *Manifesto do Partido Comunista*, Marx clama pelo surgimento de uma nova organização da sociedade: “No lugar da velha sociedade burguesa com as suas classes e antagonismos de classes surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX, 2001, p. 62). O combate ao sistema capitalista, à propriedade privada dos meios de produção e a crítica à Democracia Liberal passaram a caracterizar o pensamento de esquerda, inspirado no marxismo.

Assim, no século XIX, o debate entre liberais e socialistas, mais do que um confronto de diferentes ideologias, representava o embate entre dois diferentes projetos de Estado e de sociedade, como mostrado no quadro 1.

Quadro 1 – Liberalismo X Socialismo

Liberalismo	**Socialismo**
Livre-Iniciativa Individual	Superação da Luta de Classes
Liberdade Individual	Igualdade
Ação Privada	Ação Coletiva
Propriedade Privada e riqueza como resultado da Meritocracia	Fim da Propriedade Privada dos Meios de Produção e divisão social das riquezas

Elaborado pela autora (2020).

Em suma: aqueles que defendem a liberdade consideram que a igualdade reduz as liberdades. Os que defendem a igualdade acreditam que somente há liberdade se houver igualdade entre os indivíduos. Na prevalência da defesa da liberdade, as desigualdades são tratadas como consequências das escolhas tomadas pelos indivíduos e, portanto, são naturalizadas.

1.3 O LIBERALISMO À BRASILEIRA

Se a defesa das liberdades individuais, políticas e dos ideais meritocráticos caracterizaram o Pensamento Liberal dos séculos XVIII e XIX no hemisfério norte, as características do Liberalismo e do Capitalismo que germinaram no hemisfério sul (na América Latina e no Brasil, em particular) são bastante distintas.

Se na meritocracia liberal-protestante o trabalho possui um valor ascético, Sérgio Buarque de Holanda (1995) nos relembra que, na moral católica, o trabalho é um castigo divino. Tal compreensão do trabalho, como algo degradante e humilhante, serviu para legitimar a escravidão no Brasil por mais de trezentos anos, como um valor social da elite, que estabeleceu o escravismo como um modo de produção característico do período colonial e imperial.

Se Max Weber (1996, 2004) aponta a racionalidade, a previsibilidade, a impessoalidade e o planejamento como características necessárias para o desenvolvimento e a consolidação do Capitalismo e da Dominação Racional-Legal, Raymundo Faoro (2001) identifica em nossas raízes ibéricas e na tradição política lusitana o Personalismo e o Patrimonialismo, que marcam as relações d'Os Donos do Poder com o Estado brasileiro.

Ao contrário da burguesia europeia, que passou pela transição entre o Feudalismo e o Capitalismo industrial e implementou a exploração do trabalho assalariado, a burguesia brasileira consolidou-se sob o Colonialismo, baseado na exploração do trabalho escravo, conforme exposto por Octavio Ianni (1988) e Jacob Gorender (1992). Para esses autores, o escravismo caracterizou-se por tratar o escravo, simultaneamente, como propriedade dos senhores de escravos, como meios de produção e como produtos comercializáveis. Esse cenário faz com que estudiosos do Brasil, como Florestan Fernandes (1976) e Jacob Gorender (2004), considerem que a única revolução que teria ocorrido no Brasil foi a abolição do escravismo:

> O que, aqui, me interessa ressaltar consiste em que considero a extinção das relações de produção escravistas, no Brasil, um evento revolucionário. Ou, dito de maneira mais taxativa: *a Abolição foi a única revolução social jamais ocorrida na História de nosso País* (GORENDER, 2004, p. 21, grifos do autor).

Tal revolução, obviamente, não foi fruto de uma ação deliberada da burguesia brasileira, que se manteve ligada à produção e à exportação de bens agrários, produzidos pelo trabalho escravo (e, posteriormente, pelo trabalho de imigrantes) o quanto pôde. Assim, o Capitalismo que passa a se estruturar no país é um **Capitalismo Dependente**, ao mesmo tempo, dessa mão de obra escrava e do mercado internacional – tanto como consumidor dos bens primários aqui produzidos, como fornecedor de bens industrializados.

As primeiras iniciativas de instalação de algumas indústrias no Brasil sofreram embargo por parte da elite rural, que não pretendia dividir o monopólio das atenções e dos esforços do aparato estatal. As poucas investidas industriais que ocorreram no Brasil Imperial eram destinadas à fabricação de bens voltados à produção agrícola, como roupas para os escravos e sacaria para a exportação do café (GORENDER, 2004, p. 38).

Após a abolição da escravidão e após a proclamação da República, não foi realizada no Brasil uma reforma agrária (como fizeram a Revolução Francesa e Napoleão Bonaparte) e, portanto, não houve a organização de um campesinato. O latifúndio permaneceu intocado e, com ele, o poderio da burguesia rural. Em 1907, a produção agrária respondia por 4/5 da riqueza produzida no país, e a incipiente indústria por 1/5 (GORENDER, 2004).

Alfredo Bosi destaca que no Brasil sequer existiu Liberalismo até o Segundo Reinado, quando o núcleo conservador estabelecido pela Regência apregoava um “Liberalismo Moderado” (BOSI, 1992, p. 196), que fazia vistas grossas para o comércio de escravos, a despeito dos diversos acordos firmados com a Inglaterra desde 1826. Bosi destaca o caráter “funcional e tópico” do Liberalismo adotado pela burguesia agroexportadora, que fazia uso de alguns preceitos liberais, mas através de um “filtro ideológico” que possibilitou a apropriação, pela burguesia nacional, daqueles elementos que interessavam do Liberalismo europeu e o descarte daquilo que considerava perigoso ou inadequado aos interesses ruralistas (BOSI, 1992, p. 211).

Assim, de acordo com Bosi (1992, p. 199-200, grifos do autor),

> [...] nosso liberalismo esteve apenas à altura do nosso contexto.
>
> "Liberalismo", diz Raymundo Faoro, "não significava democracia, termos que depois iriam se dissociar, em linhas claras e, em certas correntes, hostis". [...]
>
> Uma análise semântico-histórica aponta quatro significados do termo, os quais vêm isolados ou variantemente combinados:
>
> 1. *Liberal*, para nossa classe dominante até os meados do século XIX, pôde significar *conservador das liberdades*, conquistadas em 1808, *de produzir, vender e comprar*.
> 2. *Liberal* pôde, então, significar *conservador da liberdade*, alcançada em 1822, *de representar-se politicamente*: ou, em outros termos, ter o direito de eleger e de ser eleito na categoria de cidadão qualificado.
> 3. *Liberal* pôde, então, significar *conservador da liberdade* (recebida como instituto colonial e relançada pela expansão agrícola) *de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica*.
> 4. *Liberal* pôde, enfim, significar *capaz de adquirir novas terras em regime de livre concorrência*, ajustando assim o estatuto fundiário da Colônia ao espírito Capitalista da Lei de Terras de 1850.

Portanto, o Liberalismo que germinou por aqui defendia a liberdade de comercializar, mas não as liberdades individuais; defendia a liberdade de produção e comércio, mas isso não implicava trabalho livre, pois "o liberalismo econômico não produz *sponte sua* a liberdade social e política" (BOSI, 1992, p. 198).

A mesma elite que demandava liberdade de produção e comércio também almejava um Estado forte que atuasse em proteção da cafeicultura. Ou seja, a burguesia brasileira não era – e não é – antiestatal:

> Durante os anos 30, os porta-vozes dos industriais enfatizaram dois pontos: 1° – necessidade de financiamento do Estado para a industrialização; 2° – criação pelo próprio Estado de núcleos da moderna indústria de base (ferro e aço, produtos químicos, petróleo), cuja construção se achava fora do alcance do capital privado.
>
> [...] De modo geral, por exigência da própria iniciativa privada, alargou-se a atuação do Estado na esfera financeira. Em 1979, os empréstimos dos bancos estatais representaram 65% do total de empréstimos dos 50 maiores bancos comerciais, cabendo 41% somente ao Banco do Brasil.
>
> [...] Por isso, a repetição monótona de argumentos antiestatais funciona como exorcismo para a consciência burguesa e para a chamada opinião pública (GORENDER, 2004, pp. 71-72 e 75).

No Brasil do século XIX, "o sistema de plantation retardou ou fez involuir ideais ou surtos progressistas" (BOSI, 1992, p. 204-205). A burguesia agroexportadora atuou contra os incentivos à industrialização, buscando manter para si o monopólio do

protecionismo estatal. Segundo Jacob Gorender (2004) e Florestan Fernandes (1976), sempre que a burguesia agrária vê alguma ameaça a esse monopólio, a reação é conservadora e autoritária – uma “ditadura de classe preventiva”, foi o termo específico utilizado por Florestan Fernandes (1976, p. 317).

Em pleno século XXI, é possível notar a permanência do poderio dos interesses agrários, como demonstra o economista Reinaldo Gonçalves (2011), em sua análise sobre a desindustrialização na era Lula, que será abordada no capítulo 5, na discussão crítica sobre o modelo econômico do período referente aos governos do PT.

A respeito do “Liberalismo à brasileira”, Florestan Fernandes (1976, p. 296) afirma que

> O idealismo burguês precisa ser posto de lado, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo democrático-burguês mais ou menos congruente. A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irredutíveis e essenciais, que explicam as “virtudes” e os “defeitos” e as “realizações históricas” da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa dos *interesses materiais privados*, de *fins políticos particularistas*, e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento.

O Capitalismo que floresceu por estas terras, a partir deste “Liberalismo tupiniquim”, também possui características próprias, distintas do Capitalismo que surgiu nos países do hemisfério norte, nos quais o Liberalismo teve origem. A forma de organização capitalista que se deu na América Latina é o que Florestan Fernandes chama de **Capitalismo Dependente**.

O Capitalismo caracteriza-se por ser um sistema fundado sobre a desigualdade econômica e social – a meritocracia liberal justifica e naturaliza tais desigualdades.

No **Capitalismo Dependente**, a elite brasileira não apenas naturaliza as desigualdades socioeconômicas, mas desenvolve maneiras de inviabilizar a ascensão social das camadas mais pobres da população, estabelecendo um verdadeiro círculo vicioso de manutenção das clivagens sociais por meio das novas roupagens do Capitalismo e do Liberalismo ao longo da história, tema do próximo capítulo.

2 NEOLIBERALISMO X NEODESENVOLVIMENTISMO: RUPTURA OU CONTINUIDADE?

No capítulo 1, foram pontuados alguns dos elementos teóricos e ideológicos que forjaram as relações da elite brasileira com os aparelhos de Estado no país.

Neste capítulo, o intuito é fazer uma atualização das manifestações do Capitalismo e do Liberalismo no Brasil contemporâneo e reconstituir o cenário teórico e ideológico da alegada polarização entre direita e esquerda, no Brasil da virada do século XXI, a fim de subsidiar a discussão sobre os tipos de cidadania que se desenvolvem no país – tema do capítulo 3 – e sobre as políticas destinadas à redução das desigualdades sociais e econômicas nos dois períodos tratados neste trabalho.

Para tanto, é necessário apresentar os dois extremos dessa oposição. De um lado, o Neoliberalismo, modelo econômico e político que norteou reformas institucionais e econômicas dos dois governos do PSDB (1995-2002) e que teve implicações na formulação e na aplicação de políticas públicas e na organização política de sindicatos e movimentos sociais – assuntos abordados nos capítulos 5 e 6. De outro lado, o Novo Desenvolvimentismo (ou Neodesenvolvimentismo), modelo de desenvolvimento preconizado pelo governo PT (2003-2014) e que teria surgido como um contraponto ideológico, econômico e político ao Neoliberalismo dos governos anteriores.

Durante todo o período abordado neste trabalho, o Brasil teria sido marcado por um cenário de polarização política e ideológica, em que cada polo teria diferentes matrizes econômicas, com diferentes modelos de sociedade – à direita, o Neoliberalismo, predominante nos anos 1990 e início dos anos 2000; à esquerda, o Novo Desenvolvimentismo (ou Neodesenvolvimentismo), que vigorou entre 2003 e o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016.

Uma parte acusava a outra de adotar medidas que impediam o crescimento da economia e o combate às desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. Esse foi o tom das campanhas eleitorais de 2002, 2006 e 2010, por ambas as partes. Em 2002, ficou famosa a fala da atriz Regina Duarte, na campanha do tucano José

Serra, em que a atriz afirmava estar com medo[10] do que poderia acontecer caso o candidato petista vencesse a eleição. Do lado petista, durante todo o período de 2002 a 2016, a retórica da “herança maldita do Neoliberalismo” / “herança maldita tucana”[11] foi usada para justificar as alianças políticas e os tímidos avanços sociais de seus governos.

No Brasil, a redemocratização se deu nos anos 1980 e teve como marco a elaboração e a implementação da nova Carta Constitucional (1988), inspirada nos Estados de Bem-Estar europeus, que priorizou Direitos Sociais e políticos. No setor econômico, o período registrou altas taxas de inflação, estagnação da economia e a dificuldade de controlar o aumento da dívida externa.

A democratização política trouxe consigo a expectativa de melhorias econômicas e sociais que transformassem as vidas de milhões de pessoas que viviam em situação extremamente precária, de miséria.

Como uma das características dos governos autoritários é a intervenção estatal na economia e o monopólio de uma série de atividades econômicas (telefonia, exploração de minérios e petróleo, etc.) e de prestação de serviços (saúde, educação, previdência), o apelo por mudanças que minimizassem a atuação do Estado foi acatado pelos governos eleitos democraticamente. É nesse contexto que o Neoliberalismo passa a prevalecer na América Latina, desde meados dos anos 1970 (no Chile) e, mais acentuadamente, nos anos 1980-90, com as sucessivas eleições de governos de inspiração neoliberal:

> [...] as primeiras grandes experiências de “ajuste” neoliberal foram ensaiadas na América Latina: em 1973, no Chile, com Pinochet, e em 1976, na Argentina, com o general Videla e o ministério de Martinez Hoz. Nos anos 80, os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos a países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1985, Bolívia; 1988, México, com Salinas de Gortari; 1989, novamente Argentina, dessa vez com

[10] Vídeo da campanha de José Serra, em 2002, com a atriz Regina Duarte. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SfY_N6-uR5U. Acesso em: 9 jan. 2020.

[11] Herança maldita. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/02/1234231-lancada-por-lula-a-reeleicao-dilma-rejeita-heranca-tucana.shtml e https://www.viomundo.com.br/denuncias/pt-ataca-heranca-maldita-dos-tucanos-mas-acelera-mineracao-em-minas.html. Acesso em: 14 jan. 2020.

> Menem; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Perez; 1990, Fujimori, no Peru. E, desde 1989, o Brasil, com Collor a Cardoso (MORAES, 2001, p. 33).

2.1 NEOLIBERALISMO

A partir do final da década de 1980, as Políticas Sociais em toda a América Latina sofreram transformações direcionadas pelo “Consenso de Washington” (1989), marco do Neoliberalismo. Se política e institucionalmente a região estava em pleno processo de redemocratização, nos campos econômico e social os governos eleitos entre o fim dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990 (no Brasil, Fernando Collor de Mello, seu vice-presidente, Itamar Franco, e dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso) implementaram medidas e programas de reestruturação que seguiam à risca as recomendações de agências multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, organismos não democráticos, mas que interferiram (e interferem) intensamente na organização e no funcionamento das novas democracias que se restabeleciam na América Latina. Ou seja: o Brasil democratizava sua política e suas instituições, mas permanecia atendendo a interesses alheios à realidade e às necessidades da sociedade, principalmente das populações mais pobres, marcadas por desigualdades abissais.

A promessa era de que as medidas recomendadas e acatadas pelos governos transformariam a realidade social, a partir de reformas estruturais que preconizavam a minimização do papel do Estado, a privatização de empresas e serviços estatais (como telefonia, energia elétrica, abastecimento de água e saneamento, etc.) e a flexibilização das legislações e dos Direitos Trabalhistas.

Em seus discursos, o Banco Mundial e os governos afirmavam que medidas como a abertura do mercado, a desregulamentação da economia, a privatização em massa de bens e serviços estatais, enxugamento de gastos do Estado por meio da redução de Direitos Sociais e trabalhistas, etc. deveriam ser feitas em nome do povo[12],

---

[12] Um exemplo é a campanha iniciada no governo de Fernando Collor de Mello pela desestatização. Nas vinhetas, o Estado era representado por um elefante: gigante, lento, ineficaz, desastrado, que precisava ser substituído pela agilidade e pela eficiência do Mercado. Os quatro vídeos estão disponíveis em:
https://www.youtube.com/watch?v=ljQjA21I_d8; https://www.youtube.com/watch?v=2WfChfvOO4I; https://www.youtube.com/watch?v=1T5oXJOlZm0; e
https://www.youtube.com/watch?v=E95lYJ1DtD8. Acesso em: 27 jul. 2015.

para o bem dos pobres (PEREIRA, 2013, p. 371). Alegava-se que o Estado, além de ineficaz para gerir determinadas atividades, desempenhava o papel de uma espécie de “Robin Hood” invertido (MORAES, 2001, p. 36), transferindo benefícios a pessoas ricas, e que as privatizações de bens e serviços melhorariam sua qualidade, por meio da competitividade dos prestadores de serviço no mercado, e realizariam justiça social.

As transformações resultariam na ampliação da oferta e da concorrência e na melhoria dos serviços públicos, que não mais seriam estatais, mas prestados pela iniciativa privada – daí a utilização do termo “público não-estatal” no Projeto de Reforma do Estado[13], elaborado por Luís Carlos Bresser Pereira, ministro do MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado) no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).

Na prática, as mudanças estabelecidas, como a redução de gastos do setor público, impactaram diretamente na forma, no alcance e na qualidade das Políticas Sociais, com reflexos bastante perversos para diversas camadas da população de países caracterizados por profundas desigualdades socioeconômicas.

Muitos direitos de cidadania perderam seu caráter universalista e passaram a ser Políticas Sociais focalizadas, destinadas “aos mais pobres dentre os pobres” e a camadas e grupos específicos da sociedade (FAGNANI, 2005) – como é o caso do Programa Bolsa Família –, movimento acompanhado da redução de Direitos Trabalhistas e da flexibilização do mundo do trabalho, o que resultou na precarização das condições de vida de milhões de pessoas em toda a região.

A reforma do aparelho estatal brasileiro fez com que Direitos Sociais passassem a ser tratados como “serviços não exclusivos do Estado”, o que fez com que este deixasse de ser o principal responsável pelo fornecimento de “serviços”/ direitos, como previdência, saúde e educação, que passaram a ser prestados pelo setor privado, o que resultou em uma mudança crucial: direitos destinados a cidadãos passaram a ser serviços que poderiam ser comprados por aqueles que estivessem dispostos a pagar por eles. Cidadãos passaram a ser identificados como

[13] Ver Brasil (1995).

consumidores – assunto tratado no capítulo 3. No Brasil, isso caracterizou o desmonte da proposta de um Estado Social preconizado pela Constituição Federal de 1988.

A respeito do descompasso entre a Carta Constitucional de 1988, que propunha um modelo de Estado de Bem-Estar no Brasil, e a realidade dos anos que se seguiram, Paiva (1991) observa que propostas teóricas e realidade não raro se desencontram, o que explicaria o anacronismo do texto constitucional, inspirado no Welfare State, mas implementado em plena consolidação das políticas neoliberais, que propunham exatamente o fim do Estado de Bem-Estar Social.

O Plano Real (1994) viabilizou o controle da inflação, a estabilidade da nova moeda e o equilíbrio da economia, mas o desempenho da indústria foi baixo, e os níveis de desemprego e de trabalho informal eram alarmantes. Segundo o IBGE (2016), em 2002 49,8% dos trabalhadores brasileiros ocupavam vagas informais[14], e a taxa média de desemprego nas regiões metropolitanas era de 12,4%. Assim, a insatisfação era generalizada, entre os trabalhadores e entre o empresariado.

A promessa neoliberal não se concretizou, e o resultado foi que as primeiras experiências democráticas após anos de autoritarismos na América Latina não apresentaram uma correlação positiva entre a eleição democrática de novos governos e as expectativas das populações por melhorias em suas condições de vida.

O cenário de insatisfação levou ao descrédito do modelo recomendado pelas agências multilaterais e fez com que alguns economistas que haviam se engajado na defesa do Estado mínimo (ou, como preferem alguns estudiosos, defensores das chamadas políticas ortodoxas) revisassem e criticassem as medidas inspiradas na ortodoxia liberal, como Joseph Stiglitz, ex-presidente do Banco Mundial, e o ex-ministro da Reforma do Estado no Brasil, Luís Carlos Bresser Pereira, que, no início dos anos 2000, se tornou um dos principais mentores do Novo Desenvolvimentismo, modelo de desenvolvimento adotado pelos governos brasileiros dos primeiros quinze anos do século XXI.

---

[14] A informalidade implica que o trabalhador não possui carteira de trabalho assinada, o que significa que não há garantias de seus direitos trabalhistas, como férias remuneradas, décimo terceiro salário, aposentadoria, etc.

2.2 NOVO DESENVOLVIMENTISMO, SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO OU NEODESENVOLVIMENTISMO

O Desenvolvimentismo foi um modelo de desenvolvimento adotado em diversos países da América Latina, caracterizado por impulsionar a industrialização a partir da intervenção do Estado. No Brasil, a industrialização por substituição de importações (ISI) levou à criação de empresas nacionais responsáveis pela indústria de base (mineração, metalurgia, siderurgia e petróleo).

Para alguns autores, a vertente brasileira do Desenvolvimentismo teve como característica o fato de ter sido adotado por governos autoritários: o Estado Novo (1937-45) e a ditadura militar (1964-85). O modelo de desenvolvimento adotado durante o breve período democrático (1946-1964), para alguns estudiosos, é denominado Nacional-Desenvolvimentismo, também intervencionista, mas distingue-se por ter ocorrido em um período democrático e pelo seu caráter nacionalista, respaldado, teórica e ideologicamente, pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) (DINIZ, 2011).

Não há uma definição específica sobre o Novo Desenvolvimentismo nem mesmo entre seus proponentes e estudiosos. Em termos gerais, pode-se dizer que Diniz e Sicsú, Paula e Renalt, em concordância com Bresser-Pereira e diversos economistas que assinaram um manifesto do Novo Desenvolvimentismo, publicado pelo CEMACRO (Centro de Estudos de Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento), intitulado *Dez teses sobre o Novo Desenvolvimentismo*, assim o definiriam: “uma alternativa de política de desenvolvimento que compatibilize crescimento econômico com equidade social, buscando estimular o debate em torno da constituição de um programa alternativo ao projeto neoliberal.” (SICSÚ; PAULA; RENALT, 2007 p. 508; DINIZ, 2011, p. 513). O Seminário que resultou na elaboração do documento com as “dez Teses” integrou o projeto “Crescimento com Estabilidade Financeira e o Novo Desenvolvimentismo”, financiado pela Fundação Ford, em que

> Ratificou-se o reconhecimento do fracasso da ortodoxia convencional ou Consenso de Washington em promover o desenvolvimento econômico da América Latina e ressaltou-se a constatação dos efeitos da grande crise financeira de 2008 que mostrou ao mundo os limites e perigos envolvidos na globalização associada à desregulamentação financeira.
> Nesse sentido, o documento reconhece que o mercado é o lócus privilegiado do processo de desenvolvimento, embora ao Estado caiba um papel

> estratégico em prover o arcabouço institucional apropriado que sustente esse processo de natureza estrutural. Entre as tarefas primordiais, destaca-se a promoção de instituições financeiras capazes de canalizar os recursos domésticos para o desenvolvimento de inovações em setores que gerem elevadas taxas de crescimento do valor adicionado doméstico. Tal arcabouço institucional deve também abarcar medidas que possibilitem superar desequilíbrios estruturais e promover a competitividade internacional do capitalismo dos países emergentes, inclusive através do controle da entrada de capitais. Desta forma, a relevância do papel do Estado aparece associada às atividades de inserção internacional de forma a garantir a primazia dos objetivos nacionais de longo prazo. A visão nacional estratégica é alçada ao primeiro plano, porém, não para isolar os mercados domésticos, mas para prepará-los para um processo autônomo de internacionalização, sob a égide da defesa da soberania nacional (DINIZ, 2011, p. 522).

Inspirado no Keynesianismo e na "visão cepalina neo-estruturalista" (SICSÚ; PAULA; RENALT, 2007, p. 509), o Novo Desenvolvimentismo pretendeu estabelecer uma série de políticas macroeconômicas que possibilitassem o desenvolvimento por meio do aumento da produção, de mudanças estruturais, sustentabilidade em longo prazo e justiça distributiva, tudo promovido pelo Estado, que deve ser "ativo na busca do crescimento econômico", em oposição à ortodoxia (MOLLO; FONSECA, 2013, p. 222-224).

Diferentemente do Desenvolvimentismo e do Nacional Desenvolvimentismo, a intervenção estatal na industrialização ocorreria a partir de investimentos e medidas de estímulo à produção, ao consumo e à geração de empregos, e não mais como Estado-empresa; da ampliação de políticas de aumento da renda familiar; do aumento do salário mínimo; do estímulo à indústria privada nacional, restabelecendo "a tradicional coalizão entre empreiteiras da construção pesada e leve, fornecedores de insumos e equipamentos e seus empregados com o governo." (ERBER, 2011, p. 46). Trata-se, assim, da implementação de um "Estado forte que estimula o florescimento de um mercado forte" (SICSÚ; PAULA; RENALT, 2007, p. 509).

Tal modelo teria norteado as políticas econômicas e sociais dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), mais precisamente a partir de seu segundo mandato (2007-2010), e do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014).

Em tese de doutorado defendida em dezembro de 2010, Aloízio Mercadante Oliva afirma que o Novo Desenvolvimentismo representou uma ruptura com a agenda neoliberal e estabeleceu "o social como eixo do desenvolvimento" do país (OLIVA, 2010, p. 153). Políticas de estímulo ao emprego formal, facilitação de crédito com estímulo ao consumo, transferência de renda, segurança alimentar e previdência social foram, segundo o autor, a marca do modelo de desenvolvimento adotado pelo

governo Lula e que “beneficiaram, em 2009, um universo de 68 milhões de pessoas, equivalente a 1/3 da população total, e envolveram uma alocação de recursos públicos da ordem de R$ 33 bilhões, dos quais R$ 20,2 bilhões correspondem aos programas de assistência social” OLIVA, 2010, p. 163). Ainda segundo Mercadante, tais medidas fizeram com que o percentual de pessoas consideradas pobres caísse de 34,4% em 2002 (último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso) para 21,4% em 2009 (penúltimo ano do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva). Importante salientar que, em toda A sua tese, Mercadante utiliza o termo Novo Desenvolvimentismo para designar o modelo de desenvolvimento adotado no governo Lula.

Há um outro termo empregado para designar as políticas dos governos do Partido dos Trabalhadores: Social Desenvolvimentismo. Segundo Bastos (2012, P. 779), existem

> [...] duas visões básicas a propósito da estratégia de desenvolvimento capitalista depois da crise do neoliberalismo, no Brasil: o desenvolvimentismo exportador do setor privado (“novo-desenvolvimentismo”) e o desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado (“social-desenvolvimentismo”). Ambos resgatam o papel do Estado na orientação do modelo de desenvolvimento, mas com modos diferentes de relação com o mercado.

O Social Desenvolvimentismo ou, ainda, o “Desenvolvimentismo de Esquerda”, seria o modelo/estratégia de desenvolvimento proposto pela nova geração de economistas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas[15] (UNICAMP), chamada pelo professor Fernando Nogueira da Costa de “Geração PT”[16]:

> A abordagem social-desenvolvimentista é típica da chamada “Geração PT”. Interpreta que o apoio político do Partido dos Trabalhadores e seus aliados respaldou a luta sindical pela reposição salarial contra a corrosão inflacionária e pela conquista de maior participação nos lucros e resultados das empresas. A fiscalização vigilante, após 2003, somada à reinvindicação de direitos trabalhistas, como a “carteira assinada”, elevou o grau de formalidade do mercado de trabalho. Em contexto de crescimento da renda e do emprego, conjuntamente com a política de elevação real do salário mínimo e o programa de transferência direta de renda com condicionalidades (Bolsa Família), toda essa política social ativa, inclusive educação, mais o acesso popular ao crédito, fomentou o mercado interno com a mobilidade social. Essa inclusão social transformou o mercado do País no quinto maior do mundo em número de consumidores, considerando ranking de Nações (COSTA, 2012b, online).

---

[15] Existem economistas de outras escolas de Economia também defensores da estratégia Social Desenvolvimentista, como Cássio Silva Moreira, do IFRS. Ver Moreira (2015).
[16] Ver Anexo L: Fernando Nogueira da Costa: Geração PT.

De fato, Eli Diniz (2011) aponta divergências entre o Novo Desenvolvimentismo e as medidas efetivamente adotadas pelo governo, as quais ela e outros autores, como Fábio Erber, denominam Neodesenvolvimentismo. Eli Diniz (2011, p. 520) afirma que, para Fabio Erber,

> [...] o neodesenvolvimentismo opera um aggiornamento da antiga proposta desenvolvimentista [...] Embora tendo a mesma matriz teórica da convenção novo-desenvolvimentista, dela se distingue pela aceitação da política macroeconômica ortodoxa, cerne da convenção institucionalista restrita, aspecto esse explícita e fortemente rejeitado pelos novos-desenvolvimentistas.

A título de esclarecimento, neste trabalho o termo empregado para designar a estratégia de desenvolvimento adotada no Brasil entre 2003 e 2014 será Neodesenvolvimentismo.

A esquerda no poder e a crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelos governos do PT serão tratados nos capítulos 4 e 7, respectivamente.

No capítulo a seguir, algumas considerações sobre as formas de cidadania que se desenvolvem no Brasil ao longo da História, assim como a relação com as Políticas Sociais de combate às desigualdades e com a democracia.

3 DESIGUALDADES SOCIAIS, CIDADANIA E POLÍTICAS SOCIAIS

Nos capítulos anteriores, foram resgatados aspectos teóricos e ideológicos que fundamentam as relações entre a elite econômica e política e o Estado brasileiro.

Essas relações determinam, em grande medida, o que se faz – ou o que se deixa de fazer – para remediar as profundas desigualdades econômicas e sociais que caracterizam a América Latina como um todo, e o Brasil em destaque. Tudo isso se reflete no tipo de cidadania (ou tipos de cidadanias, no plural) que se desenvolve em nosso país – e, portanto, na democracia em que vivemos.

Neste capítulo, a proposta é buscar amparo teórico que possibilite uma melhor compreensão das relações entre desigualdade, cidadania, Políticas Sociais e democracia, a fim de fornecer elementos para a discussão proposta neste trabalho, sobre a persistência de desigualdades sociais e, também, a análise sobre as políticas de mitigação das desigualdades, adotadas nos governos do PSDB e do PT, desenvolvida no capítulo 6.

3.1 DIREITOS DE CIDADANIA E DESIGUALDADES SOCIAIS

A América Latina é marcada por profundas desigualdades sociais, originadas no processo de colonização, que se mantiveram ao longo de toda a sua história. As antigas colônias de exploração de produtos primários, exploração realizada por meio do trabalho escravo de indígenas e negros, passaram por distintos processos de independência e de constituição de seus Estados nacionais, mas possuem diversos aspectos em comum: são países de industrialização tardia, Estados marcados por longos períodos de governos autoritários e de recente democratização.

Ao longo da história, as desigualdades no Brasil tornaram-se uma marca e ocorrem em todos os níveis: educação, moradia, saúde, alimentação, economia, propriedade da terra e, até mesmo, no acesso aos Direitos Sociais. Tantas desigualdades impactam a própria cidadania.

Conforme apontado no primeiro capítulo, no ideário Liberal as diferenças socioeconômicas entre os indivíduos decorreriam de uma questão de mérito

individual, do sucesso ou do fracasso das escolhas dos indivíduos nas sociedades. As diferenças sociais seriam, portanto, naturais.

Tais diferenças se aprofundaram ao longo do tempo e, mesmo “naturalizadas”, a fim de neutralizar conflitos, o próprio sistema Capitalista e a Democracia Liberal passaram a criar e adotar medidas que possibilitassem melhorias nas condições de vida daquela parte da população que ou não tem trabalho ou não consegue viver em condições mínimas de qualidade de vida com o salário que recebe.

T. H. Marshall (1967, p. 88) afirma que “a cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade” e que, portanto, nivela as pessoas de uma mesma comunidade. O autor identifica três vertentes que compõem o conceito de cidadania – a civil, a política e a social:

> O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. [...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social. [...] As instituições mais intimamente ligadas com eles são o sistema educacional e os serviços sociais (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Segundo Marshall (1967, p. 88), os Direitos Sociais “compreendiam um mínimo” e teriam como finalidade apenas “diminuir o ônus da pobreza sem alterar o padrão de desigualdade”. As desigualdades foram relativamente diminuídas pela instituição de direitos que tornavam os homens “iguais” entre si, mas a desigualdade social era (e é) “necessária e proposital. Oferece o incentivo ao esforço e determina a distribuição de poder” (MARSHALL, p. 77). Ou seja: os direitos de cidadania (civis, políticos e sociais) não criariam um “conflito com as desigualdades da sociedade capitalista”, com a sociedade de classes. Ao contrário: serviriam perfeitamente ao desenvolvimento dessa sociedade, pois a conquista de melhores condições de vida dependeria da competência e do empenho dos cidadãos, já que todos possuiriam iguais *possibilidades* (garantidas pelos direitos de cidadania) de crescimento pessoal.

A crítica de Hirschman (1992) a Marshall (1967) está fundamentada no princípio de que as análises deste explicariam relativamente bem o cenário da

consolidação da cidadania na Inglaterra, ainda que também lá tenham ocorrido reações às mudanças. No entanto, para o restante do mundo, a cronologia da evolução da cidadania apontada por Marshall não se aplica. A França, por exemplo, implementou o sufrágio (Cidadania Política) antes que as liberdades individuais (Civis) estivessem estabelecidas (HIRSCHMAN, 1992, p. 75-76).

Hirschman procura demonstrar que a cada uma das etapas e das conquistas de direitos ocorreram embates e críticas, baseados em três tipos de argumentos/ teses.

Em primeiro lugar, o argumento da Perversidade (ou "efeito perverso"): a ideia de efeitos não previstos pela ação humana remete a A. Smith, para quem o indivíduo, em busca de sua felicidade privada, gera a felicidade/o bem coletivo (HIRSCHMAN, 1992, p. 20) – no caso, um efeito não previsto, mas positivo. A crítica reacionária aponta os efeitos imprevistos e negativos das mudanças, ainda que estas tenham sido adotadas com as melhores intenções. Uma das características de tais argumentos é que eles somente podem ser elaborados posteriormente à implementação das políticas/mudanças. Nesse caso, o mundo é extremamente volátil, e consequências não planejadas ou indesejadas ocorrem (HIRSCHMAN, 1992, p. 65).

Em segundo lugar, a tese da Futilidade: "plus ça change, plus c'est la même chose" (HIRSCHMAN, 1992, p. 43): as mudanças são inúteis por não cumprirem, total ou parcialmente, as metas que propuseram. Tocqueville teria inaugurado a tendência, em meados do séc. XIX. Hirschman (1992) a considera mais insultante que a tese do efeito perverso – naquela, os atores tiveram ao menos boa intenção; aqui, os atores seriam mal-intencionados. A tese resume-se, segundo o autor, "a uma negação ou subestimação da mudança frente a movimentos aparentemente imensos e marcantes" (HIRSCHMAN, 1992, p. 63-64). Aqui, o mundo é rígido, e as ações humanas nada podem fazer para transformá-lo. Tudo isso faz da Tese da Futilidade a mais forte arma reacionária (HIRSCHMAN, 1992). Por fim, a tese da Ameaça, baseada em "defender" a situação presente, pelo medo de que as mudanças acarretem em mais perdas do que ganhos em relação ao que já se tem (HIRSCHMAN, 1992).

Pode-se dizer que, em boa parte da defesa das Políticas Sociais implementadas no período dos governos do Partido dos Trabalhadores, predomina o argumento da ameaça: ainda que as políticas governamentais não sejam as

desejáveis, ou as melhores possíveis, ainda que o governo pudesse realizar reformas mais profundas no sentido de reduzir as desigualdades, os defensores argumentam que “com a direita seria pior”. Já entre as críticas, à direita e à esquerda, variam os argumentos da futilidade e da perversidade.

Seja como for, as desigualdades sociais e econômicas constituem não apenas uma característica do Capitalismo, mas condição *sine qua non* do sistema: são elas que conferem a “vitalidade e o dinamismo da economia de mercado” (CATTANI, 2009, p. 547). Em tal sistema, os homens são “livres e iguais em *status*, embora não necessariamente em poder” (MARSHALL, 1967, p. 79). As desigualdades sociais seriam, portanto, legítimas “em termos de cidadania democrática, desde que não sejam muito profundas, mas ocorram numa população unificada numa civilização única” (MARSHALL, 1967, p. 108).

Do confronto de interesses entre as classes sociais desiguais surgiram alguns mecanismos de nivelamento, ou de redução de diferenças sociais. É no contexto da expansão e da consolidação dos Direitos Sociais que estão inseridas as Políticas Sociais. O propósito de tais medidas não é eliminar as diferenças de classes, condição de existência do sistema capitalista, mas, como sugere Marshall (1967), diminuir as distâncias entre os degraus da desigualdade.

3.2 CIDADANIA NO BRASIL

Estudos considerados clássicos sobre a formação do Pensamento Social e da cidadania do brasileiro, de autores como Sérgio Buarque de Holanda (1995), Victor Nunes Leal (2012), Teresa Sales (1994), Michel Debrun (1983), Raymundo Faoro (2001), José Murilo de Carvalho (1990), Wanderley Guilherme dos Santos (1979), entre outros, indicam alguns traços da cultura política brasileira que permeiam o comportamento político da população: privatismo, paternalismo nas relações patrão-empregado, a “Cultura da Dádiva”, personalismo, autoritarismo (ao qual Michel Debrun referia-se como “estrutura de autoridade”), patrimonialismo e passividade.

A partir da análise das obras de diversos autores, Teresa Sales (1994) destaca elementos da cultura política brasileira que forjaram o tipo de cidadania que se

desenvolve no país, a partir da Abolição da escravidão (1888) e da Proclamação da República (1889). A “Cordialidade”, apontada por Sérgio Buarque de Holanda, e o “fetiche da igualdade”, indicado na obra de Gilberto Freyre e sua concepção de uma “democracia racial”, conferem uma “aparência de encurtamento das distâncias sociais, contribuindo, dessa forma, para que situações de conflito não resultem em conflito de fato, mas em conciliação” (SALES, 1994, p. 26-27).

Originalmente publicada em 1947, a obra *Coronelismo, enxada e voto*, de Victor Nunes Leal, traz, segundo Teresa Sales, importantes contribuições para a compreensão do desenvolvimento daquilo que a autora definiu como “Cultura da Dádiva”, que resultou em uma “**Cidadania Concedida**”, um processo de cidadania que, em grande medida, se originou nas relações de mando e na obediência que caracterizaram as relações entre os grandes senhores de terras e seus serviçais, que sempre dependeram dos favores do senhor das terras para poder gozar de alguns elementos de cidadania, que a eles mais pareciam “concessões”, “dádivas” do seu senhor.

Victor Nunes Leal (2012, p. 44) descreve o Coronelismo como

> [...] uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.

Além de conceber o Coronelismo como um processo através do qual os grandes proprietários de terras mantiveram seus interesses privados no centro das ações de um Estado que se democratizava, Victor Nunes Leal (2012) destaca a importância do compromisso de trocas de favores – entre o poder público e os interesses privados de ruralistas – como um traço fundamental do processo que é o Coronelismo. Essa troca de favores faz com que os grandes proprietários de terras permaneçam detendo sob seu controle – portanto, sob o controle privado – diversas instituições e serviços, exercendo sua influência, direta ou indiretamente, por meio de indicações de amigos e agregados a cargos (por exemplo, delegado, professora ou médico):

> O “coronel” meio que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, ampla jurisdição sobre seus dependentes [...] que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas (LEAL, 2012, p. 45).

Neste ponto, cabe retomar a obra de Max Weber, sobre dominação e poder. Segundo Weber (2004), o Estado no Capitalismo detém alguns monopólios: o do uso legítimo da violência, o da elaboração de leis e o da criação e da cobrança de impostos. Em uma sociedade democrática, esses monopólios deveriam frutificar, por meio da mobilização dos cidadãos, em direitos de cidadania social. Entretanto, no Brasil, tais monopólios são envolvidos pelos interesses privados das elites rural e econômica.

O caráter pessoal e privado deste compromisso de trocas de favores é uma manifestação do paternalismo e do patrimonialismo, tão marcantes em nossa cultura política. Não raro, os coronéis e os políticos acabam por adentrar no terreno da ilegalidade

> Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes na zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora. A definitiva reabilitação virá com a vitória eleitoral, porque, em política, no seu critério, “só há uma vergonha: perder” (LEAL, 2012, p. 60).

O sistema escravocrata fez com que não apenas ex-escravos fossem excluídos da plena cidadania, mas também os pobres, os trabalhadores rurais e os agregados dos “coronéis”, que percebiam os únicos benefícios a que tinham acesso como um presente, uma “dádiva” daquele senhor para aquelas pessoas que nada possuíam, estabelecendo uma relação de “dependência perpétua” daquela população livre, mas pobre:

> O outro caminho trilhado pelo homem pobre teve seu ponto de partida no caráter prescindível desse sujeito na estrutura sócio-econômica. Essa existência dispensável levou-o, em última instância, a conceber sua própria situação como imutável e fechada, na medida em que as suas necessidades mais elementares dependeram sempre das dádivas de seus superiores.

> Assim, em sua vida de favor, a dominação foi experimentada como uma graça e ele próprio reafirmou, ininterruptamente, a cadeia de lealdades que o prendia aos mais poderosos. Desprovida de marcas exteriores, sua sujeição foi suportada como benefício recebido com gratidão e como autoridade voluntariamente aceita, fechando-se a possibilidade de ele sequer perceber o contexto de domínio a que esteve circunscrito (Maria Sylvia de Carvalho Franco *apud* SALES, 1994, p. 31).

Mais tarde, no Estado Novo, alguns Direitos Sociais, como os Direitos Trabalhistas, foram implementados sob um regime autoritário, marcado pelo personalismo de Getúlio Vargas, e, de maneira vertical, do Estado para a sociedade – mais uma vez, como uma espécie de "Dádiva", o que rendeu a Vargas a alcunha de "Pai dos Pobres".

Wanderley Guilherme dos Santos, em seu livro *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*, afirma que o processo iniciado com a criação dos Direitos Trabalhistas resultou em uma forma de "**Cidadania Regulada**", um

> [...] conceito de cidadania cujas raízes encontram-se não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. [...] A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal; assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei.
>
> A associação entre *cidadania e ocupação* proporcionará as condições institucionais para que se inflem, posteriormente, os conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho, uma vez que nestas últimas categorias ficarão incluídos não apenas os desempregados, ou subempregados e os empregados instáveis, mas, igualmente, todos aqueles cujas ocupações, por mais regulares e estáveis, não tenham sido ainda regulamentadas (SANTOS, 1979, p. 75, grifos do autor).

Ainda que Direitos Sociais tenham sido criados e ampliados, a partir daquele momento o país institucionalizou diferentes níveis de cidadania: alguns cidadãos eram "mais cidadãos" que outros, pois emprego com carteira de trabalho assinada (ainda) garante uma série de direitos, aos quais os trabalhadores informais não têm acesso, como férias remuneradas, licença-maternidade, décimo terceiro salário, etc. A carteira

de trabalho “se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico” (SANTOS, 1979, p. 76).

José Murilo de Carvalho (1990, p. 29) chama de “**Estadania**” a forma como se desenvolveu a cidadania no Brasil

> A sociedade escravocrata abria também poucos espaços ocupacionais, fazendo com que os deslocados acabassem por recorrer diretamente ao emprego público ou à intervenção do Estado para abrir perspectivas de carreira. Bacharéis, desempregados, militares insatisfeitos com os baixos salários e com minguados orçamentos, operários do Estado em busca de uma legislação social, migrantes urbanos em busca de emprego, todos acabam olhando para o Estado como porto de salvação. A inserção de todos eles na política se dava mais pela porta do Estado do que pela afirmação de um direito de cidadão. Era uma inserção que se chamaria com maior precisão de estadania.

Independentemente do nome que se dê, há alguns elementos em comum na forma como esses autores avaliam o processo de desenvolvimento dos direitos de cidadania no Brasil: 1) esses direitos são percebidos como concessões do Estado e da elite que o gerencia aos demais cidadãos, e não como resultado de mobilização ou de consciência social – o que também indica uma passividade da população diante de tantas desigualdades; 2) o Estado é o agente forte ao qual todos – elites, classe média, pobres, sindicatos e movimentos sociais – se voltam, em busca de soluções; 3) esses direitos não são universalmente distribuídos e válidos, fazendo com que existam diversos tipos de cidadãos e que camadas inteiras da população não tenham acesso a direitos básicos.

3.3 O CIDADÃO CONSUMIDOR

Nos anos 1990, período em que o Brasil foi governado pelo PSDB, por meio de políticas norteadas pelo Consenso de Washington, o PT liderou a oposição aos governos tucanos e teve atuação fundamental para barrar reformas propostas pelo governo FHC, como a da previdência:

> Em nome da estabilização da moeda, em 1994 foi instituída a desvinculação de parte dos recursos da seguridade social com a criação do Fundo Social de Emergência. Esse fundo, depois renomeado Fundo de Estabilização Fiscal em 1997 e, finalmente, para expressar seu verdadeiro caráter, Desvinculação das Receitas da União – DRU, em 2000, permite que 20% das receitas de impostos e contribuições sejam livremente alocadas pelo governo federal, inclusive para pagamento dos juros da dívida (MÉDICI; MARQUES, 1994b; MARQUES; MENDES, 2001). Essa medida recebeu franca oposição dos setores comprometidos com a seguridade social e o Partido dos Trabalhadores fechou questão contra sua aprovação no Congresso Nacional.
>
> Curiosamente, já com Lula na Presidência da República, esse mesmo partido encaminhou proposta de reforma tributária ampliando para 2007 a vigência da DRU. Esquecendo-se de qualquer princípio antes defendido [...] (MARQUES, 2004, p. 6).

Conforme descrito no capítulo 2, sobre o Neoliberalismo, as reformas econômicas e institucionais trouxeram a figura dos serviços “públicos não estatais”, e a responsabilidade pela prestação de alguns benefícios passou do Estado para a iniciativa privada. Na prática, isso significou que alguns direitos passaram a ser tratados como serviços a serem contratados/comprados pelos indivíduos.

Se direitos passam a ser tratados como serviços, como preconizam as reformas neoliberais, a consequência é que cidadãos sejam tratados como consumidores. Novamente, uma concepção de cidadania estratificada, determinada pelo poder aquisitivo de cada consumidor/cidadão, na qual quem tem mais dinheiro tem, teoricamente, acesso a serviços de melhor qualidade. Aos pobres, restou recorrer aos serviços públicos, cada vez mais sucateados pela falta de investimentos por parte do Estado, ocupado em assegurar as metas fiscais.

Historicamente ligado a movimentos sociais e sindicais, nos anos 1990 o PT já governava diversos Estados e municípios, inclusive capitais[17], e apostou em diversas iniciativas de formação política de base. O exemplo mais importante é, provavelmente, o Orçamento Participativo, um modelo de incentivo à participação popular na alocação

[17] Em São Paulo, a maior capital do país, o PT ocupou a prefeitura por três vezes: com Luiza Erundina, de 1989 a 1992; Marta Suplicy, entre 2001 e 2004, e, por fim, com Fernando Haddad, de 2012 a 2016. Em Porto Alegre, o PT foi eleito por quatro mandatos consecutivos, tendo ocupado a prefeitura da capital gaúcha entre 1989 e 2005. Em Fortaleza, no Ceará, o PT foi eleito para a prefeitura em 1986 e em 2005. Em 1994, o PT elegeu dois governadores: Cristóvam Buarque, no DF, e Vitor Buaiz, no ES. Em 1998, o partido elegeu três governadores: Jorge Viana, no AC; Olívio Dutra, no RS; e José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, no MS (BRASIL, 1998).

de recursos públicos, medida internacionalmente aclamada. No entanto, a professora Rosana Pinheiro-Machado destaca que

> Os anos lulistas mudaram o rumo das coisas. Houve um deslocamento de ênfase na base: optou-se pelo empoderamento econômico em vez do político. Ao mesmo tempo em que os projetos de inclusão sociais resultaram em algumas das maiores conquistas de nossa história – como a redução da pobreza – o projeto de mobilidade social esvaziou a agenda política e ideológica.
> O lulismo marca o "direito ao prazer": políticas de inclusão financeira e inserção no mundo do consumo dos grupos de baixa renda. [...]
> Trata-se de um projeto que tem efeitos extraordinários a curto e médio prazo para resolver questões críticas, mas que no longo prazo se esgota diante da falta de uma agenda de política emancipadora.
> A escolha pelo empoderamento econômico e não político tem consequências diretas no tipo de cidadão que se forma no Brasil. [...] A inclusão pelo consumo incentiva o alinhamento aos valores neoliberais. Isso tudo em meio a capitalismo cru, uma sociedade de valores aristocráticos e uma democracia frágil (PINHEIRO-MACHADO, 2015, online).

Em suma: na oposição a um governo neoliberal, o PT foi capaz de estimular iniciativas de formação e participação política. No poder, o partido abandonou tais iniciativas, partiu para a cooptação de movimentos sindicais e sociais (como o MST – assunto abordado no capítulo 6) e incentivou uma forma específica de inclusão social: a partir da facilitação ao crédito e ao consumo.

Seria intelectualmente desonesto negar que, em um país tão desigual como o Brasil, o fato de possibilitar o acesso ao consumo de bens como geladeira, fogão, televisão seja algo insignificante ou pouca coisa. Além de melhorar as condições de vida das famílias, isso muda para melhor o sentimento de dignidade de muitas pessoas. Não é disso que se trata. O intuito aqui é refletir sobre o tipo de cidadania que se forma nesse contexto, de estímulo ao consumo: uma forma de inclusão social e política completamente formatada e enquadrada na lógica da economia de Livre Mercado.

Em uma análise sobre os "rolezinhos"[18], Renato Janine Ribeiro (2014) afirma que a inclusão pelo consumo foi "a via do possível":

---

[18] Movimento de jovens, em geral das periferias das grandes capitais, ocorrido entre 2013 e 2014, que organizava, pela internet, encontros coletivos, que levavam dezenas, às vezes centenas de pessoas a locais públicos, como praças, parques e shopping centers.

> Dizia-se há alguns anos que a ideologia dominante numa sociedade é a ideologia de sua classe dominante. Se for verdade, os rolês mostram que a ideologia da classe média, seu “way of life”, seduziram os mais pobres. O que muitos deles querem é estar no mundo da classe média. Não querem romper com ela nem eliminá-la. Querem fazer parte dela, claro que com os ajustes necessários. [...]
> O problema é que a inclusão pelo consumo tem um alcance limitado, chega uma hora em que você tem de produzir não só para consumir, e a produção requer hoje competências cada vez maiores, que se chamam educação, cultura, ciência (RIBEIRO, 2014, p. 2).

Sobre o mesmo tema, os rolezinhos, Alberto Dines (2014, p. 1) afirma que

> Rolêzeiros (ou roleiro?) não estão a fim da luta de classes, querem ser admitidos como consumidores. Das liberdades instituídas nos regimes democráticos contemporâneos, a mais eficaz é a de comprar. Com cartão, cheque, a vista ou a prazo, os jovens da periferia querem ser admitidos no exclusivo clube das compras. Que, aliás, necessita deles.

Essa forma de inclusão é um assunto delicado, pois, como apontado anteriormente, em um país marcado por tantas desigualdades, por carências tão básicas, não parece justo identificar no estímulo ao consumo uma forma de inclusão problemática.

No entanto, hoje é mais fácil perceber, as consequências dessa forma de inclusão foram nefastas. Além do endividamento das famílias (assunto a ser abordado no capítulo 6), o fato é que serviços básicos como a educação, a saúde e a previdência foram relegados a um segundo ou terceiro planos, e o que se vê são condições desumanas de atendimento a pessoas doentes, e a existência, em pleno século XXI, de mais de 11 milhões de analfabetos no país.

Mas talvez o efeito mais nocivo dessa forma de inclusão seja mesmo a despolitização de toda uma geração, porque isso compromete o futuro da democracia no país.

Jovens que não valorizam princípios democráticos ou, pior, desconfiam das instituições democráticas, podem facilmente se encaminhar para discursos e práticas autoritárias e intolerantes, características da elite brasileira, como apontou Florestan Fernandes (1976).

4 A ESQUERDA NO PODER – QUAL ESQUERDA?

Na primeira parte do capítulo 1, foram resgatadas algumas das características do Liberalismo e, bem brevemente, alguns elementos do Socialismo, uma proposta de sociedade que surge em oposição ao Liberalismo na virada do século XVIII para o século XIX. O embate entre as duas concepções de sociedade – Liberalismo e Socialismo – pode ser interpretado como uma oposição entre os que defendem a liberdade (os liberais) e os que defendem a igualdade (os socialistas), como indicam Alexis de Tocqueville, Karl Marx e Norberto Bobbio.

Assim, nesse debate, a direita seria identificada com a defesa das liberdades individuais e, portanto, com o Liberalismo; e a esquerda, com a defesa da igualdade, com o Socialismo.

A fim de explorar a relação entre ideologia e exercício do poder, a proposta neste capítulo é buscar elementos para a discussão sobre a esquerda que chega ao poder no Brasil, com um discurso de oposição aos governos neoliberais do PSDB, e o combate às desigualdades no contexto do Capitalismo Dependente.

Aqui será apresentado o conceito de “Restrição de Abrangência de Conteúdo Ideológico”, do professor Camilo Negri, que, junto com os conceitos de “Revolução dentro da Ordem”, “Peemedebismo” e “Democracia Inercial” (que serão apresentados no capítulo 5), possibilitará uma melhor compreensão dos limites que o poder e a luta por permanecer no poder impõem às ideologias e aos projetos igualitários.

4.1 ESQUERDA E IGUALDADE

Norberto Bobbio (1995), para definir critérios de distinção entre Direita e Esquerda, destaca a busca pela igualdade como o critério definidor da díade: a Esquerda seria caracterizada por difundir ideais e práticas igualitárias, e a Direita, por ideais e práticas de justificação ou defesa das desigualdades sociais. Tal oposição possibilita expor os conflitos de interesses no campo político. A partir desse critério, o autor esquematiza uma “escala” das posições políticas:

> a) na extrema esquerda estão os movimentos simultaneamente igualitários e autoritários [...];
> b) no centro-esquerda, doutrinas e movimentos simultaneamente igualitários e libertários [...];
> c) no centro-direita, doutrinas e movimentos simultaneamente libertários e inigualitários [...] que se distinguem das direitas reacionárias por sua fidelidade ao método democrático, mas que [...] se prendem à igualdade diante da lei [...];
> d) na extrema-direita, doutrinas e movimentos antiliberais e anti-igualitários [...] (BOBBIO, 1995, p. 119).

Na virada do século XXI, diversos países da América Latina passaram a eleger governos considerados progressistas ou mesmo de esquerda, com propostas que se contrapunham à malfadada experiência neoliberal.

Com a ascensão de Hugo Chávez ao poder na Venezuela (1998), e ao longo da primeira década do século XXI, os países governados por partidos considerados de esquerda (ou centro-esquerda) multiplicaram-se na América do Sul:

- 2002: Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil; com a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2010, reeleita em 2014;
- 2003: Nestor Kirchner, do peronista Partido Justicialista, na Argentina;
- 2005: Tabaré Vázquez, eleito pela Frente Ampla, no Uruguai;
- 2006: Evo Morales, do MAS, na Bolívia, reeleito para o terceiro mandato em outubro de 2014;
- 2006: Michéle Bachelet, eleita no Chile pela Concertação pela Democracia, aliança liderada pelo Partido Socialista, e retornou ao poder em 2014 com a Coalizão Nova Maioria;
- 2007: Rafael Correa, do PAIS, no Equador.

Em comum nos discursos e nas medidas que passaram a ser adotadas em todos esses países está a retomada da atuação do Estado como promotor do desenvolvimento econômico e de superação das desigualdades sociais.

4.2 IDEOLOGIA X PRÁTICA

Desigualdades sociais geram diferentes necessidades e, consequentemente, diferentes visões de mundo e, portanto, diversas ideologias – o que confere aos partidos políticos um papel importante, no sentido de propor projetos políticos que estejam em sintonia com o setor da sociedade que pretendem representar. No entanto, o que se constata, na realidade, é uma crescente homogeneidade dos planos partidários (NEGRI, 2009; BAQUERO, 2011) e também das Políticas Sociais implementadas por governos que, teoricamente – ou pelo menos no discurso –, possuem diferentes orientações ideológicas. A definição clara das posições ideológicas é importante para que se possa comparar os discursos e as práticas dos partidos quando seus representantes assumem cargos no aparato do Estado, seja no Poder Legislativo, seja no Executivo.

Louis Althusser (1985, p. 89) afirma que a ideologia “existe sempre num aparelho, e na sua prática ou suas práticas. Esta existência é material”. Ou seja: a ideologia materializa-se no comportamento real, nas práticas dos sujeitos ou nas ações do Estado. Em outras palavras: o comportamento e as ações do sujeito – ou do Estado – conferem existência real à ideologia. Toda ação está, assim, relacionada a uma ideologia. Se a ação executada não condiz com a ideologia proclamada, a ação efetuada denuncia a verdadeira ideologia que moveu o sujeito. Não é o mero discurso que revela a filiação ideológica de indivíduos e governos, mas as práticas efetivamente adotadas. Portanto, em caso de contradição entre discurso e prática, é a prática que deve ser considerada. No caso do Estado, a ideologia materializa-se em práticas, por exemplo, por meio das medidas adotadas, por meio de programas e políticas públicas e do cumprimento (ou descumprimento) das leis vigentes.

A congruência entre a posição ideológica (ou o discurso) e a prática pode contribuir para a confiança nas instituições e para a consolidação de valores democráticos. Já a ausência de projetos políticos claramente distintos, a semelhança entre as práticas políticas dos diferentes partidos, contribui para a descrença sobre a existência de alternativas baseadas em identidades coletivas e ideologias, o que fragiliza a democracia (BAQUERO, 2011, p. 35).

4.3 QUAL ESQUERDA?

Camilo Negri (2009) analisou o “deslocamento ideológico” das propostas de partidos tradicionalmente ou autodenominados de esquerda – tal mudança é considerada como resultado do modelo democrático hegemônico: a democracia liberal produz o que o autor chama de “**restrição de abrangência de conteúdos ideológicos**”, que inviabiliza que programas de partidos de esquerda se consolidem. Nos casos analisados por Negri, partidos outrora identificados com a esquerda, no Brasil e no Uruguai, refizeram seus programas partidários, a fim de viabilizar não apenas sua chegada ao governo pela via eleitoral, mas também a realização de seus planos de governo. “A denominação esquerda, contudo, se não foi abandonada, foi integralmente questionada pelos próprios atores e partidos políticos[19], da mesma forma que por grande parte dos intelectuais e cientistas sociais” (NEGRI, 2009, p. 203).

A restrição de abrangência de conteúdos ideológicos é, segundo Negri, um resultado político da hegemonia do modelo liberal de democracia, que inclui valores como a liberdade e a propriedade privada. Assim, qualquer projeto que se oponha aos valores que constituem tal modelo será barrado, pois “Concordar com as regras da democracia implica, para as forças políticas interessadas em alcançar a vitória eleitoral, aceitar o Livre Mercado e as suas configurações básicas, conforme a realidade de cada país” (NEGRI, 2009, p. 203).

Em um documento que ficou conhecido como *Carta ao Povo Brasileiro* (ver anexos B e C), publicado pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, no início da campanha eleitoral de 2002, podem-se encontrar algumas evidências da guinada do PT à direita, para adequar seu discurso e propostas, a fim de viabilizar sua ascensão ao poder:

> [...] O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo. Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. [...]

[19] Cabe aqui lembrar de um pronunciamento de Lula em 2006, logo após ser reeleito, a uma plateia de empresários, no qual o ex-presidente disse que a maturidade o afastou da esquerda, pois ser de esquerda seria uma característica da juventude, ou da inexperiência. Ver Anexo M.

> Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos. (SILVA, 2002, p. 4-5, grifos meus).

Para Dahl (*apud* Negri, 2009), a longevidade da democracia depende da homogeneidade cultural da sociedade. Portanto, embora a democracia liberal apregoe a liberdade de pensamento e de expressão, por uma questão de sobrevivência o sistema é avesso à diversidade de pensamento e de interesses. Assim, conforme Negri (2009), o modelo democrático hegemônico, o da Democracia Liberal, é vedado a propostas antagônicas ao Capitalismo e ao Livre Mercado, modelo econômico excludente por natureza.

Neste processo de homogeneização de propostas e projetos políticos, a chamada “Nova Esquerda” abandonou princípios e bandeiras da esquerda tradicional, tais como o fim da propriedade privada dos meios de produção e a ideia de revolução, e adequou seus projetos e discursos para passar pelo filtro da restrição ideológica imposta pelo sistema democrático.

Simultaneamente, a direita alinhou-se ao receituário da ortodoxia liberal, de negação da intervenção do Estado e da participação popular, e do pragmatismo econômico acima de qualquer necessidade que a sociedade possa ter.

O que parece ter ocorrido foi um deslocamento à direita generalizado, tanto por partidos de direita como os de centro e de esquerda.

Assim, a esquerda não mais se caracteriza pela contestação ao sistema capitalista e à Democracia Liberal. A defesa de direitos e políticas implementados por influência do Estado de Bem-Estar Social, a criação de novas legislações e políticas voltadas a atender a pautas identitárias (e, portanto, focalizadas) indicam uma esquerda mais afinada com princípios do individualismo liberal do que com as bandeiras universalistas que um dia caracterizaram a esquerda tradicional. No próximo capítulo, serão feitas algumas observações a respeito dos movimentos identitários e sua relação com a democracia no Capitalismo.

A nova esquerda surge no contexto dos conflitos na Europa do final dos anos 1960, início dos anos 1970. De inspiração pós-marxista, os partidos identificados com

a nova esquerda defendem e difundem novos ideais e valores, como a ecologia, e políticas de inclusão de minorias sociais.

Tais bandeiras e valores são aqueles aos quais Inglehart (2000) refere-se como “não materiais”, cuja defesa somente é possível em sociedades que superaram as maiores e mais profundas desigualdades socioeconômicas. Para Inglehart (2000, p. 84), a mudança de valores materialistas para pós-materialistas

> […] is found throughout advanced industrial societies; it seems to emerge of growing emphasis on environmental protection, the women’s movement, and rising demands for participation in decisionmaking in economic and political life. During the past twenty-five years, these values have become increasingly widespread in almost all advanced industrial societies for which extensive time-series evidence is available.

Em suma: nas sociedades de baixo desenvolvimento industrial e econômico, predominam valores mais tradicionais e muitas incertezas relacionadas ao conforto e à segurança da vida material das pessoas, que, portanto, se preocupam mais com o que fazer para assegurar condições materiais de sobrevivência. Já nas sociedades mais desenvolvidas econômica e industrialmente, nas quais as pessoas não precisam se preocupar com falta de oportunidades de emprego, por exemplo, é possível que os indivíduos se dediquem a outros assuntos, como a questão ambiental, direitos civis, entre outros valores essenciais para a consolidação de instituições e práticas democráticas, pois “societies that emphasize self-expression values are much more likely to be stable democracies than those that emphasize survival values” (INGLEHART, 2000, p. 84).

No século XX, o debate envolvendo liberdade e igualdade proporcionou algumas reflexões interessantes, como aquela apresentada por Lessa-Kerstenetzky (1999), sobre a ideia de “Desigualdades Justas e Igualdade Complexa”. Trata-se de uma tentativa de estabelecer uma definição de igualdade não utópica, a partir de discussões normativas.

A ideia de Desigualdades Justas pressupõe a existência de uma igualdade básica. E a Igualdade Complexa admite que alguns níveis e tipos de desigualdades podem e devem existir. As desigualdades justas são aquelas que decorrem,

exclusivamente, de escolhas individuais, tomadas em um contexto de igualdade básica, no qual todos dispõem de uma “liberdade real” (Amartya Sen *apud* LESSA-KERSTENETZKY). Ou seja: a igualdade complexa combate as desigualdades arbitrárias e aquelas decorrentes da ação ou da ineficácia institucional em distribuir “oportunidades e recursos sociais entre indivíduos diferentes” (LESSA-KERSTENETZKY, 1999, p. 10).

A discussão sobre Igualdade Complexa aparentemente se encaixa neste contexto de fazer em prol da igualdade o que é possível dentro de um sistema impermeável a medidas, políticas e propostas antimercado. A ideia de uma igualdade universal, como aquela preconizada no Socialismo utópico de Rousseau, ou mesmo na sociedade comunista de Marx, parece não ser possível através da Democracia Liberal.

4.4 A ESQUERDA NO PODER E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS

Estudos sobre as Políticas Sociais de combate à pobreza no Brasil indicam que são

> [...] políticas de inclusão precárias e marginais, orientadas pela focalização na população pobre ou extremamente pobre, incapazes de alcançar as determinações mais gerais e estruturais da situação de pobreza no país. São políticas e programas que têm, até, incluído pessoas nos processos econômicos de produção e de consumo. [...] Pode-se ter, por conseguinte, uma pobreza regulada ou controlada, mas não superada, servindo para atenuar o caráter “perigoso” que é atribuído aos pobres e permitindo o funcionamento da ordem com o controle social das políticas sociais (SILVA, 2010, p. 161).

James Petras (2006) enumera uma série de características que indicam se um determinado governo e suas políticas podem ser considerados de esquerda:

> Histórica y empíricamente hay un acuerdo general entre académicos y activistas acerca de lo que constituye el criterio y los indicadores para definir a una política de izquierdas. Éstos incluyen: 1. Disminución de las desigualdades sociales, 2. Incremento de los estándares de vida, 3. El interés general y la propiedad nacional por encima de la propiedad privada y extranjera, 4. Los impuestos progresivos (rentas/ empresariales) por encima de los regresivos (IVA, consumo), 5. Prioridades presupuestarias que favorezcan los principales gastos sociales e inversiones públicas en trabajo

> en lugar de subsidios a los explotadores y al pago de la deuda externa, 6. Promoción y protección de la propiedad nacional de las materias primas por encima de la explotación extranjera, 7. Diversificación de la producción para valorar productos añadidos como oposición a vender materias primas sin procesar, 8. Subordinación de la producción para la exportación al desarrollo del mercado interno, 9. Participación y poder popular en las tomas de decisión como oposición a las decisiones de la élite hechas a través de negocios, la banca internacional (FMI) y las élites políticas, 10. Consulta con los movimientos de masas en la selección de ministros claves en los gabinetes de gobierno en lugar de con las élites de los negocios locales y extranjeras, 11. Adopción de una política exterior antiimperialista contra el apoyo a los libre-mercados, a las bases militares y a las guerras imperiales y de ocupación, 12. Revocar privatizaciones perjudiciales, y oponerse a su ampliación y consolidación, 13. Aumentando del salario mínimo en contra del exceso de pagos de la deuda externa y 14. Promoción de una legislación laboral que facilite la organización sindical, una educación y servicios de salud públicos gratuitos y universales.
>
> Con estos criterios en mente podemos proceder a analizar y evaluar a los regímenes de "centro izquierda" contemporáneos para determinar si "los Nuevos Vientos de la Izquierda" están barriendo América Latina (PETRAS, 2006, p. 2).

Henrique Carlos de Oliveira de Castro (2008), em artigo que aplica ao Programa Bolsa Família (PBF) os critérios elencados por Petras para avaliar se trata-se mesmo de um programa que possa ser atribuído ao espectro da esquerda, conclui que são verificáveis apenas duas daquelas características do rol enumerado por Petras: a diminuição das desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida. Mais que isso, Castro critica o programa, que faz do beneficiário objeto, e não agente da política social, em um sinal de despolitização dos cidadãos, e identifica no PBF características do coronelismo:

> El uso electoral del programa es evidente, no sólo por el énfasis dado en campaña sino, también, por los resultados de las elecciones de 2006, cuando Lula obtiene un porcentaje de votos más alto en las regiones con mayor índice de participación de beneficiarios del programa. Parece recrear el mundo descrito por Víctor Nunes Leal en la década del 50, pero con el Estado en el antiguo papel de los coroneles (CASTRO, 2008, p. 135).

Segundo Baquero, Raninchesk e Castro (2018, p. 91), programas como o Bolsa Família

> [...] não parecem ter sido suficientes para aplacar de um lado a profunda desigualdade social existente no país e de outro construir uma cultura mais solidária. Estes programas sociais são projetados para atender às pessoas

> mais carentes, e se transformam em moeda política de troca. Além disso, tais programas alimentam a visão individualizada do benefício: cabe a cada chefe de família, no caso a mulher, responsabilizar-se pela bolsa. Não há nenhuma ação mais coletiva de envolvimento por parte dos beneficiários das bolsas.

Mesmo com políticas de redução da miséria no período dos governos petistas (2003 a 2016), a concentração de renda e riqueza no Brasil permanece entre as mais altas do mundo. Pesquisa baseada em dados tributários da Declaração de Renda, entre os anos de 2006 e 2012, indica que a renda do 0,1%, do 1% e dos 5% mais ricos do Brasil aumentou. Também há indicadores de que o percentual da renda total apropriada por esses grupos do topo da distribuição de renda manteve-se estável ou cresceu no mesmo período. Assim,

> [...] é provável que a queda da desigualdade nesse período, identificada nas pesquisas domiciliares, não tenha ocorrido ou tenha sido muito inferior ao que é comumente medido. As pesquisas domiciliares, tudo indica, identificam melhoras na base da distribuição, mas a desigualdade total também depende do que ocorre no topo (MEDEIROS, 2014, p. 14).

Segundo o professor Camilo Negri (2009, p. 203), assim como o Neoliberalismo foi um modelo comum a diversos países da América Latina, na virada do século XXI nasceu “com as ditas novas esquerdas um projeto político semelhante, pelo menos nos casos do Brasil e Uruguai”. No caso brasileiro, trata-se do Novo Desenvolvimentismo (ou Neodesenvolvimentismo), tratado anteriormente, no capítulo 2: modelo de desenvolvimento defendido e adotado pelos governos do Partido dos Trabalhadores que tem (ou teve, considerando que a crise econômica e política desencadeada em 2015, culminando no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, encerrou o ciclo neodesenvolvimentista) como proposta conciliar o desenvolvimento econômico com equidade social, alegando ser um modelo que se contrapunha ao Neoliberalismo. Sob a égide neodesenvolvimentista, o Brasil enriqueceu, e o governo implementou políticas que, em um primeiro momento, resultaram em redução das taxas de pobreza extrema.

4.5 DESIGUALDADES E DEPENDÊNCIA: UMA DECISÃO PRAGMÁTICA

Florestan Fernandes (1976) aponta dois erros interpretativos a respeito da relação entre a dominação burguesa e o desenvolvimento do Capitalismo nas economias periféricas.

O primeiro erro é “a ideia de que a dependência e o subdesenvolvimento seriam estádios passageiros, destinados a desaparecer” (FERNANDES, 1976, p. 290). Por essa perspectiva, a forma de Capitalismo que se desenvolveu nos países periféricos não proporcionou a devida “ruptura da dominação externa (colonial, neocolonial ou imperialista)” (Fernandes, 1976, p. 291) e, por isso, o que se tem é um **Capitalismo Dependente**, que nunca superou as amarras econômicas, socioculturais e políticas. O subdesenvolvimento e as desigualdades sociais são, segundo o autor, condição e consequência desse padrão de dominação capitalista.

Essa percepção de Florestan Fernandes está em consonância com os estudos que vinham sendo desenvolvidos, desde o início dos anos 1950, por intelectuais ligados à CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina):

> O pensamento cepalino encara o subdesenvolvimento como algo estrutural, como um sistema em que centro e periferia coexistem e se determinam mutuamente. E, portanto, o caminho para o desenvolvimento não poderia ser pensado como sequência linear de etapas pelas quais teriam passado diferentes sociedades (MORAES, 1995, p. 23).

Ou seja, o subdesenvolvimento não deveria ser visto como uma etapa atrasada do desenvolvimento de um país ou de uma região, mas como parte de uma estrutura econômica mundial, desigual em sua própria constituição.

O segundo erro apontado por Florestan Fernandes é o de ignorar que a riqueza socialmente produzida no Capitalismo Dependente é duplamente apropriada:

> [...] a partir de dentro, pela burguesia nacional; e a partir de fora, pelas burguesias das nações capitalistas hegemônicas e por sua superpotência [...] A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a consequente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado [...] produzem consequências que sobrecarregam e

> ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa [...] Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político (FERNANDES, 1976, p. 292-293).

Um maior controle do atraso econômico apenas modifica as condições nas quais a dependência e o subdesenvolvimento se manifestam, pois o desenvolvimento desigual é requisito da acumulação capitalista e, também, a forma típica da dominação burguesa. Assim, o que o autor revela é que existe uma racionalidade na forma como a dominação burguesa ocorre no Brasil: a desigualdade e o subdesenvolvimento são decisões políticas e pragmáticas (FERNANDES, 1976, p. 292, 296, 301). As desigualdades sociais e a concentração de riquezas são estruturais e estruturantes dessa forma de Capitalismo.

Não se trata, portanto, apenas de uma “restrição de conteúdo ideológico”: manter a desigualdade estrutural é uma decisão pragmática da elite e dos governos dos países de Capitalismo Dependente, que não é uma forma anômala de Capitalismo, mas componente necessário para que o sistema Capitalista – que possui diferentes níveis e formas de desenvolvimento – possa existir e funcionar.

Assim, a esquerda que chega ao poder por meio da democracia representativa é a “esquerda possível”, aquela esquerda que passou pelo mesmo tipo de “filtro ideológico” ao qual Alfredo Bosi (1992) fez referência em sua análise sobre o liberalismo que se consolida no Brasil: o filtro dos interesses das elites econômica e política. Logo, essa “esquerda filtrada” somente pode atuar dentro dos limites da lógica e dos interesses da burguesia brasileira e do Livre Mercado. Isso significa dizer que somente poderão ser realizadas as mudanças possíveis, que não afetem essa lógica e, portanto, que não abalem a estrutura de desigualdades econômicas e sociais.

No próximo capítulo, serão elaboradas algumas considerações sobre como esse “filtro ideológico” – que limita as possibilidades de ações transformadoras – acaba por contribuir para a perpetuação das desigualdades e como tudo isso impacta na democracia e na percepção que as pessoas têm da democracia no Brasil.

5 GATTOPARDO[20] – MUDAR PARA TUDO CONTINUAR IGUAL

No capítulo 4, foram formuladas algumas observações sobre a esquerda que chegou ao poder no Brasil, na primeira década do século XXI: uma esquerda que assumiu publicamente o compromisso de manter os acordos firmados no período anterior, do Neoliberalismo.

Neste capítulo, a proposta é analisar o impacto desses compromissos assumidos, no que concerne à persistência das desigualdades sociais e econômicas. Também serão abordados alguns movimentos que surgem no âmbito da economia de Livre Mercado, que aproveitam brechas para “furar” o filtro imposto pela elite.

O objetivo aqui é possibilitar maior clareza sobre quão pouco importante é a ideologia proclamada pelos ocupantes do poder, pois o próprio sistema político e econômico impõe limites às ações que possam afetar os interesses da elite brasileira.

A tese da restrição de conteúdos ideológicos permite compreender a mudança dos planos de governo de partidos considerados de esquerda para ascender ao poder.

Contudo, mais do que restrição de conteúdos ideológicos, o que fica evidenciado é que a manutenção das desigualdades sociais é uma característica intrínseca do Capitalismo Dependente – nesta configuração do Capitalismo, a burguesia não pode abrir mão do domínio sobre o aparato estatal e, para manter tal domínio, é necessário conter toda ação que ameace tirar da elite econômica o controle sobre o Estado e, portanto, o poder político.

Também é uma deliberação racional e planejada a separação que a elite brasileira estabelece entre desenvolvimento econômico e a democracia:

> Nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas [...] o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia (FERNANDES, 1976, p. 292).

---

[20] Referência à obra de Tomasi di Lampedusa (1984), *Il Gattopardo,* que narra a decadência da aristocracia italiana. Em determinado momento, Tancredi, sobrinho do Príncipe Dom Fabrizio, afirma que é preciso que tudo mude, para tudo permanecer como está.

Para Florestan Fernandes (1976, p. 301), a “revolução burguesa” que teve lugar no Brasil foi uma “**Revolução dentro da ordem**”, que opôs sociedade civil e o ideário de nação e fez uso de uma forte e competente rede repressiva (sustentada em uma superestrutura repressora), que permitiu o desenvolvimento do Capitalismo possível – “um capitalismo que associa luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbio e opressão, do outro” (FERNANDES, 1976, p. 304). O autor aponta três funções para a forma de dominação burguesa no Capitalismo Dependente:

> Primeiro, ela visa, acima de tudo, preservar e fortalecer as condições econômicas, socioculturais e políticas através das quais ela pode manter-se e revigorar-se, de maneira a imprimir ao poder burguês, que ela contém, continuidade histórica e o máximo de eficácia. Segundo, ela visa ampliar e aprofundar a incorporação estrutural e dinâmica da economia brasileira no mercado, no sistema de produção e no sistema de financiamento das nações capitalistas hegemônicas [...]. Terceiro, ela visa preservar, alargar e unificar os controles diretos e indiretos da máquina do Estado pelas classes burguesas, de maneira a elevar ao máximo a fluidez entre o poder político estatal e a própria dominação burguesa, bem como a infundir ao poder burguês a máxima eficácia política, dando-lhe uma base institucional de auto-afirmação, de autodefesa e de auto-irradiação de natureza coativa e de alcance nacional (FERNANDES, 1976, p. 304).

O autor também destaca a permanente incapacidade da burguesia brasileira em interagir e lidar com interesses sociais divergentes: a burguesia brasileira “só podia, mesmo, mostrar-se ‘democrática’, ‘reformista’ e ‘nacionalista’ desde que as ‘pressões dentro da ordem’ fossem meros símbolos de identificação moral e política, esvaziando-se de efetividade prática no vir a ser histórico” (FERNANDES, 1976, p. 324).

O caráter autocrático da burguesia brasileira sempre fez com que toda forma de inquietação social fosse vista como algo temível:

> [...] a reação societária às pressões dentro da ordem obedeceu à natureza de uma mentalidade política especial, inflexível e intolerante mesmo às manifestações simbólicas e compensatórias do radicalismo burguês, e disposta a impedir ou bloquear o seu avanço, em particular, o impacto que elas poderiam ter sobre a aceleração da revolução nacional (FERNANDES, 1976, p. 330).

Florestan Fernandes (1976) tratava do Golpe Militar de 1964 quando escreveu o Capítulo 7 de sua *Revolução Burguesa no Brasil* – o que torna assustadoramente impressionante a atualidade de suas análises, neste final da segunda década do século XXI[21].

São muitos os indicativos de que o sistema representativo não só se distancia de seus representados, mas também cria uma espécie de "capa de impermeabilidade" contra a mobilização social. E isso não mudou com o processo de redemocratização.

Maria do Carmo Campello de Souza, em artigo publicado em 1988, sobre o processo de redemocratização, afirma que a transição democrática se deu com a presença dos militares e de uma maioria parlamentar composta por membros da ARENA (Souza, 1988). E o PMDB, partido do qual se esperava um papel mais contundente na transição e na consolidação da Nova República, já em 1988 mostrava o que seria: um partido de "perfil obscuro, indeciso e fragmentado internamente", distante da imagem construída durante a ditadura militar, e que "não se constitui nem no principal veículo das comunicações do governo à população, nem em mecanismo eficaz de permitir o movimento inverso, enquanto canal de informação das massas populares ao governo" (SOUZA, 1988, p. 573).

Campello de Souza antecipou, em parte, o que Marcos Nobre denominou, em 2013, de **Peemedebismo**, definido como "uma cultura política que se estabeleceu nos anos 1980 e que, mesmo se modificando ao longo do tempo, estruturou e blindou o sistema político contra as forças sociais da transformação" (NOBRE, 2013, p. 10). O nome Peemedebismo faz referência ao PMDB, partido criado a partir da aglutinação das forças progressistas contra a ditadura militar, mas não se limita a esse partido especificamente. Trata-se de um comportamento político que se estende a diversos partidos e que é composto de cinco elementos:

> O governismo (estar sempre no governo, seja ele qual for e seja qual for o partido a que se pertença); a produção de supermaiorias legislativas, que se expressam na formação de um enorme bloco de apoio ao governo que, pelo menos formalmente, deve garantir a "governabilidade"; funcionar segundo um sistema hierarquizado de vetos e de contorno de vetos; fazer todo o possível

[21] Em outubro de 2018, foi eleito presidente da República do Brasil o senhor Jair Messias Bolsonaro, conhecido por sua defesa de regimes ditatoriais e de perseguição a todos os que tenham um discurso mais alinhado com ideologias progressistas ou de esquerda.

> para impedir a entrada de novos membros, de maneira a tentar preservar e aumentar o espaço conquistado, mantendo pelo menos a correlação de forças existente; bloquear oponentes ainda nos bastidores, evitando em grau máximo o enfrentamento público e aberto (exceto em polarizações artificiais que possam render mais espaço no governo e/ ou dividendo eleitoral) (NOBRE, 2013, p. 14).

Esse caminho conciliatório, rumo ao centrismo, somado às já citadas ideias de "revolução dentro da ordem" (de Florestan Fernandes) e de "restrição de abrangência de conteúdo ideológico" (de Camilo Negri), transparece que o ideário de esquerda, de transformação da estrutura social e de combate à economia de mercado não tem espaço no poder do Estado no Brasil.

5.1 AS BRECHAS E AS MUDANÇAS POSSÍVEIS

Paradoxalmente, ao combater políticas universalistas e, de certa forma, forçar a elaboração de políticas e projetos focalizados, voltados a grupos e setores específicos da sociedade, o Neoliberalismo possibilitou a organização de movimentos identitários em alguns países em desenvolvimento, como parece ser o caso do Brasil. Tais movimentos passaram a elaborar demandas por Políticas Sociais e legislações que atendam às suas causas. É o caso, por exemplo, da Lei Maria da Penha, fruto da militância feminista; das cotas para afrodescendentes para ingresso nas Universidades Federais, uma luta histórica do movimento negro; e de programas de inclusão em cursos superiores, voltados especificamente aos povos indígenas.

Não são movimentos que lutam pelo fim do Capitalismo nem da Democracia Liberal. Ao contrário, fazem valer alguns dos princípios e dispositivos do próprio sistema de livre mercado, como faz o movimento LGBTQI+ com o chamado Pink Money: colocam-se como público que tem considerável poder aquisitivo e de consumo e demandam do sistema mudanças, a fim de que direitos não lhes sejam negados por questões morais ou religiosas.

Isso não significa dizer que atender a demandas de setores específicos da sociedade (mulheres, negros, LGBTQI+s, indígenas) seja menos importante. Afinal,

em um contexto de perda de direitos (como as reformas da previdência e trabalhista)[22], as conquistas dos movimentos identitários representam avanços significativos.

Como a esquerda de inspiração marxista, aquela caracterizada pela luta contra o Capitalismo, não chega ao poder porque o próprio sistema barra propostas e medidas que o coloquem em risco, são esses movimentos identitários que têm a possibilidade de penetrar o sistema e implementar mudanças de teor igualitário – e a busca pela superação de desigualdades é um dos traços que distinguem a direita da esquerda, segundo Bobbio (1995), ainda que pareçam mais com a defesa da liberdade individual, traço característico do Liberalismo.

Movimentos identitários organizam demandas e têm conseguido alguns avanços, como as já mencionadas Lei Maria da Penha e políticas de cotas raciais. Ainda que indiretamente, esses grupos, com suas ações, difundem novos valores morais e éticos e defendem a ampliação de direitos existentes na Democracia Liberal, mas que são negados a diversos setores da sociedade. Sua organização possibilita, ainda, o incentivo à participação no mundo político, atitude fundamental para a oxigenação da própria democracia.

Nessa lógica de um sistema político impermeável às demandas da sociedade, os movimentos identitários encontraram brechas para romper essa capa. Como relembra Marcos Nobre (2013, p. 17), um

> [...] exemplo de contorno dos vetos foi o reconhecimento da união estável homoafetiva para fins tributários por meio da resolução de um órgão do Executivo, a Receita Federal, ocorrido em 2010, confirmado posteriormente, em maio de 2011, pelo Judiciário, por julgamento do Supremo Tribunal Federal.

[22] Como já mencionado, os governos de Lula (2003) e Dilma (2013) realizaram reformas previdenciárias que acarretaram perdas de direitos, especialmente para os servidores públicos. Em 2018, o governo Temer aprovou uma reforma trabalhista mais ampla, com a qual implementou o sistema de “pejotização”: trabalhadores passaram a ser contratados como “Pessoa Jurídica”, o que implica não receber direitos trabalhistas, como férias remuneradas, estabilidade no emprego, etc.

Como se vê, não é um caso de transformação do modelo de sociedade, mas de conquista de direitos negados por motivos morais e religiosos, dentro da lógica do próprio sistema.

O acesso a alguns dos direitos mais básicos, como saúde e educação, além das conquistas dos movimentos identitários, tem ocorrido “por fora” do sistema representativo, a partir de procedimentos que têm sido chamados de “judicialização da política”. Vagas em creches e hospitais, acesso a medicamentos de altíssimos custos, implementação das cotas raciais para acesso às universidades públicas e união homoafetiva são alguns dos exemplos de conquistas de direitos por meio do Poder Judiciário. O estranhamento que essas vitórias causam deve-se ao fato de que o Judiciário é, precisamente, o único dos Três Poderes da Democracia Liberal que não tem representantes eleitos pelo voto popular.

Uma ideia bastante presente entre estudiosos do fenômeno da judicialização da política é a de que acentuadas desigualdades socioeconômicas tendem a desestabilizar o regime democrático (Vianna; BURGOS; SALLES, 2007; BARBOZA; KOZICKI, 2012; AVRITZER; MARONA, 2014). Quando direitos básicos, como saúde, educação, moradia e alimentação, não são assegurados por meio de leis específicas ou de políticas públicas – como prescreve a Constituição brasileira –, o que se percebe é um crescente distanciamento entre os representantes eleitos (Legislativo e Executivo) e a população que por eles deveria ser representada. Ou seja, o próprio sistema representativo, fundamento da Democracia Liberal, passa a ser desacreditado. O resultado é o esvaziamento de poder da arena política. Em busca de direitos que os poderes representativos falharam em cumprir, cidadãos ou grupos de interesse recorrem ao Poder Judiciário, o guardião Constitucional.

Com relação aos representantes, estudos apontam que, apesar de eleitos com o apoio popular, os governos sul-americanos nas últimas décadas “querem ou simplesmente são forçados a agir em sintonia com os ‘mercados’ e com todas as exigências de reformas e ajustes a um mundo cada vez mais globalizado e interdependente” (COUTINHO, 2006, p. 107).

As políticas focalizadas e as reformas liberalizantes, que fizeram com que os Estados “enxugassem” gastos na forma de cortes de políticas públicas e revisão de

direitos (como aposentadorias e pensões), a despeito das necessidades da população, fazem com que o juiz se torne

> [...] protagonista direto da questão social. Sem política, sem partidos, ou uma vida social organizada, o cidadão volta-se para ele, mobilizando o arsenal de recursos criado pelo legislador a fim de lhe proporcionar vias alternativas para a defesa e eventuais conquistas de direitos (VIANNA; BURGOS; SALLES, 2007, p. 41).

São diversos os exemplos que ilustram a garantia ou mesmo a ampliação de direitos de cidadania por meio de ações judiciais. No entanto, a chamada "judicialização da política" gera críticas e preocupações pertinentes. Uma delas diz respeito à interferência do Judiciário na Administração Pública, sem considerar questões administrativas, como a dotação orçamentária, e também quanto à falta de legitimidade dos juízes, que são os únicos membros do Estado não eleitos pela população. Tamanha interferência de um Poder não representativo tenderia a fragilizar a democracia.

Contudo, há os que considerem que a legitimidade do Judiciário reside em garantir que minorias sociais (às vezes nem tão minoritárias assim, como é o caso das mulheres e dos negros) tenham acesso aos direitos constitucionalmente estabelecidos, à revelia da eventual vontade de uma maioria que pretenda impedir que grupos minoritários gozem plenamente sua cidadania – como o caso da União Homoafetiva, um direito civil até então negado a todo um grupo de cidadãos.

O exemplo da política de cotas raciais para acesso ao Ensino Superior, uma Política de Ação Afirmativa – que levou ao acionamento do poder Judiciário por parlamentares, partidos e grupos sociais favoráveis e contrários às cotas –, é bastante ilustrativo de como a atuação do Poder Judiciário pode resultar em ampliação de Direitos Sociais que combatem a desigualdade.

Em 2012, por unanimidade, os Ministros do Supremo Tribunal Federal julgaram que as cotas raciais são constitucionais. Um dos principais argumentos foi aquele que se refere ao dever constitucional de assegurar igualdade de condições entre os cidadãos e que se encontra em conhecido trabalho do ex-Ministro Joaquim Barbosa Gomes (2003, p. 19-21, grifos meus):

> Produto do Estado Social de Direito, a igualdade substancial ou material propugna redobrada atenção por parte do legislador e dos aplicadores do Direito à variedade das situações individuais e de grupo, de modo a impedir que o dogma liberal da igualdade formal impeça ou dificulte a proteção e a defesa dos interesses das pessoas socialmente fragilizadas e desfavorecidas.
>
> […] O "indivíduo especificado", portanto, será alvo dessas novas políticas sociais. A essas políticas sociais, que nada mais são do que tentativas de concretização da igualdade substancial ou material, dá-se o nome de "ação afirmativa" ou, na terminologia do direito europeu, de "discriminação positiva" ou "ação positiva".
>
> […] Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela Sociedade.

O Ministério da Educação divulgou em 2013 – dez anos após o início da implementação de políticas de Ação Afirmativa – que o percentual de negros e pardos matriculados no Ensino Superior brasileiro passou de 4% para 19,8%. O "detalhe" é que negros e pardos já não são uma minoria entre a população brasileira, embora ainda não representem nem um quarto das matrículas em Ensino Superior no país, o que revela a persistência das profundas desigualdades socioeconômicas que caracterizam o Brasil. Contudo, tais dados permitem aferir que, sem as cotas raciais, cuja constitucionalidade foi reconhecida pelo STF (sem o que talvez essas políticas tivessem sido proibidas), o percentual de jovens negros e pardos no ensino superior não teria sido multiplicado por cinco em um período de dez anos.

Assim, a possibilidade de recorrer ao Poder Judiciário pode ser interpretada como uma forma de conter a terrível "Tirania da Maioria", para utilizar uma imagem bastante comum entre autores liberais clássicos (Tocqueville, Mill) – até porque a maioria parlamentar não representa, necessariamente, a maioria popular. As bancadas de interesses específicos, como a chamada "Bancada BBB" (Bíblia, Bala e Boi, em alusão aos parlamentares evangélicos/religiosos, militares/policiais e do agronegócio) no Congresso brasileiro tendem a votar e formular leis que atendam às suas concepções de mundo e interesses corporativos, inclusive ferindo a Constituição em não poucos casos. Assim, alguns autores defendem a tese de que o Constitucionalismo assegura a igualdade de acesso a direitos de cidadania, contra o majoritarismo (AVRITZER; MARONA, 2014; BARBOZA; KOZICKI, 2012).

5.2 A DEMOCRACIA POSSÍVEL

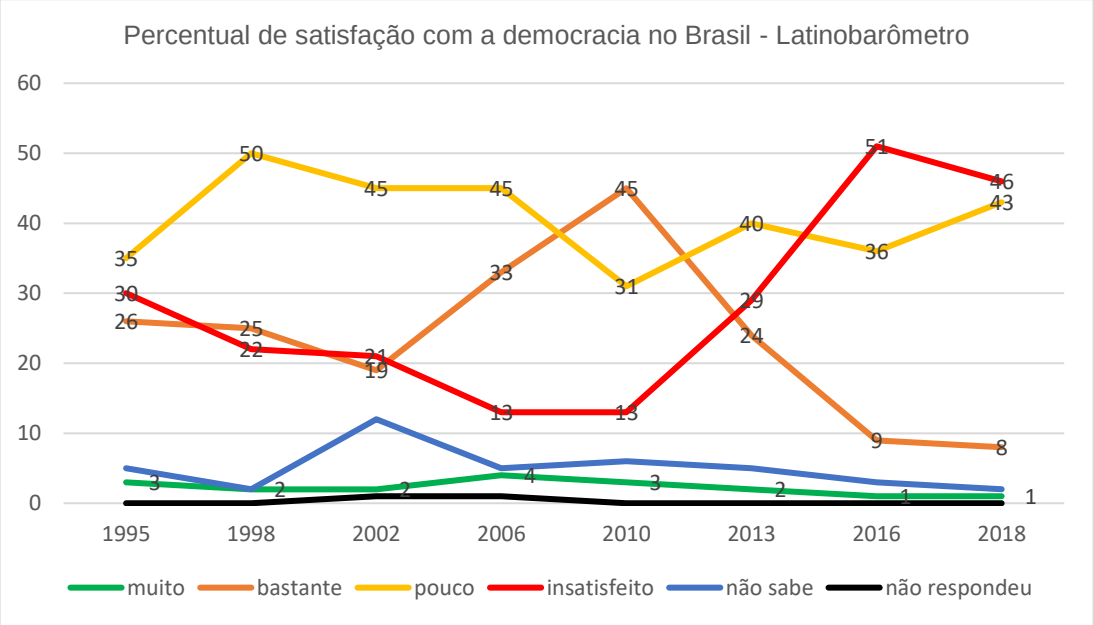
Se análises mais centradas no funcionamento das instituições políticas indicam problemas quando o Estado, por meio dos poderes representativos, não cumpre seu papel de assegurar direitos constitucionais, possibilitando ou até mesmo incentivando uma maior atuação do Poder Judiciário e uma consequente crise da democracia representativa, tendo em vista que tal poder não é eleito por voto direto da população, as análises feitas a partir da perspectiva da Cultura Política também não revelam um cenário mais otimista em relação à qualidade da democracia no Brasil e na América Latina.

Algumas análises culturalistas indicam que o Brasil e a América Latina, em geral, possuem o que se pode chamar de “democracia procedimental” (BAQUERO, 2011; MOISÉS, 2008). As instituições democráticas, restabelecidas após períodos de ditadura nos anos 1960-80, funcionam relativamente bem, pois existem eleições livres. Entretanto, a simples realização de eleições periódicas não significa que exista uma democracia consolidada e saudável na região nem que a população esteja satisfeita com a democracia.

Quando a distância entre as necessidades da população e a ação do Estado – no sentido de sanar tais necessidades – parece um abismo, a democracia representativa passa a ser questionada.

De acordo com dados do Latinobarômetro, instituição chilena de pesquisa que analisa a percepção que a população tem sobre a democracia e suas instituições na América Latina, é possível verificar que o percentual de satisfação dos brasileiros com a democracia teve seu auge em 2010, ano em que Lula deixou a Presidência do país e elegeu sua sucessora, Dilma Rousseff. No entanto, o percentual de satisfação dos brasileiros com a democracia foi caindo ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff, atingindo apenas 9% em 2016, ano em que ocorreu o impeachment, contra 51% de insatisfação com o regime democrático.

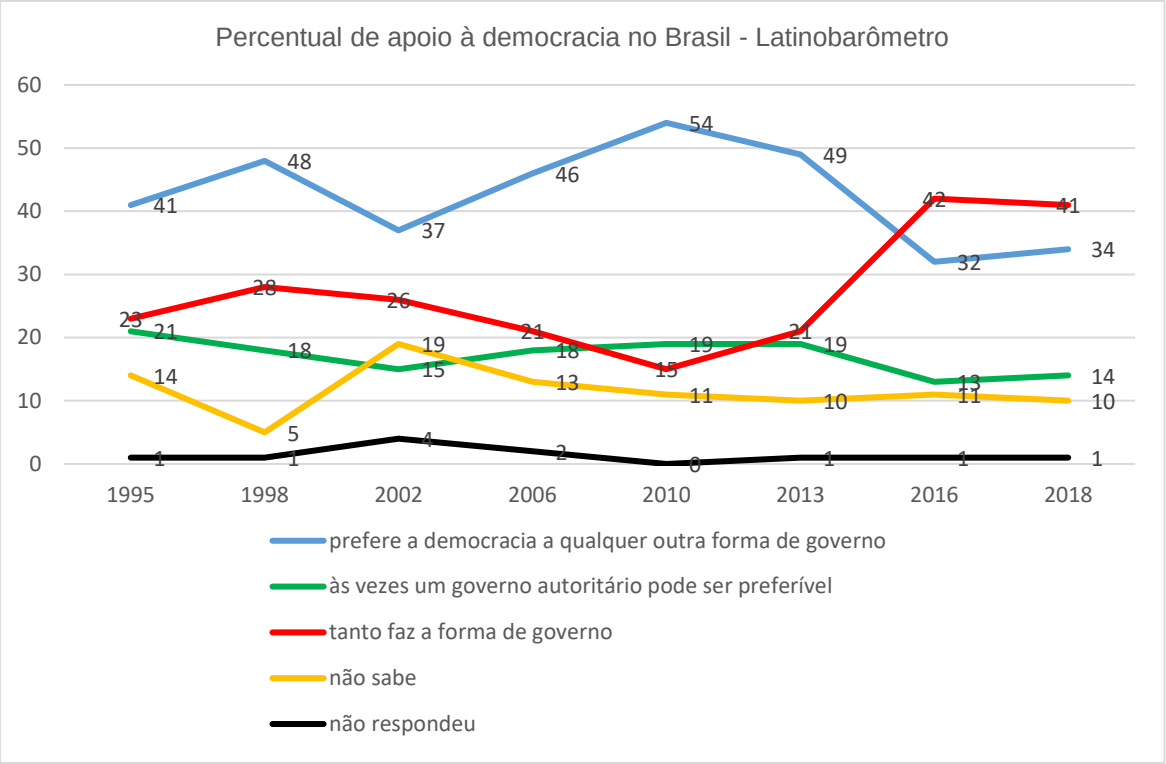
Gráfico 1 – Latinobarômetro: satisfação com a democracia no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Latinobarômetro (2020).

Ainda de acordo com os dados organizados pelo Latinobarômetro, em pesquisa que mede o percentual de apoio à democracia, foi também em 2010 que o regime democrático teve a preferência da maioria dos brasileiros, alcançando 54% de apoio, contra 19% dos que consideram que um regime autoritário pode ser preferível e 15% dos que acham indiferente o tipo de regime, se democrático ou autoritário. Em 2016, o percentual de indiferentes chegou a impressionantes 42%, contra 32% de preferência pela democracia e 13% por um regime autoritário.

Gráfico 2 – Latinobarômetro: apoio à democracia no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Latinobarômetro (2020).

É possível inferir que os cidadãos não reconhecem a validade ou a importância dos procedimentos democráticos em suas vidas e buscam soluções individuais para seus problemas. O resultado é o esvaziamento da arena política como campo legítimo de disputa de projetos distintos ou de luta pela ampliação dos Direitos de Cidadania.

Trata-se de um problema que se retroalimenta: as instituições representativas não correspondem às necessidades da população; apartadas de seus direitos – inclusive aqueles constitucionalmente assegurados –, as pessoas buscam soluções para seus problemas pela via jurídica, requerendo do Poder Judiciário uma atuação que extrapola o campo judicial e adentra no campo político, que, por seus resultados (a efetiva ampliação de acesso a direitos, ou o fornecimento de um medicamento ou a ordem judicial para a internação hospitalar), aumenta a descrença nas entidades e na democracia representativa.

A judicialização da política é parte de um conjunto de diversas outras práticas que constituem uma característica da cultura política brasileira: a de fazer algumas mudanças pontuais sem transformar a estrutura de desigualdade social e econômica

que marca nossa sociedade. Ao atender juridicamente a demandas pontuais, a estrutura de desigualdade permanece inalterada política, social e economicamente.

Este “mudar sem transformar” é um dos elementos daquilo que Marcello Baquero (2018) denomina **Democracia Inercial**, assim caracterizada:

> 1. Eventualmente aumenta o grau de competitividade de um país no mercado internacional face ao crescimento econômico moderado e aumento da capacidade de arrecadação de impostos;
> 2. Uma vez estabelecidos padrões de desigualdade e despolitização dos cidadãos, materializam-se atitudes e comportamentos que resistem a mudanças impostas pelo contexto hegemônico da política;
> 3. Produz uma perda progressiva de valores democráticos;
> 4. Ativa uma “memória simbólica” de um passado melhor;
> 5. Propicia o reaparecimento de práticas políticas que erodem princípios democráticos;
> 6. Gera o surgimento de uma cultura política híbrida;
> 7. Institucionaliza relações terciárias (Estado-cidadão) ao invés de secundárias (cidadão-partido político);
> 8. Produz instituições deficientes e descontextualizadas que privilegiam a desigualdade econômica e política (BAQUERO, 2018, p. 31).

Como apontado por Florestan Fernandes (1976), Jacob Gorender (1992, 2004), Raymundo Faoro (2001) e outros estudiosos da formação política do Brasil, o Estado brasileiro foi historicamente forjado para atender aos interesses das elites econômicas, destacadamente a elite agrária.

No próximo capítulo, serão analisados alguns dados referentes às medidas de combate às desigualdades no Brasil, nos dois períodos em foco.

6 A PRÁTICA: O QUE AS POLÍTICAS SOCIAIS REVELAM SOBRE AS IDEOLOGIAS NO BRASIL

A proposta deste capítulo é verificar, na prática, a partir de dados sobre as medidas de redução das desigualdades, adotadas nos governos do PSDB e do PT, de que maneira se manifestam algumas das questões discutidas até aqui, como a alegada polarização ideológica entre os dois partidos; a existência (ou não) de uma ruptura por parte dos governos do PT com as medidas adotadas pelo PSDB; a efetividade das mudanças promovidas em prol da igualdade e respectivos índices de redução de desigualdades.

Uma polarização política e ideológica, protagonizada pelos dois partidos que ocuparam a presidência da República entre 1995 e 2016 – PSDB e PT –, teria marcado o período. Mas será que, na prática, nas políticas voltadas ao combate às desigualdades sociais e ao cumprimento de direitos de cidadania, a polarização efetivamente existiu?

Historicamente, as políticas voltadas à consolidação dos direitos de cidadania, sobretudo dos Direitos Sociais na América Latina, integraram, de maneira geral, uma série de medidas mais amplas, comuns a diversos países da região, típicas do Desenvolvimentismo, parte dos projetos de desenvolvimento nacional e de industrialização dos países da região.

No Brasil, o Desenvolvimentismo ocorreu durante governos autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar. Estudos sobre o desenvolvimento e a consolidação dos Direitos Sociais e da cidadania no Brasil revelam que o crescimento de Direitos Trabalhistas e Sociais ocorreu em períodos em que os Direitos Civis e Políticos estavam reduzidos, reflexo de uma cultura política personalista e populista e da própria falta de tradição democrática no país e na região como um todo.

Muitos trabalhos e pesquisas de avaliação das Políticas Sociais de combate à desigualdade, implementadas ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores, analisam os dados de cada uma das medidas adotadas, isoladamente, e a evolução dos montantes destinados a cada política, bem como do público atingido em cada uma delas.

Contudo, prevaleceram, ao longo de todo o período, indicativos de que as desigualdades permaneciam, a despeito da propaganda sobre as Políticas Sociais implementadas. Verifica-se, portanto, a necessidade de avaliar outros dados, mais amplos, relacionados às condições de vida da população brasileira, e não apenas os dados das Políticas Sociais adotadas, isolados.

Neste trabalho, com o intuito de mensurar o impacto das políticas adotadas durante o governo PT, serão realizadas comparações com o período anterior, dos dois mandatos do tucano Fernando Henrique Cardoso, marcadamente neoliberal, a fim de identificar semelhanças e diferenças entre as políticas adotadas.

Tal comparação se mostrou necessária, pois alguns pesquisadores, sobretudo os da área econômica, apontam que os governos do Partido dos Trabalhadores foram uma continuidade dos governos do PSDB e, portanto, as políticas adotadas não seriam muito diferentes daquelas do período neoliberal.

Se, na prática, não há diferença nos índices e nos impactos das Políticas Sociais adotadas nos diferentes períodos – o neoliberal e o neodesenvolvimentista –, confirma-se a tese que dá título ao trabalho de Camilo Negri, a “Restrição de Abrangência de conteúdos ideológicos da democracia”, assim como a ideia de estagnação e continuísmo presente nos conceitos de “Revolução dentro da Ordem” (de Florestan Fernandes), “Peemedebismo” (de Marcos nobre) e “Democracia Inercial” (de Marcello Baquero).

A superação de tantos níveis de desigualdades demanda mudanças estruturais, capazes de atingir a concentração de riqueza, renda, terras.

No entanto,

> Desde o início do processo de modernização capitalista no Brasil, o país experimentou variada sorte de “modernizações sem mudanças”, de “transições inconclusas”, de “construções interrompidas”, que são o fundamento do essencial do desenvolvimento capitalista no Brasil – seu caráter periférico, subordinado, excludente, assimétrico e heterogêneo. Trata-se assim de reconhecer a incapacidade histórica do senhoriato brasileiro, em suas diversas fases e faces, de construir uma economia nacional, isto é, uma economia capaz de inserção autônoma na economia interacional porque lastreada num mercado interno amplo e dinâmico. Por sua vez, a constituição desse mercado interno implica a realização de um conjunto de reformas que, decisivamente, terão que questionar os privilégios e particularismos típicos da sociedade brasileira, marcada pela concentração de renda e da riqueza (PAULA, 2005, p. 8-9).

6.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Uma das maneiras de averiguar os avanços no combate às desigualdades em todo o mundo é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), instrumento adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2014, online), “medida média das conquistas de desenvolvimento humano básico em um país”, em três áreas consideradas fundamentais: saúde (expectativa de vida), educação (acesso ao conhecimento, calculado pela média de anos dedicados à escolaridade) e renda (“medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência”) (PNUD, 2014, online).

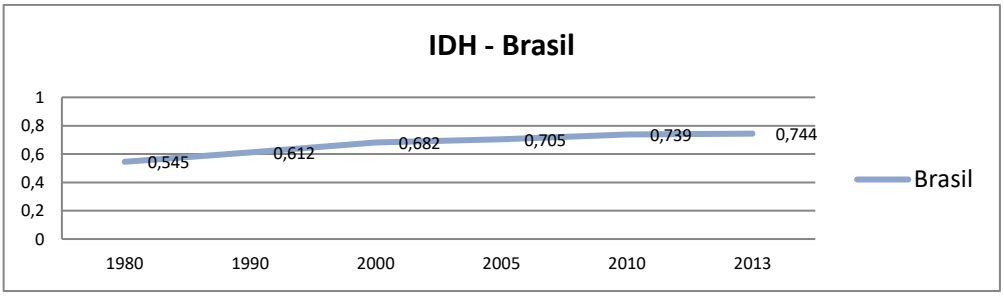
Outro indicador de desigualdades, o Índice de Gini, aponta que, em 2010, 10 dos 15 países mais desiguais do mundo eram da América Latina: Bolívia, Haiti, Paraguai, Panamá, Honduras, Colômbia, Guatemala, Equador, Brasil e Chile. Mesmo no Uruguai, na Argentina e na Venezuela, os países menos desiguais da América do Sul, as disparidades permaneciam relevantes.

Nos últimos trinta anos, todos os países sul-americanos apresentaram melhorias no IDH, ainda que por meio das “políticas focalizadas”, típicas dos anos de Neoliberalismo, e a despeito do fato de esses países serem governados por partidos considerados de Esquerda ou de Direita.

Embora existam críticas em relação aos métodos de composição do IDH, até o momento trata-se de um dos mais importantes e aceitos indicadores da evolução das condições de vida da população em todo o mundo. Segundo o economista José Eli da Veiga (2006, p. 84), para Sen e Mahbud,

> [...] só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. As mais elementares destas são quatro: ter uma vida longa e saudável; ser instruído; ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno; e ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência destas quatro, estarão indisponíveis todas as outras possíveis escolhas.
> Muitas oportunidades na vida permanecerão inacessíveis. Além disso, há um pré-requisito fundamental que precisa ser explicitado: as pessoas têm que ser livres para que suas escolhas possam ser exercidas, para que garantam seus direitos e se envolvam nas decisões que afetarão suas vidas.

Gráfico 3 – IDH no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora, com dados do PNUD – RDH (2014) (2020).

Sobre a evolução do IDH no Brasil, os dados do PNUD dos últimos trinta anos indicam que o maior crescimento do índice ocorreu a partir dos anos 1990, quando a Constituição de 1988 passou a vigorar, com a ampliação de Direitos Sociais. Foi no mesmo período em que as Políticas Sociais focalizadas passaram a predominar. Tais políticas seguem as indicações de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, e são limitadas pela recomendação de redução de gastos, sem que tenham sido planejadas a partir das demandas específicas de cada população.

Em outras palavras: o Brasil, assim como muitos países da América Latina, passou por um processo de redemocratização, mas suas Políticas Sociais e reformas do aparato estatal passaram a ser norteadas por metas estabelecidas por instituições supranacionais, o que resultou em medidas descoladas das realidades locais.

Segundo Baquero (2018, p. 25, grifos meus),

> [...] o que se observa na América Latina, do ponto de vista de mudanças, segue um padrão no qual mudanças econômicas, políticas e sociais ocorrem dentro de uma continuidade de um modelo político que não se altera significativamente, independente da ideologia do governo incumbente, dado que coexiste com ingredientes preexistentes, possibilitando que as políticas sociais e econômicas sigam um padrão que não altera a sua raiz. Se, num contexto de mudança, as coisas precisam mudar para que fiquem iguais, então, pode-se esperar que, num contexto de (re)democratização com inércia, as instituições mudem sem, no entanto, alterar, numa direção positiva, as normas, valores e crenças normativas da população em relação à democracia.

Assim, é possível atestar que a população elege democraticamente governos que adotam medidas que não correspondem a soluções dos problemas regionais ou locais. No caso brasileiro, a lenta evolução do IDH no período democrático ilustra o

discreto efeito que as Políticas Sociais produzem na melhoria das condições de vida da população.

O IDH do Brasil do período que abarca os anos 1980 (a chamada “década perdida”), os anos 1990 (do Neoliberalismo) e a primeira década do século XXI (do Novo Desenvolvimentismo) revela algo curioso: no caso brasileiro, a variação do IDH no período neodesenvolvimentista é menor do que a variação nos períodos anteriores. Entre 1980-90, o IDH passou de 0,545 para 0,612 (< 0,067); entre 1990-2000, passou de 0,612 para 0,682 (<0,07); e de 2000 a 2013 passou de 0,682 para 0,744 (<0,062). Situação similar ocorreu com a maioria dos países da América do Sul que elegeram governos considerados de esquerda na virada do século XXI, exceto Chile, Venezuela e Equador.

Tabela 1 – Variação IDH na América Latina

País	Variação do crescimento do IDH		
	1980-1990 (redemocratizações)	1990-2000 (Neoliberalismo)	2000-2013 (governos progressistas)
Argentina	0,029	0,059	0,055
Brasil	0,067	0,07	0,062
Bolívia	0,06	0,061	0,052
Chile	0,064	0,049	0,069
Equador	0,038	0,015	0,053
Uruguai	0,033	0,059	0,055
Venezuela	0,025	0,013	0,081

Fonte: Elaborado pela autora, com dados do PNUD – RDH (2014, p. 170-173).

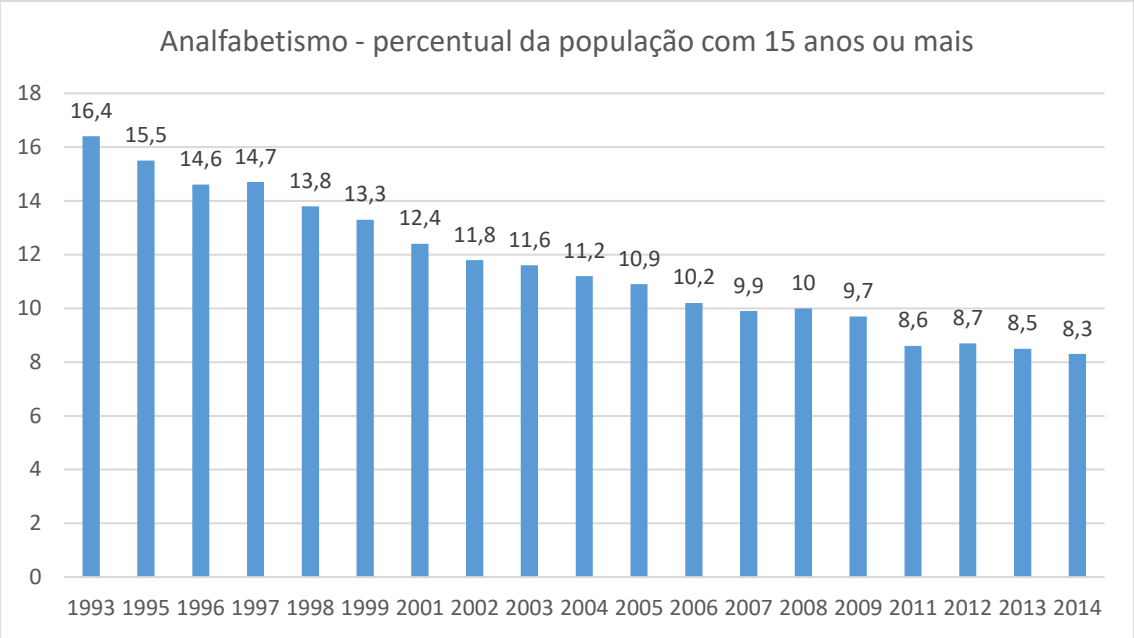
Ainda que as políticas adotadas tenham contribuído com a melhoria das condições gerais da população, a concentração de riqueza permanece muito alta: “10% dos adultos do mundo detêm 85% da riqueza global. Ao mesmo tempo, a metade mais desfavorecida da população mundial fica com menos de 1% do total.” (CATTANI, 2009, p. 548).

As explicações para as desigualdades no Brasil levam em consideração diversos fatores estruturais, como a excessiva carga tributária, que incide mais intensamente sobre os que ganham menos. Segundo Márcio Pochmann (2014), em análise a partir dos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, a carga de tributação sobre os trabalhadores com renda mensal de até dois salários mínimos é de cerca de 48% do seu rendimento, ao passo que a carga de tributação sobre a renda daqueles que recebem acima de 30 salários mínimos mensais gira em torno de 26%.

No Brasil, programas como o Bolsa Família, o PROUNI (que concede financiamento a estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino) e medidas econômicas, como a redução do IPI e a facilidade do acesso ao crédito financeiro, de um lado possibilitaram um vertiginoso aumento do acesso de parcela significativa da população, historicamente excluída social e economicamente, a serviços e bens como a educação superior e a aquisição de eletrodomésticos que melhoram a vida cotidiana; de outro lado, estimularam o comércio e a indústria, além do mercado financeiro. Programas como os PACs (Programa de Aceleração do Crescimento I e II), de investimentos em obras de infraestrutura, auxiliaram na geração de empregos, com o consequente aumento da renda familiar, movimentando o “círculo virtuoso” da economia.

Apesar da ampla diversidade de medidas econômicas e de Políticas Sociais implementadas ao longo do período dos governos do Partido dos Trabalhadores, desigualdades persistem, mesmo em setores tão básicos quanto educação e saneamento.

Gráfico 4 – Analfabetismo no Brasil

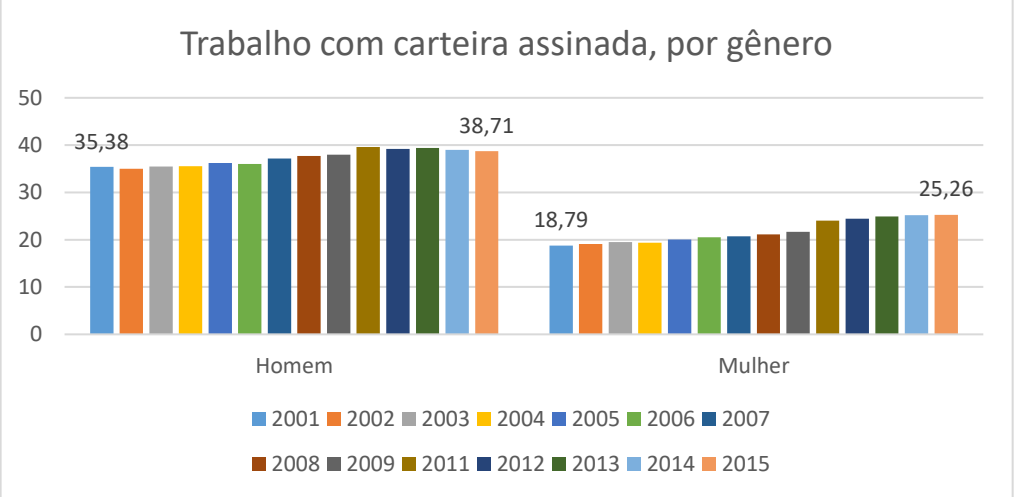


Fonte: Elaborado pela autora, com dados do IBGE (2020).

Se comparados os períodos neoliberal e dos governos PT, percebe-se que a redução do índice de analfabetismo foi similar: no período dos dois governos do PSDB (1995-2002), houve uma redução de 3,7%; no período do PT (2003-2014), a redução foi de 3,3%.

6.2 TRABALHO FORMAL, VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO E RENDA

Gráfico 5 – Trabalho com carteira assinada, por sexo

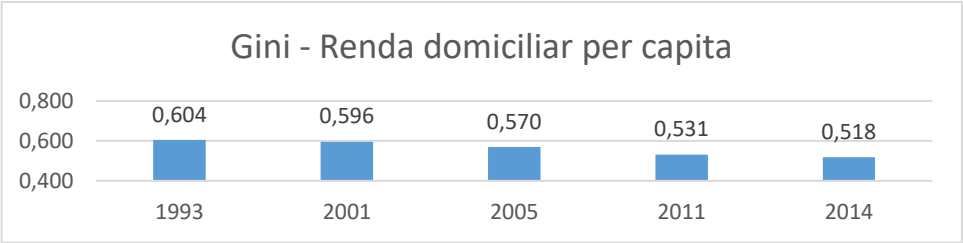


Fonte: Elaborado pela autora, com dados do IBGE (2020).

Wanderley Guilherme dos Santos (1979) refere-se à existência de diferentes níveis de cidadania, a partir do acesso aos diversos Direitos Sociais, em especial os Direitos Trabalhistas, aos quais somente têm pleno acesso aqueles trabalhadores com carteira de trabalho assinada pelos patrões. Nesse quesito, houve uma mudança significativa para as mulheres, que passaram a ter mais empregos formais e, portanto, acesso a direitos como a licença-maternidade remunerada. Para os homens, no entanto, as mudanças não foram profundas.

Importante lembrar que a informalidade no Brasil sempre foi alta e voltou a crescer após a reforma trabalhista do governo de Michel Temer, em 2017 – o que significa dizer que, além de terem direitos reduzidos e formas de contratação de serviços precarizadas, milhares de brasileiros voltaram a não ter acesso aos direitos de trabalhadores. Mas foi o aumento da renda familiar, dado que compõe o Índice de Gini, que possibilitou uma mudança positiva e importante.

Gráfico 6 – Índice de Gini

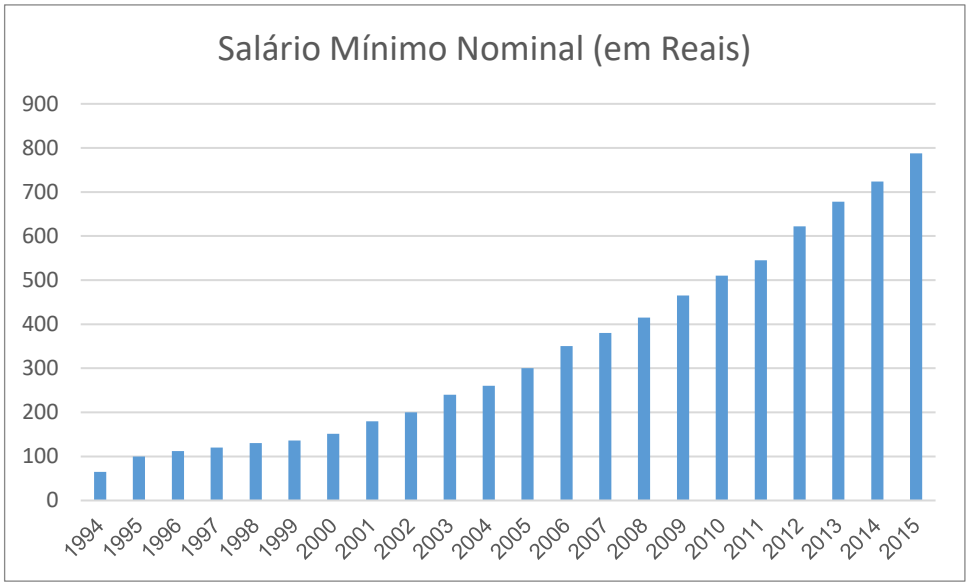


Fonte: Elaborado pela autora, com dados de IPEADATA (2020).

Quanto mais próximo de zero, mais igualitária é uma sociedade, de acordo como Índice de Gini. No período neoliberal, houve uma discreta redução desse índice. Foi precisamente no período 2003 – 2014 que ocorreu uma queda um pouco mais saliente na desigualdade de renda. No entanto, o índice ainda permaneceu distante do zero.

A política de valorização do salário mínimo foi a grande responsável pela redução da desigualdade de renda. Entretanto, se compararmos os períodos neoliberal e neodesenvolvimentista, percebe-se que foi mantida a tendência de aumento do salário mínimo iniciada com a implementação do Plano Real.

Gráfico 7 – Evolução do salário mínimo



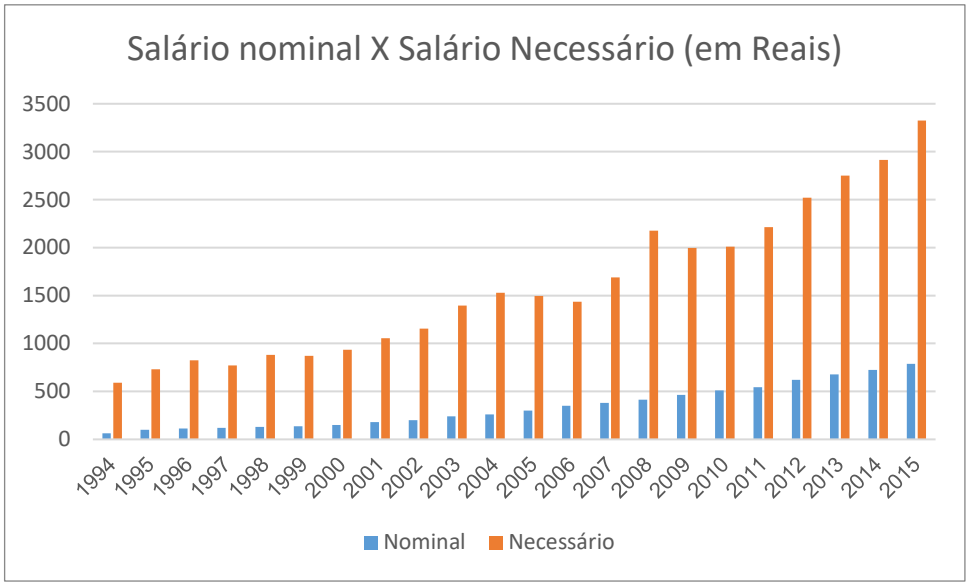
Fonte: Elaborado pela autora, com dados do DIEESE (2020).

Levando em consideração que o valor do salário mínimo é determinado no final do ano anterior, serão considerados os valores do salário mínimo de 1995 (o primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso) a 2003 (o último aumento concedido por FHC) para o PSDB, e de 2003 (o primeiro ano do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva) a 2015 (o último aumento concedido por Dilma Rousseff em seu primeiro mandato) para o PT. No período 1995 a 2003, o valor do salário mínimo aumentou 2,4 vezes, em dois mandatos do PSDB. No período seguinte, de 2003 a 2015, dos três governos do PT, o valor do salário mínimo aumentou 3,2 vezes. Se considerados apenas os dois mandatos de Lula, para comparar com os dois mandatos de FHC, o aumento foi de 2,3 vezes, equivalente aos dois mandatos do tucano.

O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), entidade “criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro, fundado em 1955, com o objetivo de desenvolver pesquisas que subsidiassem as demandas dos trabalhadores” (DIEESE, online), realiza estudos que relacionam o poder de compra do salário mínimo com o valor da cesta básica. O intuito do estudo é verificar se o salário mínimo pago aos trabalhadores brasileiros é capaz de assegurar condições básicas de sobrevivência de uma família, conforme preconiza a Constituição Federal. Para isso, o instituto calcula o valor do Salário Mínimo

Necessário e o compara com o Salário Mínimo Nominal, ou real, efetivamente pago. Vejamos o cruzamento da evolução dos dois salários – o nominal e o necessário.

Gráfico 8 – Salário real X Salário Necessário (DIEESE)



Fonte: Elaborado pela autora, com dados do DIEESE (2020).

Percebe-se que, apesar do aumento real do salário mínimo, da estabilidade da moeda e do controle da inflação, a distância entre o salário efetivamente pago e o salário necessário permanece grande ao longo de todo o período. Ou seja, o salário mínimo continua longe de garantir aos trabalhadores condições dignas de sobrevivência.

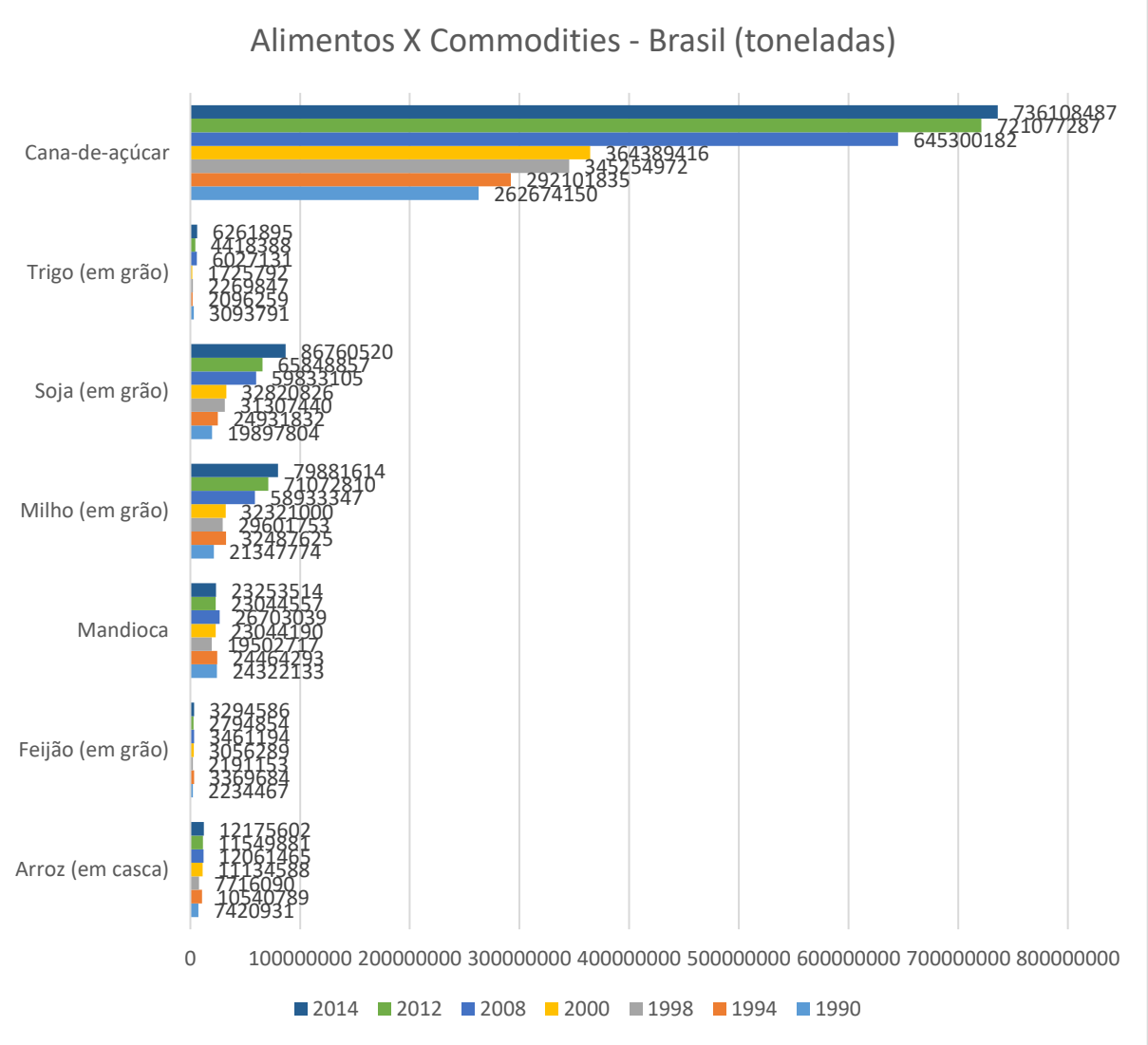
Em 1995, o salário mínimo necessário era 7,3 vezes maior que o salário mínimo nominal. Ao final do segundo mandato de FHC, a diferença caiu para 5,81 vezes. No final de seu segundo mandato, Lula havia reduzido esta diferença de 5,81 para 4,05 – redução similar à que foi promovida nos anos tucanos. No final do primeiro mandato de Dilma, essa diferença voltou a subir para 4,2 vezes.

6.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E O USO DA TERRA

Segundo o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2008, p. 6), estudioso das questões territoriais, agrárias e de segurança alimentar,

> [...] o que se assiste é, pura e simplesmente, luta por uma fração do território capitalista. Aí reside sua importância política e estratégica. Sua apropriação real ou pela representação do território capitalista significa o entrechoque de concepções distintas, ou das diferentes sociedades (indígena, quilombola, ou mesmo os inuit – esquimós), ou das classes, frações de classes ou grupos sociais.
>
> Foi assim, a partir da compreensão do capitalismo monopolista mundializado e desta concepção de território, que procuro compreender a essência da organização do capital na agricultura.
>
> Em primeiro lugar, é preciso indicar suas três características básicas: a produção de commodities, as Bolsas de Mercadoria e Futuro e os monopólios mundiais. A produção de commodities (mercadorias) para o mercado mundial tornou-se o objetivo primeiro da produção mundial de alimentos. Isto quer dizer que se produz para quem tem poder de compra, esteja ele onde estiver no mundo. Ou seja, a produção de alimentos não tem mais o objetivo primeiro de abastecer a população do estado nacional onde ele é produzido. O exemplo da produção do trigo no Brasil é exemplar. O Brasil tornou-se o primeiro país importador deste grão no mundo (11 milhões de toneladas). A produção nacional de trigo não tem ultrapassado a 3,5 milhões de toneladas. Porém, quando os preços internacionais estão altos, exporta-se para o mundo o trigo que o país produziu e que não é suficiente para o seu próprio abastecimento.

Gráfico 9 – Alimentos e Commodities



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2020).

Note-se que a produção de arroz, feijão e mandioca, alguns dos ingredientes mais básicos da alimentação dos brasileiros, quase não se altera ao longo dos anos. No entanto, a colheita de produtos como a soja e o milho, utilizados para a fabricação de ração animal e combustíveis, cresceu vertiginosamente. A produção de cana-de-açúcar, voltada à fabricação de açúcar e de etanol combustível, é bem ilustrativa da distância da produção de alimentos e de commodities: os dados da produção de cana quase não cabem no mesmo gráfico da produção de alimentos, tamanha a diferença das produções.

O primeiro governo Lula teve início com um discurso emocionante do presidente, que disse que sabia o que era não ter acesso a três refeições por dia e passar fome. No entanto, nem mesmo a segurança alimentar foi garantida.

É possível atribuir ao mercado globalizado a preponderância da produção de commodities e de outros produtos primários, como a mineração. Tal preponderância tem impactos sociais importantes, desde o uso destinado às terras até os produtos finais, passando pelo êxodo rural, pelo inchaço das cidades, pelas tragédias como a das mineradoras Vale/Samarco/BHP, em 2015, que matou dezenove pessoas e soterrou de lama de mineração o Rio Doce, e até insegurança alimentar – perceptível, por exemplo, quando os preços de alimentos começam a subir para o consumidor, fato ocorrido em diversos momentos nos últimos quinze anos, com o tomate, o leite, o trigo e o feijão.

A questão fundiária foi e continua sendo um dos problemas centrais relacionados à desigualdade que caracteriza o Brasil. O predomínio de latifúndios, em detrimento de pequenas e médias propriedades, acarreta diversas consequências, muito mais profundas e complexas do que a concentração da posse da terra em poucas mãos.

No Brasil, a maior parte da produção dos alimentos que chegam aos pratos dos brasileiros ocorre em pequenas e médias propriedades – de acordo com o último Censo Rural, cerca de 70% da comida dos brasileiros é produzida pela agricultura familiar. São agricultores familiares aqueles produtores rurais donos de propriedades de até quatro módulos fiscais e que vivem da atividade que eles próprios realizam. O valor de cada módulo fiscal muda em cada município brasileiro, considerando-se uma série de variáveis, como o tipo de atividade predominante, a renda obtida a partir dessa atividade, entre outros elementos. Segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o tamanho do módulo fiscal no Brasil pode variar de 05 (cinco) a 110 (cento e dez) hectares. Os menores valores dos módulos fiscais concentram-se nas regiões sul e sudeste, e os maiores, na Amazônia Legal.

O Partido dos Trabalhadores constituiu-se a partir de movimentos sindicais e sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, cuja luta central é a Reforma Agrária. O MST, junto com os sindicatos e outros movimentos sociais, foi responsável por conceder legitimidade popular aos governos do PT.

Quando, em 2003, Lula assumiu a Presidência da República, as expectativas desses movimentos, de verem suas pautas contempladas e suas demandas atendidas pelo novo governo, eram imensas. Depois de mais de uma década de governos neoliberais, de arrocho nas verbas públicas destinadas ao atendimento das mais diversas áreas da sociedade – educação, saúde, moradia, alimentação e reforma agrária, entre outros –, o primeiro ano do primeiro mandato de Lula terminou com uma reforma da previdência que pôs fim à integralidade da aposentadoria dos servidores públicos e endureceu as regras de aposentadoria para novos servidores, estabelecendo um teto e a criação de fundos de pensão para previdência complementar.

No setor agrário, os dois mandatos do presidente Lula foram marcados pelo processo que um dos mais importantes estudiosos da questão fundiária brasileira, o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010), chamou de “não reforma agrária e contrarreforma agrária no Brasil do governo Lula”.

De acordo com Oliveira (2010), ao longo do primeiro mandato (2003-2006) foi implementado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que estabeleceu onze metas para o INCRA (metas de reforma agrária, crédito financeiro aos pequenos produtores, ampliação e regulamentação do trabalho no campo, regularização fundiária, etc.), que se estenderiam de 2003 a 2007, incluindo, portanto, parte do segundo mandato de Lula.

Para o professor Ariovaldo Umbelino (2010), os dados divulgados pelo INCRA e pelo governo não eram exatamente o que pareciam ser: eram divulgados dados brutos, referentes a todos os serviços e benefícios prestados pelo órgão, em cumprimento às metas do II PNRA – esses dados referem-se às Relações de Beneficiários (RBs) e incluem diferentes prestações de benefícios e serviços, como novos assentamentos (que são, efetivamente, os dados de reforma agrária/novas concessões de terras), beneficiários do PRONAF (programa de crédito financeiro), regularização de títulos de propriedades de terras já estabelecidas, reassentamento de famílias atingidas por barragens, entre outros.

O levantamento realizado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010) separa essas informações, e os resultados são bem diferentes daqueles divulgados, como mostrado na tabela 2.

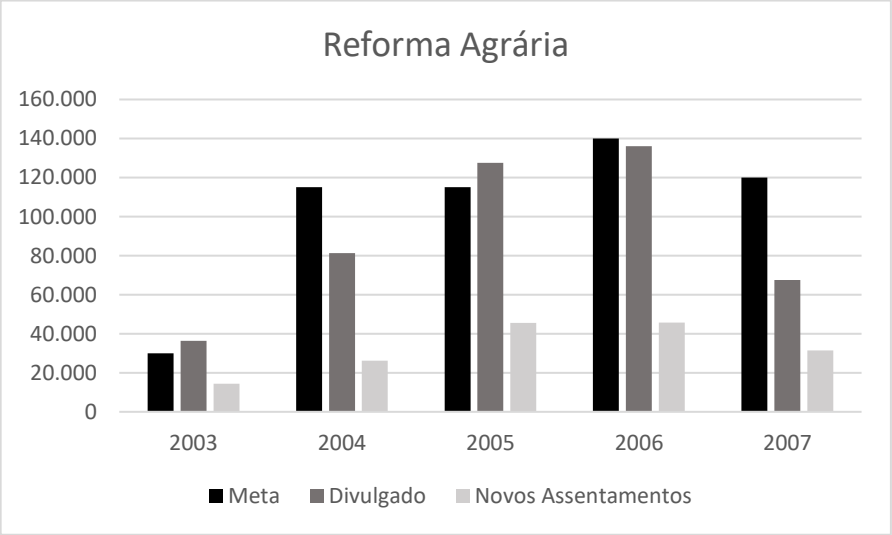
Tabela 2 – Reforma Agrária

	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Meta	30.000	115.000	115.000	140.000	120.000	520.000
Dados divulgados pelo INCRA	36.301	81.254	127.506	136.000	67.535	442.596
Reforma Agrária	14.327	26.130	45.509	45.779	31.446	163.191
Defasagem em relação à meta:	15.673	88.870	69.491	94.221	88.554	356.809

Fonte: Elaborado pela autora com dados de Oliveira (2010) (2020).

Somente no período analisado pelo professor Umbelino, a defasagem total de novos assentamentos chegou a 356.809. Ainda segundo o professor Umbelino, a prática de divulgar dados brutos, sem especificar os novos assentamentos adotada nos anos PT é a mesma dos anos PSDB.

Gráfico 10 – Reforma Agrária – Novos Assentamentos



Fonte: Elaborado pela autora, com dados de Oliveira (2010) (2020).

Não foi possível localizar os planos de reforma agrária dos governos de Fernando Henrique Cardoso para fazer o mesmo tipo de comparação entre meta de novos assentamentos e o que se efetivou. No entanto, os dados referentes à capacidade de famílias a serem assentadas e de famílias efetivamente assentadas

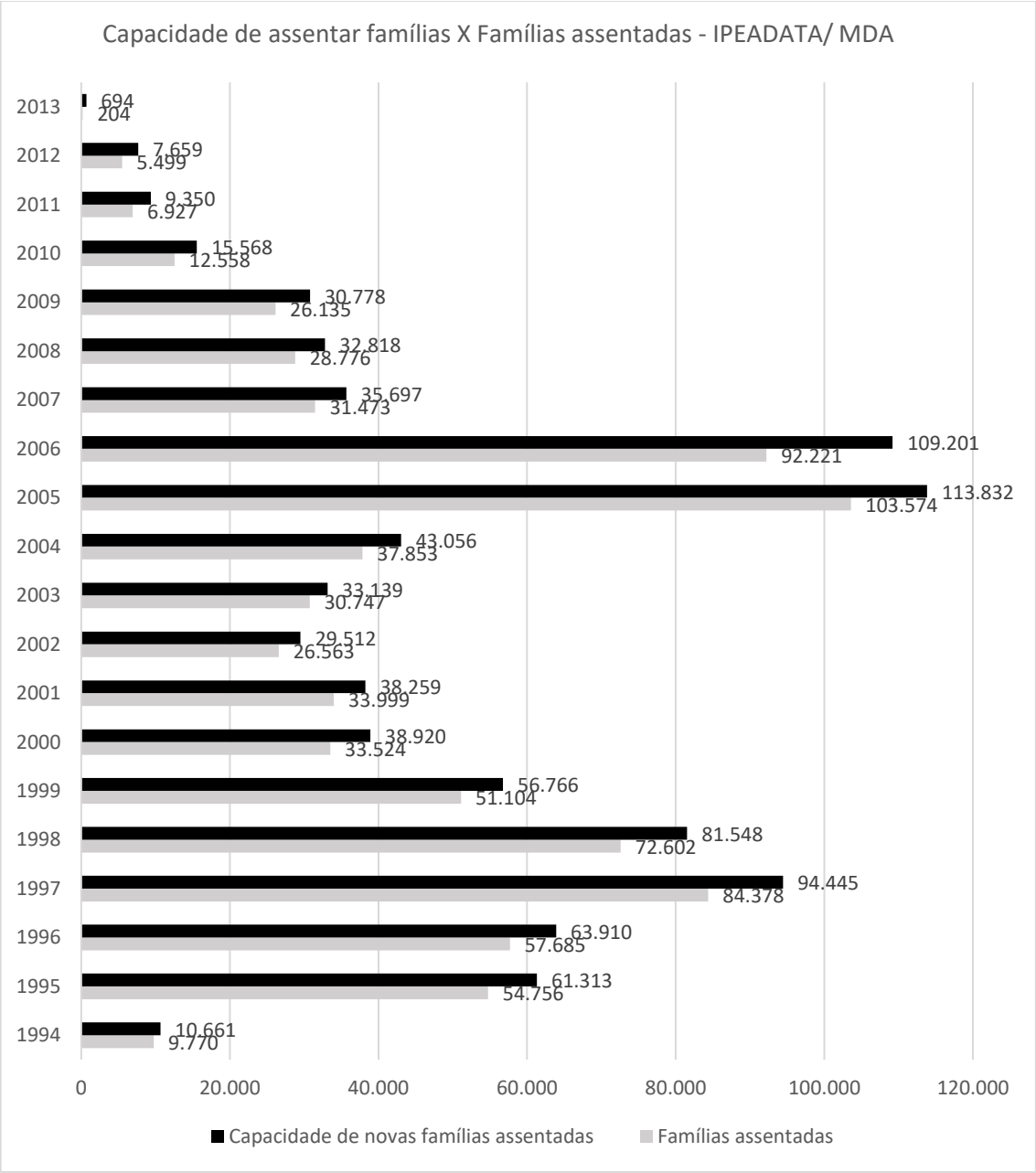
mostram, uma vez mais, números totais muito semelhantes – com a diferença de que o PSDB de FHC exerceu dois mandatos completos, e o PT, três.

O governo de Fernando Henrique Cardoso divulgou dados que indicavam a capacidade de assentar, entre 1995 e 2002, 475.334 novas famílias. Foram efetivamente assentadas 424.381 famílias – um total de 89,3% da capacidade divulgada.

Já nos governos do PT, a capacidade de novas famílias a serem assentadas era de 423.439. Foram assentadas 375.967 novas famílias – 88,8% da capacidade anunciada.

Tanto em números absolutos quanto proporcionalmente (considerando que os tucanos exerceram dois mandatos, e os petistas três mandatos), o PSDB de Fernando Henrique Cardoso assentou 48.414 famílias mais do que o Partido dos Trabalhadores. Somente essa diferença é mais que o dobro de novas famílias assentadas em todo o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), que foi de 12.630 famílias.

Gráfico 11 – Capacidade de novas famílias a serem assentadas X Novas famílias efetivamente assentadas



Fonte: Elaborado pela autora, com dados do IPEADATA/ Ministério do Desenvolvimento Agrário (2020).

O compromisso orgânico da militância dos movimentos campesinos com o Partido dos Trabalhadores, junto com alguns impactos não previstos de programas como o Bolsa Família, resultou em um êxodo rural e no esvaziamento do movimento pela Reforma Agrária. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de famílias em ocupações e acampamentos do movimento campesino diminuiu drasticamente, ano após ano, desde 2003. Uma das explicações apontadas por

estudiosos e apoiadores da questão agrária, como Plínio de Arruda Sampaio, Clifford Andrew Welch, Dom Tomás Balduíno, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entre outros, é que “o refluxo dos movimentos de massas e o fluxo dos recursos financeiros governamentais canalizados para as políticas compensatórias (bolsas de todos os tipos e estilos etc.), estariam aquietando aqueles que lutaram bravamente pela reforma agrária nos últimos trinta anos” (OLIVEIRA, 2010, p. 309) Para receber o benefício do Bolsa Família, as crianças devem estar matriculadas em escolas da rede pública, o que fez com que milhares de famílias deixassem os acampamentos, os assentamentos e as ocupações no campo para viver nas cidades.

Se os números sobre a reforma agrária não correspondem sequer às metas estabelecidas pelo próprio governo no II PNRA, a partir de 2008 a situação ficou ainda mais grave. O II PNRA terminou em 2007, e o III PNRA não incluía em sua agenda a continuidade da reforma agrária, desobrigando o governo de qualquer compromisso, e sem a existência da militância campesina organizada para pressionar o governo federal, como fora até alguns anos antes.

“O início do ano de 2008 revelou a substituição da política oficial de reforma agrária, garantida pelo II PNRA, pela regularização fundiária como política oficial do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva” (OLIVEIRA, 2010, p. 310). Em março de 2008, o governo publicou a MP 422, convertida na Lei 11.763/08, que assegurou a regulamentação de terras ocupadas por grileiros, inclusive em áreas maiores do que o estabelecido pela Constituição. A maior parte dessas regulamentações ocorreu na Amazônia Legal, no Estado do Pará – então governado pelo PT –, e beneficiou madeireiras. Ou seja: as prerrogativas legais que deveriam servir para realizar a reforma agrária foram utilizadas para legalizar terras de grilagem e a extração de madeira na Amazônia.

6.4 DÉFICIT HABITACIONAL E SANEAMENTO

A falta de reforma agrária tem diversos efeitos: a manutenção da grande propriedade, o estímulo às monoculturas e à produção de commodities e o êxodo em direção às cidades, onde crescem as demandas por educação, saúde, moradia e alimentação. Esse processo ocorre em escala mundial.

> No campo ou na cidade, a propriedade da terra continua a ser um nó na sociedade brasileira. A partir dos anos 1980, a globalização agravou o problema da terra, que tende a se tornar explosivo em todo o mundo. O incremento do agronegócio baseado no latifúndio elevou a importância estratégica de produtos primários como minérios, celulose, grãos, carne, petróleo e etanol, que ganharam importância estratégica nos mercados globais. Hoje, eles promovem a expulsão de camponeses do meio rural numa escala que virá a ser contabilizada na casa dos bilhões de pessoas (MARICATO, 2011, p. 185).

A professora Ermínia Maricato, historicamente ligada à militância pelo direito à cidade e à moradia digna, foi uma das responsáveis pela inclusão, no texto Constitucional, do princípio da Função Social da Propriedade, segundo o qual a propriedade (rural ou urbana) deve atender a necessidades coletivas, antes de ser um direito individual. Esse princípio é um dos norteadores de movimentos sociais que, no campo, lutam pela reforma agrária e, nas cidades, por habitação.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, praticamente não houve nenhum plano ou política habitacional que envolvesse o governo federal. Foram duas décadas de crescimento urbano desorganizado e marcado pela ocupação urbana desordenada, feita pelos próprios indivíduos, muitos deles abandonando o campo em busca de trabalho nas cidades. Isso significa que o crescimento das cidades nesse período se deu em áreas nem sempre adequadas à ocupação humana e com implicações ambientais, como nos casos de ocupações em áreas de mangue ou próximas de rios e córregos. Como não foram planejadas, a maioria dessas ocupações não possui sequer distribuição de água tratada, nem coleta de esgoto e lixo nem acesso ao transporte público.

> Se existe um indicador que expressa de forma sintética a crítica dimensão atingida pelos problemas urbanos, em especial metropolitanos, no Brasil, é a gigantesca ilegalidade presente na ocupação do solo a partir das terras invadidas ou parceladas irregularmente. Esse fenômeno nos permite afirmar que a exceção passou ser regra e a regra exceção.
> [...] Inclusive a violência que tem sido qualificada como "urbana", e que cresce a partir do início dos anos 1980, tem relação com esse universo que desconhece normas, não só para o uso e a ocupação do solo, mas também para a resolução de conflitos.
> [...] Francisco de Oliveira já discorreu sobre a funcionalidade da autoconstrução da moradia (e acrescentaríamos, de parte da infraestrutura urbana) para o barateamento da força de trabalho, contribuindo para o processo de industrialização no Brasil. Nem políticas públicas e nem mercado privado responderam às necessidades do assentamento da população migrante das cidades. Ela se deu, portanto sem financiamento público ou privado, sem o conhecimento técnico organizado, sem seguir a legislação.
> [...] Partimos do pressuposto de que a dificuldade de acesso à moradia legalizada é um dos elementos centrais da desordem urbana (que por outro lado constitui uma ordem e obedece a uma lógica) identificada especialmente na ocupação irregular do solo e na segregação territorial. A identificação de raízes tão profundas dessa cultura patrimonialista não desestimula a formulação de propostas transformadoras, mas fornece elementos da realidade que devem ser considerados: nenhuma mudança será rápida e nem poderá deixar de levar em conta os valores sociais e a mentalidade historicamente construídos. Desconstruí-los é uma das tarefas da Política Nacional de Habitação e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, daí a importância da formação de agentes sociais que assumam novas identidades (MARICATO, 2006, p. 213).

Em 2003, foi criado o Ministério das Cidades, e o ex-governador Olívio Dutra, do PT gaúcho, assumiu a pasta e nomeou a professora Maricato sua Secretária Executiva. O Ministério das Cidades foi estruturado para buscar soluções para alguns dos grandes problemas que marcam a organização urbana no Brasil: regularização do uso do solo, moradia, saneamento (distribuição de água tratada, coleta, tratamento e destinação de esgoto e resíduos sólidos) e transporte urbano/mobilidade urbana (MARICATO, 2006).

As expectativas com a reforma urbana que os PACs (Programa de Aceleração do Crescimento 1 e 2) anunciavam eram grandes. Depois de muitos anos de engessamento das verbas destinadas a projetos voltados às cidades, havia muito dinheiro disponível para o setor.

> A retomada da unidade na luta pelo direito à cidade e pela justiça urbana certamente recuperará o patamar já conquistado para usá-lo como novo ponto de partida. O avanço nas formulações técnicas e políticas faz parte da memória social que deverá voltar à cena. Nessa retomada, a questão ambiental certamente ganhará um espaço central nas propostas de Reforma Urbana, já que é evidente a insustentabilidade do padrão de vida que o

> capitalismo está estendendo para os BRICS – Brasil, Rússia, Índia e China, e para os países mais pobres nos quais a fome ainda é um grande problema a ser vencido. Há um evidente limite que questiona toda uma forma de produzir e viver (MARICATO, 2011, p. 87-88).

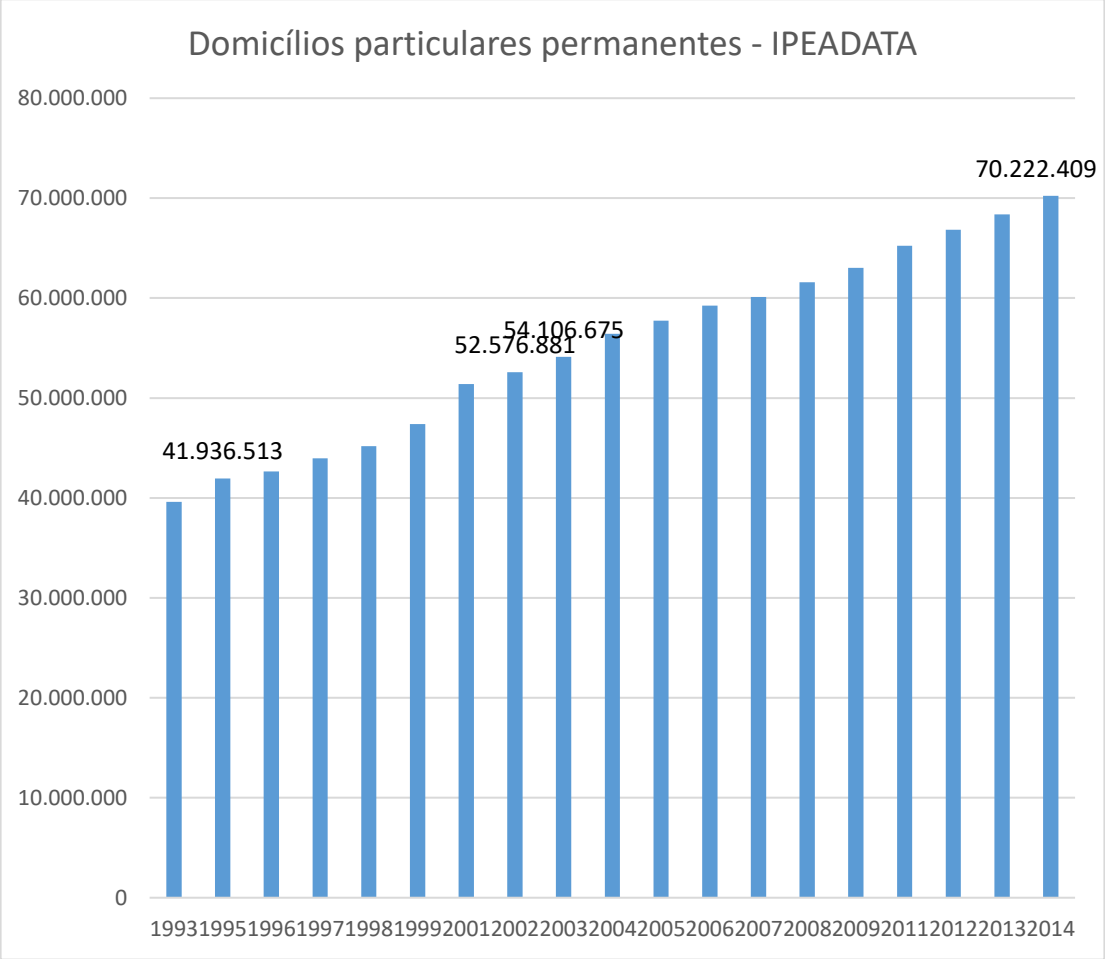
No entanto, a partir de 2005, o Ministério foi entregue a um partido da base aliada, o Partido Progressista (PP), e, uma vez mais, as intenções iniciais não se concretizaram: “nem o PT nem os movimentos sociais estavam em linha de mudança. Ao invés de transformarem o Estado, eles foram transformados pelo Estado”, afirmou a professora Maricato em entrevista (FELLET, 2018, online).

A Fundação João Pinheiro (FJP) é, provavelmente, a maior e mais especializada instituição de pesquisa sobre o problema do déficit habitacional no Brasil. No entanto, a metodologia aplicada para determinar o cálculo mudou significativamente entre os anos 1990 e a virada dos anos 2000, o que dificulta uma comparação. Por exemplo, nos anos 1990, os critérios de avaliação incluíam poucos itens, como a existência de coleta de esgoto, de acesso à água tratada e energia elétrica. Hoje, além desses itens, entram no cálculo questões como a regularização fundiária das residências, o tipo de material utilizado nas construções (se duráveis ou não) e, também, o gasto das famílias com aluguel. Devido a tal mudança metodológica, os dados indicam aumento significativo do déficit habitacional, apesar de programas como o Minha Casa, Minha Vida – o que significa, também, que o déficit habitacional calculado até o fim dos anos 1990 fosse subestimado.

Assim, para não deixar de fazer alguma comparação referente à questão habitacional, foram selecionados dados sobre o tipo de residência (casa própria) e a rede de saneamento.

Os dados sobre novos domicílios particulares permanentes apontam um crescimento na comparação entre os dois diferentes períodos. Entre 1995 e 2002, em dois mandatos dos tucanos, foram 10.640.368 novos domicílios; de 2003 a 2014, três mandatos petistas, foram 16.115.734.

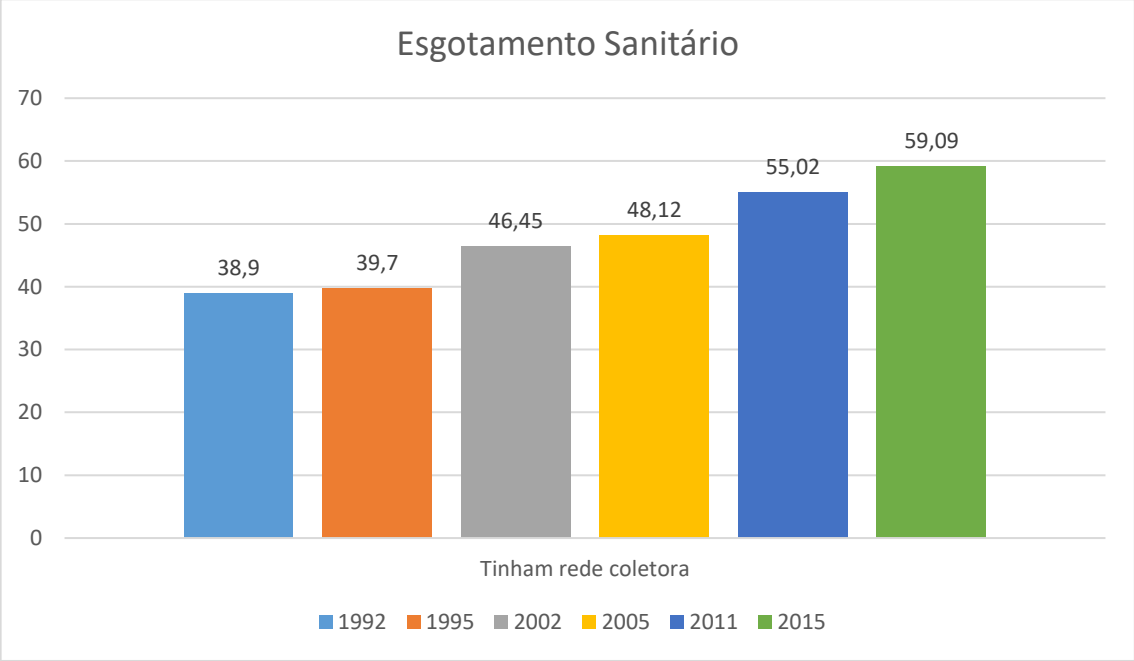
Gráfico 12 – Domicílios particulares permanentes



Fonte: Elaborado pela autora, com dados do IPEADATA (2020).

A rede de coleta de esgoto foi ampliada com as obras do PAC, mas cerca de 40% das cidades permanecem sem rede coletora. A respeito das condições de saneamento básico, ocorreram mudanças nos questionários do IBGE, que incluíram, nos formulários, outras formas de coleta de esgoto. Então, foram selecionados os dados referentes à existência de rede coletora, como mostra o gráfico 13.

Gráfico 13 – Rede coletora de esgoto



Fonte: Elaborado pela autora, com dados do IBGE (2016) (2020).

Com a crise econômica de 2008, o governo adotou como medidas de estímulo ao emprego e de fomento ao mercado financeiro a realização de grandes obras, que representaram a retomada da relação do Estado com empreiteiras, tal como fora durante a ditadura militar. Os PACs – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-I, criado em 2007, e PAC-II, em 2011) implementaram políticas como o programa Minha Casa, Minha Vida e as obras destinadas aos grandes eventos esportivos que ocorreram no Brasil em 2014 e 2016 (Copa do Mundo e Olimpíadas).

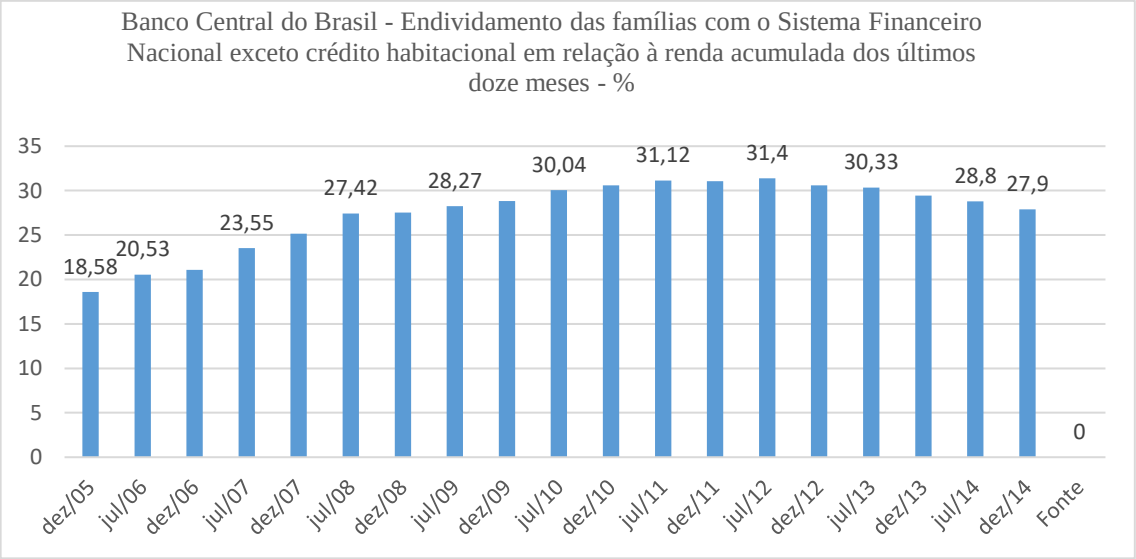
Tais projetos envolveram aportes bilionários por parte do governo e, além de terem custado muito aos cofres públicos, devido a obras superfaturadas, também implicaram altos custos sociais, como as remoções de milhares de famílias nos grandes centros urbanos, promovendo um processo conhecido como “gentrificação” – derivação do termo em inglês “gentrification”, que designa o processo pelo qual se dá a reorganização do espaço urbano, em que um grupo social (geralmente de baixa renda e de ocupações irregulares) é removido da área que ocupa, em direção às periferias das cidades, para que a área originalmente ocupada seja “reurbanizada”, valorizada e reocupada por pessoas que possam pagar pelo novo espaço. Tal processo está relacionado à especulação imobiliária e financeira, além de representar a segregação social nos meios urbanos.

> A urbanização do mundo está implicando a urbanização da pobreza. [...] A mudança no quadro do poder mundial, com crescente importância dos países emergentes e consequente crescimento do emprego formal não implica necessariamente cidades melhores. No Brasil podemos dizer que a sociedade está menos desigual – embora ainda constitua em uma das mais desiguais do mundo. Mas essa melhora social e econômica que se reflete no consumo não se reflete nas cidades (MARICATO, 2011, p. 76).

6.5 ENDIVIDAMENTO FAMILIAR

Outro impacto de políticas como o Minha Casa, Minha Vida e de facilitação de acesso ao crédito foi o maior endividamento das famílias. Os dados do gráfico 14 indicam o endividamento junto ao sistema financeiro (empréstimos, cartão de crédito, cheque especial), mas referente apenas ao sistema de crédito não habitacional.

Gráfico 14 – Endividamento Familiar – exceto crédito habitacional



Fonte: Banco Central do Brasil (2017, online).

Já o endividamento familiar relacionado ao crédito habitacional cresceu, conforme aponta Bastos (2017, p. 1):

> [...] o endividamento com crédito habitacional cresceu até setembro de 2015, quando atingiu 19,1% da renda das famílias e, depois, apenas parou de crescer, registrando 18,4% em setembro de 2017; já o endividamento com os

demais tipos de crédito atingiu o máximo de 31,4% da renda em outubro de 2011, para depois cair até 23% no último mês de setembro. Essa evolução implicou uma reestruturação da carteira de crédito das famílias [...]. Até 2008, aproximadamente 85% do saldo do endividamento das famílias correspondia a crédito não habitacional. Atualmente, esse percentual caiu para 55%, isto é, o crédito habitacional se aproximou da metade da carteira de endividamento das famílias.

7 A CRÍTICA DE ESQUERDA AO NEODESENVOLVIMENTISMO

O propósito deste capítulo é apresentar algumas críticas de economistas progressistas e de esquerda ao modelo de desenvolvimento adotado nos governos do PT. Tais críticas fornecem elementos analíticos e empíricos que, somados à discussão teórico-histórica dos primeiros capítulos e à análise dos dados desenvolvida no capítulo anterior, reforçam a percepção de que existem mais semelhanças e continuidades do que polarização, rupturas e transformações profundas. Ou seja: nos dois períodos, tucanos e petistas implementaram medidas que não apenas foram permitidas pelo sistema de Livre Mercado, em um país de Capitalismo Dependente, mas que atenderam, precisamente, à manutenção desses modelos e, portanto, à perpetuação das desigualdades sociais e econômicas.

Entre os críticos da política econômica e das estratégias de desenvolvimento adotadas pelo governo, os termos Novo Desenvolvimentismo, Neodesenvolvimentismo e Social Desenvolvimentismo são empregados de maneira indiscriminada, como sinônimos.

Assim como não existe uma única definição para caracterizar as medidas econômicas e políticas adotadas no Brasil a partir de 2003, também são diversas as críticas ao modelo de desenvolvimento vigente.

Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2012) considera o modelo uma espécie de "jabuticaba"[23] ruim. Seria um exercício teórico-ideológico, elaborado por grupos ligados às elites econômicas e ao governo com a finalidade de tornar palatável aos movimentos sociais e de esquerda o que de fato seria o modelo adotado: uma combinação de elementos neoliberais, como o "compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional" (SAMPAIO JR., 2012, p. 679) e do velho Desenvolvimentismo, tais como o "comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social" (SAMPAIO JR., 2012, p. 679). O problema, segundo o autor, é

[23] Seria um fenômeno tipicamente brasileiro, o que não se confirma, pois o manifesto do Novo Desenvolvimentismo é assinado por economistas de renome internacional, como Alice Amsden e Adam Przeworski, conforme documento do CEMACRO (THE DOCUMENT..., 2011).

que não há questionamentos sobre a “possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia” (SAMPAIO JR., 2012, p. 680).

Para o autor, a combinação que, efetivamente, compõe o Neodesenvolvimentismo faz com que sejam abstraídos os elementos estruturais que determinam a forma como funciona a economia brasileira, que tem como alicerce a articulação entre dependência externa e segregação social. Tal abstração faz com que desapareçam

> [...] os nexos entre burguesia dos negócios, especulação mercantil e financeira como base da acumulação capitalista, dependência estrutural da exportação de *commodities* e revitalização do latifúndio do extrativismo – estruturas típicas da economia colonial. Por fim, a opção por ficar na superfície dos fenômenos impede que se vejam os vínculos indissolúveis entre burguesias rentistas, discriminação contra o investimento produtivo, ajuste fiscal permanente, limites estruturais à expansão do mercado interno e precariedade das políticas públicas. […]
>
> A ausência de uma perspectiva totalizante da política econômica não permite que os defensores do novo desenvolvimentismo percebam a complexidade da teia institucional que ata de maneira inescapável o estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional, e estes à perpetuação da dupla articulação – dependência externa e segregação social (SAMPAIO JR., 2012, p. 682).

Outra discordância importante em relação às alegadas inspirações dos pensadores do Novo Desenvolvimentismo é que, para Sampaio Jr. (2012), o Nacional Desenvolvimentismo teria sido mais do que simplesmente um modelo intervencionista de industrialização: foi um projeto ideológico, político e econômico de enfrentamento ao imperialismo, com o objetivo de superar aquele duplo alicerce do Capitalismo latino-americano (dependência externa e segregação social), que teve Raúl Prebisch e Celso Furtado como seus mais importantes formuladores.

Reinaldo Gonçalves (2011, 2012) não emprega nenhum dos termos que designariam a estratégia de desenvolvimento adotada pelos governos brasileiros a partir de 2003, em nenhum de seus prefixos (Novo, Neo, Social Desenvolvimentismos). Baseado em dados do desempenho da economia brasileira

no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Gonçalves afirma que o modelo adotado caracterizou um “Nacional Desenvolvimentismo às avessas”.

Segundo o autor, o Nacional Desenvolvimentismo (em referência ao pensamento cepalino dos anos 1950-60) teria como estratégia o crescimento econômico “baseado na mudança da estrutura produtiva (industrialização substitutiva de importações) e na redução da vulnerabilidade externa estrutural” (GONÇALVES, 2011, p. 1) e significaria o deslocamento “do poder econômico e político na direção da burguesia industrial em detrimento dos grandes proprietários de terras e recursos naturais” (GONÇALVES, 2011, p. 1). Em suma, o Nacional Desenvolvimentismo pretendia industrializar; exportar produtos primários e industriais; investir em produção e inovação tecnológica, a fim de proporcionar autonomia tecnológica ao país; transformar a estrutura social de concentração de riqueza. No governo Lula, teria ocorrido exatamente o oposto do que seriam os princípios desenvolvimentistas:

- Desindustrialização e dessubstituição de importações: a participação da indústria de transformação no PIB foi reduzida de 18% em 2002 para 16% em 2010, e as importações subiram de 11% em 2002 para 16,4% em 2010 (GONÇALVES, 2011);
- Reprimarização das exportações: ao invés de aumentar a participação dos produtos industrializados nas exportações brasileiras, durante o governo Lula os produtos manufaturados caíram de 56,8% das exportações para 45,6%, ao passo que a exportação de *commodities* (ligadas à produção do agronegócio e de mineração) passaram de 25,5% em 2002 para 38,5% em 2010; já as importações de produtos industrializados passaram de 10,9%, em 2002, para 16,5% em 2010. Os maiores problemas da reprimarização não são os índices de exportação, mas o fato de que isso significa altos investimentos nos setores de agropecuária e de mineração, atividades com altíssimo impacto ambiental e humano, seja pela manutenção da concentração de terras (que implica sangrentas disputas territoriais com populações indígenas e tradicionais), seja pelo uso intensivo de agrotóxicos na produção de *commodities* e produtos químicos na mineração. Exemplos recentes desses custos, infelizmente, são numerosos: o rompimento da barragem de detritos de minérios, em Mariana-MG, em 2015, comprometeu

irreversivelmente a fauna e a flora de toda uma bacia hidrográfica, além de ter ceifado 19 vidas humanas; e os rompimentos das barragens de Jacareí-SP e Brumadinho-MG mataram centenas de pessoas, com impactos ambientais e sociais ainda não mensurados.

- Concentração de capital e desnacionalização: segundo Gonçalves (2011), no governo Lula houve aumento da concentração de capital entre as 500 maiores empresas do país, com aumento da presença de capital estrangeiro nas empresas, no setor agrícola, que registrou aumento das grandes propriedades, que eram 51,6% em 2002 e passaram a ser 56,1% em 2010. O mesmo ocorreu no setor financeiro, que registrou significativo aumento de concentração de capital: entre os bancos privados do país, a concentração de capital saltou de 29,5% em 2002 para 47,8% em 2010.

Para Boito Jr. (2012, p. 6), o “neodesenvolvimentismo é o Desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal”. Ou seja, o modelo teria mantido as principais características do Neoliberalismo, como Políticas Sociais focalizadas e privatização de serviços, mas mesclaria elementos do antigo Desenvolvimentismo, como a intervenção estatal em contraposição à ortodoxia neoliberal.

O Neodesenvolvimentismo tem como proposta conciliar o desenvolvimento econômico com equidade social, configurando-se em alternativa ao Neoliberalismo. Sob a égide neodesenvolvimentista o Brasil enriqueceu, e o governo implementou políticas que, em um primeiro momento, pareciam resultar em redução das taxas de pobreza extrema.

Contudo, diversas medidas adotadas por governos neoliberais foram mantidas nos governos neodesenvolvimentistas: Políticas Sociais focalizadas; privatização de serviços (aeroportos, serviços hospitalares de hospitais universitários, pré-sal); manutenção de mecanismos para atingir metas estabelecidas por organismos financeiros internacionais, como a Progressão Continuada e a política de superávit fiscal.

A economista Laura Carvalho (2018) destaca que o primeiro mandato de Dilma Rousseff foi marcado por um forte ajuste fiscal, que levou a grandes cortes de investimentos do governo federal, já a partir de 2011. Uma das explicações é que teria

ocorrido “uma reorientação da estratégia governamental, que passou a apostar mais nos incentivos ao setor privado e menos no investimento público” (CARVALHO, 2018, p. 83), por meio de isenções tributárias, subsídio de crédito junto ao BNDES e para o Programa Minha Casa Minha Vida. A partir de 2012, o governo Dilma deu início a uma série de concessões de serviços públicos à iniciativa privada (ferrovias, aeroportos e rodovias), por meio do Programa de Investimento em Logística, no qual a empresa que assumisse a concessão deveria prestar melhorias na infraestrutura de transporte. Com a redução dos investimentos do governo federal, “dificilmente se atribui a alcunha de ‘desenvolvimentista’ a um modelo em que os investimentos públicos em infraestrutura não são protagonistas” (CARVALHO, 2018, p. 85).

O Neodesenvolvimentismo também ampliou o financiamento estatal para a produção de *commodities* ligadas ao agronegócio e à exploração de minérios, com altos custos ambientais e sociais. Dados do próprio governo relativos ao período 2011-2014, divulgados em campanha publicitária governamental[24], confirmam que, sozinho, o agronegócio recebeu quase o dobro da soma de todos os montantes destinados a programas de cunho social. Segundo a campanha, entre 2011 e 2014, foram destinados, em reais: 90,6 bilhões ao Programa Bolsa Família; 42,6 bilhões a medicamentos distribuídos gratuitamente; 2,3 bilhões ao Programa Mais Médicos; 89,4 bilhões ao Minha Casa, Minha Vida; 27,5 bilhões ao FIES (Fundo de Financiamento Estudantil, para financiar estudantes em instituições privadas de Ensino Superior); 15,1 bilhões ao PRONATEC (Ensino Técnico) e 2,1 bilhões em renúncia fiscal para o PROUNI; 79,1 bilhões no Plano Safra, para a Agricultura Familiar, e 514,5 bilhões de reais para o agronegócio – aos que forem assistir ao vídeo, atenção para a narração, que não menciona o valor entregue aos ruralistas, que apenas aparece na tela.

Plínio Sampaio Jr. (2017) considera mesmo que o agronegócio foi a principal atividade econômica exportadora que sustentou os índices de crescimento do PIB e que calçaram os governos Lula e Dilma. Os índices de desempenho relativamente bons da economia decorriam do cenário internacional de valorização das *commodities* – conjunturais, portanto. Já as consequências da aposta no agronegócio como motor-

[24] O programa “PT na TV: Programa partidário - 06 de agosto de 2015” foi exibido em rede nacional de televisão e está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RU3PYVcelmc. Acesso em: 10 jan. 2020.

chefe da economia nacional representaram um processo de desindustrialização, mencionado anteriormente.

Para Sampaio Jr. (2017), o continuísmo neoliberal nos anos PT é perceptível em diversos sentidos, desde a orientação econômica até ideologicamente. Os governos de Lula e Dilma não propuseram nem efetivaram mudanças que alterassem o padrão de consumo, o desemprego estrutural e a concentração de renda (SAMPAIO Jr., 2017). Ao contrário, o que se deu foi uma política de inclusão pelo consumo (perversa, segundo o autor, pois insustentável, porque provoca o endividamento das famílias mais pobres), um crescimento relativo do emprego formal e o aumento da concentração de renda – conforme corroboram os trabalhos de Marcelo Medeiros (2010) e Medeiros, Pedro Souza e Fábio Castro (2014).

De acordo com Sampaio Jr. (2017, p. 147),

> Até no plano ideológico os governos Lula e Dilma permaneceram perfeitamente enquadrados no ideário do neoliberalismo. A cartilha neoliberal ganhou nova credibilidade no discurso e na prática de lideranças que tinham um passado vinculado às lutas sociais, reforçando ainda mais os valores e o padrão de sociabilidade neoliberal. Ao tomarem como um fato consumado as exigências da ordem, as lideranças políticas que deveriam iniciar um processo de transformação social acabaram colaborando para reforçar a alienação do povo em relação tanto à natureza de seus problemas – a dependência externa e a desigualdade social – quanto às reais alternativas para uma solução – a luta pela transformação social. Não é de estranhar o refluxo do movimento de massas e o processo de desorganização e fragmentação que atingiu, sem exceção, todas as organizações populares.
>
> Vistas em perspectiva histórica, as semelhanças entre os governos progressistas e os conservadores são muito maiores do que as diferenças. Dilma, Lula, FHC, Itamar e Collor de Mello fazem parte da mesma família – o neoliberalismo – cada um responsável por um determinado momento do ajuste do Brasil aos imperativos da ordem global. Numa sociedade sujeita a um processo de reversão neocolonial, a distância entre a esquerda e a direita da ordem é pequena, porque o raio de manobra da burguesia é ínfimo. [...] como consequência [disso], maior ou menor repressão às lutas sociais, dentro de um regime de “democracia restrita” sob o controle absoluto de uma plutocracia que não tolera a emergência do povo como sujeito histórico, neutralizando suas ações seja pelo recurso ao esmagamento, que caracteriza os governos à direita da ordem, seja pelo recurso à cooptação, como fazem os governos que se posicionam à esquerda da ordem.

Apatia política e desilusões com as saídas convencionais, desmanche das tradições políticas, sociais e culturais que outrora costuravam e resguardavam a sociedade, ausência de saídas progressistas confiáveis (elas mesmas mergulhadas na desilusão e na desmoralização) – tudo isso prepara o caminho para a emergência de um louco que tenha soluções radicais, aquelas que parecem ser o único ponto firme num mundo em que tudo naufraga [...]

(MORAES, 2001, p. 138).

CONCLUSÃO

O instrumental teórico e os dados aqui utilizados permitem responder a algumas das questões que nortearam este trabalho. Foi possível constatar que, na prática, nas Políticas Sociais adotadas no Brasil, no período de quase vinte anos, entre os anos 1995 e 2014, não se verifica a alegada polarização ideológica entre uma direita neoliberal e uma esquerda socialista.

As semelhanças dos resultados das diversas medidas adotadas nos dois governos do PSDB e nos três governos do PT revelam que a postura e o discurso ideológicos do partido que ocupa o poder não desempenham papel de destaque nas ações implementadas, pois há limites, impostos pelo próprio sistema político e econômico, que barram quaisquer possibilidades de reformas que alterem em maior profundidade os privilégios da elite econômica e política.

Historicamente, como apontam os conceitos de “Revolução dentro da Ordem” (de Florestan Fernandes), “Restrição de Abrangência de Conteúdo Ideológico” (de Camilo Negri), “Peemedebismo” (de Marcos Nobre) e “Democracia Inercial” (de Marcello Baquero), o que se percebe é que o Estado brasileiro é blindado às transformações que poderiam alterar a desigualdade em que se sustenta nossa sociedade.

Simplificando uma interpretação da leitura de Florestan Fernandes (1976), pode-se dizer que países de **Capitalismo Dependente** são como uma espécie de “classe média” do sistema capitalista: não são atrasados nem uma anomalia, mas uma parte da estrutura do Capitalismo mundial.

Nesse contexto, de Capitalismo Dependente, o conceito de **Restrição de Conteúdo Ideológico** permite compreender a alteração dos planos de governo de partidos de esquerda – ou, melhor dizendo, o abandono de bandeiras e pautas que outrora caracterizaram a esquerda no Brasil. Tal mudança está relacionada com o conceito de **Revolução dentro da Ordem**: em um país de Capitalismo Dependente, somente são possíveis aqueles tipos de medidas que não alterem a ordem de desigualdade estrutural; somente são implementadas mudanças que não ultrapassem o plano simbólico, como afirmou Florestan Fernandes.

O **Peemedebismo** estruturou-se e institucionalizou-se para assegurar que assim seja, que não ocorram temporais revolucionários, e para que a estrutura do Capitalismo Dependente não seja abalada.

Não é que o Estado e a política não tenham mudado ao longo dos anos, desde a Proclamação da República no Brasil. É que as mudanças ocorrem para que as estruturas que sustentam uma das sociedades mais desiguais do planeta não sejam abaladas. “Plus ça change, plus c’est la même chose.”

“Mudar sem transformar” é uma das características da **Democracia Inercial**, que leva a uma evaporação dos valores democráticos, naturaliza práticas autoritárias e fragiliza as próprias instituições democráticas.

Mantidas as clivagens sociais e econômicas – tão primárias quanto alfabetização e saneamento básico –, não é possível consolidar as bases para o desenvolvimento de uma Cultura Política democrática.

Mais do que isso, é possível afirmar, a partir dos conceitos acima mencionados, que as democracias de países de Capitalismo Dependente são, ao mesmo tempo, limitadas pelos abismos que separam ricos e miseráveis e limitadoras de projetos e medidas de caráter igualitário.

Se as democracias nos países da periferia do Capitalismo permitissem que políticas efetivamente igualitaristas frutificassem, então o sistema é que estaria doente, padecendo de um câncer, ou de alguma doença autoimune, atacando o próprio corpo.

Mesmo ações inclusivas, como as cotas raciais para ingresso no ensino superior e o reconhecimento da união homoafetiva, conquistadas por meio de ações judiciais, parecem fazer parte da lógica do sistema, de permitir pequenas e pontuais mudanças, que mantenham a legitimidade da democracia frágil em que vivemos. E, mesmo assim, essas ações encontram resistência em parte da sociedade e veem a reação conservadora, materializada no crescimento do número de igrejas neopentecostais e na eleição de um governante que sequer debateu propostas, apenas colocou-se como opositor “de tudo isso que está aí”, mesmo sendo um representante daquilo que diz criticar.

A falta de distinção entre discursos, projetos e práticas políticas, tanto por parte dos partidos políticos quanto dos diversos governos, amplia o distanciamento entre o mundo da política e o cidadão comum, sinalizando uma cisão entre representantes e representados e, consequentemente, uma crise no sistema representativo.

A título de ilustração, no campo do que se pode chamar de “valores morais”, a campanha presidencial de 2010, por exemplo, foi marcada por uma disputa entre Geraldo Alckmin e Dilma Rousseff sobre quem era mais contrário à legalização do aborto – pauta histórica do movimento feminista, que sempre apoiou as candidaturas do PT. Ocorre que, para poder vencer as eleições, certos assuntos e causas precisaram ser deixados de lado, e mesmo combatidos. Assim, a esquerda no poder foi abdicando de princípios e bandeiras que outrora a caracterizavam.

Se Alfredo Bosi (1992) identifica no poder dos latifundiários um dos motivos que retardaram avanços sociais no Brasil do século XIX, é possível perceber na aliança mantida pelos governos o PT com o setor agrário no século XXI – que resultou, inclusive, em um processo de desindustrialização (GONÇALVES, 2011) – o mesmo problema, já que tal aliança se sobrepôs à reforma agrária e até mesmo ao aumento da produção de alimentos, comprometendo a pauta do combate à fome e a luta pela segurança alimentar, bandeiras que sempre acompanharam o partido e a esquerda brasileira.

A despeito dos discursos inflamados, as marcantes semelhanças das políticas adotadas e também de outras e antigas práticas, que remetem ao Patrimonialismo, ao Coronelismo e ao que de mais autoritário existe em nossa Cultura Política, alimentam um círculo vicioso de alienação, indiferença e mesmo de desconfiança dos cidadãos com o universo político, a democracia e suas instituições.

O Coronelismo é a forma que a elite ruralista encontrou para manter seus interesses privados no centro das ações do Estado em um país da periferia do Capitalismo. A dependência não se dá apenas no âmbito do sistema econômico, mas é estimulada na cultura política e no comportamento do brasileiro. Em outras palavras: a dependência é sistêmica e perpassa o mundo econômico, a esfera privada e o campo político. As desigualdades sociais e econômicas formam o esqueleto que sustenta esse sistema de dependência.

Ou seja, medidas de mitigação de desigualdades, implementadas no âmbito do livre mercado e do Capitalismo Dependente não podem e não são feitas para extinguir desigualdades, pois estas constituem a estrutura que suporta esse modelo.

Se os discursos alimentavam uma suposta polarização ideológica, na realidade isso não se verifica; seja porque o sistema é blindado contra medidas que o abalem, seja porque, na prática, as políticas efetivamente adotadas não apresentam resultados que confirmem tal oposição de ideias.

Ao contrário, Lula e Dilma conseguiram, por exemplo, constituir maioria parlamentar para aprovar, com os votos de representantes democraticamente eleitos para o Congresso Nacional: a) duas reformas da previdência, que precarizaram as condições de ingresso e de aposentadoria dos servidores públicos – coisa que FHC jamais conseguiu aprovar, porque tinha o PT na oposição, barrando esse tipo de perda de direitos; b) a Reforma do Código Florestal, favorável aos ruralistas e facilitadora do desmatamento; c) a implementação de Belo Monte, projeto faraônico e de duvidosa eficácia, que remonta aos projetos do regime militar e que foi realizado à revelia dos movimentos indígena, ambiental, dos povos ribeirinhos e dos atingidos por barragens.

Já as reformas que poderiam mexer na concentração de renda e riqueza, como uma reforma tributária que taxasse grandes fortunas e tornasse a tributação progressiva, nunca saíram do discurso. Basta lembrar as inúmeras tentativas do então Senador Eduardo Suplicy de discutir um projeto de lei que estabelecesse uma Renda Mínima, sem jamais ser recebido por Dilma Rousseff enquanto ela esteve na Presidência da República.

Nas análises desenvolvidas pela CEPAL, inspiradas em estudos que vinham sendo realizados desde os anos 1930, como os do economista Ragnar Nurkse, uma mudança no quadro de desigualdades que caracterizam o sistema econômico mundial somente seria possível a partir de planejamento e intervenção estatal, pois “o movimento das forças espontâneas do mercado *não é linear nem progressivo: é circular e vicioso*. Daí, a industrialização da América Latina só encontraria saída através de uma *ruptura*, um ato político” (MORAES, 1995, p. 39, grifos do autor).

O problema é que a ruptura nunca ocorreu. Pelo menos não no sentido de efetivar medidas e reformas que abalassem o sistema de desigualdades em que vivemos.

Nossa cultura política conciliatória revela-se nos dados das políticas analisadas, que demonstram a manutenção das desigualdades socioeconômicas – tanto que, já no último ano do governo de Dilma Rousseff, os índices de desemprego e pobreza voltaram a crescer, no contexto de uma crise econômica e política que envolveu escândalos de corrupção, profundamente enraizados na cultura patrimonialista que marca as relações da elite econômica com o Estado no Brasil.

No Brasil, nenhum governo, de qualquer partido, rompeu com essas raízes patrimonialistas nem com a desigualdade estrutural de nosso país, tampouco dedicou esforços para consolidar uma cultura política republicana e democrática.

Para utilizar um termo de Max Weber (1996), estamos presos em uma “jaula de aço”, um sistema total, que determina como devem funcionar instituições e também como devem se comportar as pessoas. Pode-se acrescentar, a partir das leituras de Karl Marx, Florestan Fernandes e Marcos Nobre: trata-se de um sistema blindado a ações que o transformem e que tem nas desigualdades sociais e econômicas a sua condição de existência.

Se, como supõe Inglehart (2000, 2012), a superação de necessidades materiais básicas é uma etapa necessária à difusão de valores democráticos, a conclusão óbvia é a de que não temos uma democracia consolidada, na qual os cidadãos prezam pelos valores democráticos, porque o sistema representativo em que vivemos não permite a eleição de governos que implementem projetos que transformem tal estrutura de desigualdades.

A história do Brasil é marcada por ciclos de prosperidade econômica que vieram acompanhados de avanços democráticos e de Direitos Sociais e civis. Esses ciclos são sucedidos de refluxos econômicos e crises que implicam retrocessos autoritários. O que é constante nesses ciclos e refluxos é a manutenção das desigualdades sociais e econômicas, as quais são os maiores empecilhos às mudanças culturais necessárias para a consolidação de valores e práticas democráticos.

O paradoxo está em que o sistema democrático representativo, característico da democracia do sistema capitalista, não é permeável a ideais que o transformem – o que parece indicar que não é possível mudar o sistema democraticamente.

A falta de perspectivas de mudanças no mundo econômico, a precarização do mundo do trabalho, a desesperança e a desconfiança nas instituições democráticas resultam em questionamentos aos valores e às instituições necessários a uma democracia. Tal cenário desaguou no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e, em seguida, na eleição de um candidato que sequer participou dos debates eleitorais, eventos básicos em um processo eleitoral saudável.

A esquerda brasileira ainda não encontrou um tom em seus discursos e ações no poder que, efetivamente, a distingam de uma direita neoliberal e que seja capaz de conquistar eleitores e transformar comportamentos e práticas no mundo político.

O futuro da esquerda e da democracia no Brasil está em jogo. E esse jogo acontece em uma sociedade profundamente injusta e desigual, que resiste a transformações.

Ainda é preciso avaliar e analisar como as escolhas, as omissões, os acertos e os erros cometidos, quando tivemos um partido de esquerda no poder, nos trouxeram ao atual cenário, para a reorganização dos movimentos e dos partidos progressistas no Brasil – do centro à esquerda. Tarefa urgente, para que a pálida democracia que nos resta não seja de vez apagada pela aliança reacionária que ocupa o Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie Corrêa. Judicialização da política no Brasil: ver além do Constitucionalismo liberal para ver melhor. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 15, set./dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n15/0103-3352-rbcpol-15-00069.pdf. Acesso em: 1 jul. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional exceto crédito habitacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses*. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/20400-endividamento-das-familias-com-o-sistema-financeiro-nacional-exceto-credito-habitacional-em-r. Acesso em: 5 dez. 2018.

BARBOZA, Estefânia Maria de Q.; KOZICKI, Katya. Judicialização da política e controle judicial de políticas públicas. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v8n1/v8n1a03.pdf. Acesso em: 1 jul. 2015.

BAQUERO, Marcello (org.). *Cultura(s) Política(s) e Democracia no século XXI na América Latina.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

BAQUERO, Marcello. *Democracia Inercial*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sonia; CASTRO, Henrique C. de O. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, jan./abr. 2018.

BASTOS, Estêvão. Crédito. *Carta de Conjuntura*, IPEA, Brasília, DF, n. 37, 4º trim. 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/171129_cc_37_moeda_e_credito.pdf. Acesso em: out. 2018.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea04.pdf. Acesso em: 15 fev. 2016.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. Razões e Significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BOITO Jr., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. *In*: FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 9, 2012, São Paulo. São Paulo: FGV: EESP, 2012. Disponível em: http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-

%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf. Acesso em: 15 fev. 2016.

BOSI, Alfredo. A Escravidão entre dois Liberalismos. *In*: BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília: Presidência da República: Câmara da Reforma do Estado: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf. Acesso em: 20 jul. 2015.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado da eleição 1998*. Brasília, DF: TSE, 1998. Disponível em: http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1998/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-de-1998. Acesso em: 16 nov. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira*: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTRO, Henrique C. O. de. Las políticas sociales del gobierno de Lula, ¿son de izquierda? *Revista encuentro de la cultura Cubana*, v. 48/49, p.132-136, primavera/verano 2008. Disponível em: https://www.cubaencuentro.com/revista/revista-encuentro/archivo/48-49-primavera-verano-de-2008/las-politicas-sociales-del-gobierno-de-lula-son-de-izquierda-97194. Acesso em: 5 abr. 2017.

CATTANI, Antonio David. Riqueza e Desigualdades. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n 57, set./dez. 2009.

CONSTANT, Henry-Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. *Revista Filosofia Política*, n. 2, 1985. Disponível em: http://www.caosmose.net/candido/unisinos/textos/benjamin.pdf. Acesso em: 28 out. 2017.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Desenvolvimento do Desenvolvimentismo*: do socialismo utópico ao Social Desenvolvimentismo. *Texto para discussão*, Campinas, UNICAMP, n. 205., 2012a. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3185&tp=a. Acesso em: 15 fev. 2016.

COSTA, Fernando Nogueira da. Social Desenvolvimentismo. *Blog Cidadania e Cultura*, 2 abr. 2012b. Disponível em: https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2012/04/02/social-desenvolvimentismo/ Acesso em: 15/02/2016

COUTINHO, Marcelo. Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 27, p. 107-123, nov.

2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200008. Acesso em: 9 set. 2014.

DEBRUN, Michel. *A Conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DIEESE. Quem somos. São Paulo. Disponível em: https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/quemSomos.html. Acesso em:

DINES, Alberto. Da transcendência do rolê. *Observatório da Imprensa*, 25 jan. 2014. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/da_transcendencia_do_lsquo_role_rsquo/. Acesso em: 5 jun. 2015.

DINIZ, Eli. O Contexto Internacional e a Retomada do Debate sobre Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo (2000/2010). *DADOS* – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 493-531, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n4/01.pdf. Acesso em: 18 set. 2015.

DIRETOR do IPEA se demite após órgão restringir divulgação de estudos. *Jornal Nacional*, Rio de Janeiro, 17 out. 2014. Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/10/diretor-do-ipea-se-demite-apos-orgao-restringir-divulgacao-de-estudos.html. Acesso em: 11 jan. 2020.

ERBER, Fábio. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 31-55, jan./mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n1/a02v31n1.pdf. Acesso em: 1 fev. 2016.

FAGNANI, Eduardo. *Política Social no Brasil (1964-2002)*: entre a Cidadania e a caridade. 2005. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

FAINGUELERNT, Maíra Borges. A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v.19, n. 2, abr./jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n2/pt_1809-4422-asoc-19-02-00245.pdf. Acesso em: 27 jan. 2020.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*: Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FELLET, João. Minha Casa, Minha Vida piorou cidades e alimentou especulação imobiliária, diz ex-secretária do governo Lula. *BBC Brasil*, 4 jun. 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520. Acesso em: 20 jun. 2018.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate Constitucional sobre ações afirmativas. *In*: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (org.). *Ações Afirmativas*: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, Reinaldo. Nacional-desenvolvimentismo às avessas. *In*: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1, 2011, Brasília, DF. *Anais* [...]. Brasília, DF: IPEA, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo19.pdf. Acesso em: 19 jan. 2016.

GONÇALVES, Reinaldo. O capitalismo brasileiro – ornitorrinco – gera o Brasil invertebrado! Entrevista especial com Reinaldo Gonçalves. *Revista IHU*, Unisinos, São Leopoldo, 1 out. 2012. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514122-o-capitalismo-brasileiroornitorrinco-gera-o-brasil-invertebrado-entrevista-especial-com-reinaldo-goncalves. Acesso em: 13 fev. 2016.

GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1992.

HIRSCHMAN, A. *A retórica da intransigência*: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *Escravidão e Racismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Séries Históricas e Estatísticas*. Brasília, DF: IBGE, 2016. Disponível em: https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=7. 28 nov. 2018.

INGLEHART, Ronald. A revolução silenciosa na Europa: mudança intergeracional nas sociedades pós-industriais. *Revista de Sociologia e Política*, v.20, n.43, p. 159-191, out. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n43/a08v20n43.pdf. Acesso em: 18 maio 2018.

INGLEHART, Ronald. Culture and Democracy. *In*: INGLEHART, Ronald. *Culture Matters*: How values shape human progress. Edited by Lawrence E. Harrison and Samuel Huntington. New York: Basic Books, 2000.

INSTITUTO DE POLÍTICA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Boletim Políticas Sociais*: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2015. v. 23. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_23_14072015.pdf. Acesso em: 17 jul. 2015.

IPEADATA. Base de dados sociais, macroeconômicos e regionais organizado e mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 12 jan. 2019.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O Leopardo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LESSA-KERSTENETZKY, Celia. Desigualdades justas e igualdade complexa. *Lua Nova*, São Paulo, n. 47, p. 5-26, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n47/a02n47.pdf. Acesso em: 10 fev. 2016.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. *In*: POLÍTICAS Sociais – acompanhamento e análise. Brasília, DF: IPEA, 2006. P. 211-221. v. 12. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_12_completo.pdf. Acesso em: jun. 2018.

MARQUES, Rosa Maria. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 3, jul.-set. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24774.pdf. Acesso em: 27 jan. 2020.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MEDEIROS, Marcelo. Brasil: os ricos desconhecidos. *In*: CATTANI, Antonio David (org.). *Riqueza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Zouk, 2010.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. F.; CASTRO, Fábio A. O topo da Distribuição de Renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012. Agosto, 2014. *DADOS* – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/dados/v58n1/0011-5258-dados-58-1-0007.pdf. Acesso em: 10 nov. 2015.

MILL, John Stuart. *Sobre a Liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

MOISÉS, J. Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, fev. 2008.

MOLLO, Maria de Lourdes R.; FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo e Novo Desenvolvimentismo: Raízes Teóricas e Precisões Conceituais. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 222-239, abr.-jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n2/a02v33n2.pdf. Acesso em: 20 nov. 2015.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. *Celso Furtado*: O subdesenvolvimento e as ideias da CEPAL. São Paulo: Ática, 1995.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. *Neoliberalismo*: de onde vem? Para onde vai? São Paulo: Ed. Senac, 2001.

MOREIRA, Cássio Silva. Do Nacional-Desenvolvimentismo ao Social-Desenvolvimentismo: a retomada do projeto trabalhista. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL – ANPEC SUL, 18. 2015. Disponível em: https://docplayer.com.br/18992909-Do-nacional-desenvolvimentismo-ao-social-

desenvolvimentismo-a-retomada-do-projeto-trabalhista.html. Acesso em: 15 fev. 2016.

NEGRI, Camilo. *Restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia*: uma análise sobre a não-consolidação de programas de governo de esquerda no Chile, Brasil e Uruguai. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*. Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVA, Aloízio Mercadante. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil*: análise do governo Lula (2003-2010). 2010. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão Agrária no Brasil: Não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. *In*: Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agrocombustíveis e a Produção de Alimentos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 3, 17 abr. 2008. Disponível em: http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/25.pdf. Acesso em: 8 ago. 2018.

PAIVA, Vanilda. Educação e Bem-Estar. *Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 39, p. 161-1991, 1991.

PAULA, João Antônio de (org.). *Adeus ao desenvolvimento* – a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural dos anos 1980. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882013000100015&script=sci_arttext. Acesso em: 14 jul. 2015.

PETRAS, James. Nuevos ventos desde la izquierda o aire caliente desde una nueva derecha. *Portal Rebelión*, 2006. Disponível em: http://www.rebelion.org/noticia.php?id=28211. Acesso em: 17 jul. 2017.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *A falência do PT, a ascensão da direita e a esquerda órfã*. Disponível em: http://rosanapinheiromachado.com.br/pt/a-falencia-do-pt-a-ascensao-da-direita-e-a-esquerda-orfa/. Acesso em: 5 jun. 2015.

POCHMANN, Marcio. O país dos desiguais. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 6 out. 2007. Disponível em: http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=30. Acesso em: 3 set. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano RDH 2014 – Sustentar o Progresso Humano*:

Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resilência. New York: UNDP, 2014. Disponível em: http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf. Acesso em: 12 jul. 2015.

RIBEIRO, Pedro Feliú; MENDES, Amanda Silva. Ideologia e Discurso: o posicionamento do Partido dos Trabalhadores na oposição e no governo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 28, jan./abr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n28/2178-4884-rbcpol-28-161.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

RIBEIRO, Renato Janine. A inclusão social pelo consumo. *Observatório da Imprensa*, 28 jan. 2014. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed783_a_inclusao_social_pelo_consumo/. Acesso em: 5 jun. 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na Cultura Política Brasileira**.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 26-37, jun. 1994. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm. Acesso em: 8 jul. 2015.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Crônica de uma crise anunciada*: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: Amarante Editorial, 2017.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc*., São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/04.pdf. Acesso em: 31 jul. 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; RENALT, Michel. Por Que Novo-Desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 507-524, out./dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n4/a01v27n4.pdf. Acesso em: 21 set. 2015.

SILVA, Luiz Inácio Lula. Carta ao Povo Brasileiro. *Fundação Perseu Abramo*, São Paulo, 2002. Disponível em: http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf Acesso em: 10/08/2018.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n 2, p. 155-163, jul./dez 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf. Acesso em: 14 ago. 2014.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da Riqueza das Nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores).

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. *In*: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THE DOCUMENT: Ten Theses on New Developmentalism. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 31, n. 5 (125), p. 844-846, Special edition, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rep/v31n5/a11v31n5.pdf. Acesso em 5 ago. 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Livro 1: Leis e Costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VEIGA, José Eli da. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. *São Paulo em Perspectiva*, SEADE, v. 20, n. 3, p. 83-94, jul./set. 2006. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n03/v20n03_07.pdf. Acesso em: 23 nov. 2015.

VIANNA, L. Werneck; BURGOS, M. B.; SALLES, P. M. Dezessete anos de Judicialização da Política. *Tempo Social* – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 19, n. 2. nov. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n2/a02v19n2 Acesso em 01/07/2015. Acesso em: 1 jul. 2015.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.

WEBER, Max. Os Tipos de Dominação. *In*: WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 4. ed. Brasília: EdUnB; São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2004. v. 1.

FONTES CONSULTADAS

BAQUERO, Marcello. *Democracia e desigualdades na América Latina*: novas perspectivas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BAQUERO, Marcello. *Qual democracia para a América Latina?* Capital social e empoderamento são a resposta? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

BIELCHOWSKY, Ricardo. O desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 1960. *In*: BIELCHOWSKY, Ricardo *et al*. *O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa*. Rio de Janeiro: Caixa Econômica Federa, 2011. p. 15-22. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261231420.LivroCAIXA_C_0_15.pdf. Acesso em: 21 set. 2015.

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flávio. Intervencionismo Estatal e Políticas de Desenvolvimento na América Latina. *Caderno CRH*, UFBA, Salvador, v. 21, n. 53, p. 305-322, 2008. Disponível em: http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=568. Acesso em: 23 nov. 2015.

CASTRO, Henrique C. O. de. *Cultura Política Comparada*. Democracia e mudanças econômicas. Brasil, Argentina e Chile. Brasília, DF: Verbena Editora, 2014.

CASTRO, Henrique C. O. de. *et al*. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 2, p. 333-355, nov. 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641334/9157. Acesso em: 5 abr. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CATTANI, Antonio David (org.) *Riqueza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Zouk, 2010.

FIORI, José Luís. A esquerda e o desenvolvimentismo. *Carta Maior*, São Paulo, 31 mar. 2006. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-esquerda-e-o-desenvolvimentismo/20828. Acesso em: 29 ago. 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. *Déficit Habitacional no Brasil* – municípios selecionados e microrregiões geográficas. 2 ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações, 2005. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/111-deficit-habitacional-no-brasil-municipios-selecionados-e-microrregioes-geograficas-2000/file. Acesso em: 21 jun. 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. *Déficit habitacional no Brasil 2011-2012*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações, 2015. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/559-deficit-habitacional-2011-2012/file. Acesso em: 21 jun. 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. *Déficit habitacional no Brasil 2013-2014*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações, 2016. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file. Acesso em: 21 jun. 2018.

MÁXIMO, Luciano. Déficit habitacional aumenta com recessão. *Jornal Valor Econômico*, São Paulo, 1 mar. 2017. Disponível em: http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/fjp-na-midia/3785-1-3-2017-deficit-habitacional-aumenta-com-a-recessao. Acesso em: 18 jun. 2018.

MOISÉS, J. Álvaro. A desconfiança nas Instituições Democráticas. *Opinião Pública*, Campinas, v. XI, n. 1, mar. 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: 24 jul. 2018.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. O Paradoxo da esquerda brasileira. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 74, mar. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100003. Acesso em: 13 jan. 2016.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. A Nova esquerda: uma visão a partir do sul. *Revista Filosofia Política*, nova série, v. 6, p. 144-178, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242133227_A_nova_esquerda_uma_visao_a_partir_do_sul. Acesso em: 16 fev. 2016.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. O Nacional-Desenvolvimentismo e o Novo-Desenvolvimentismo no Brasil: Expansão Externa, Interna e o Discurso Social-Democrata. *Achegas.Net* – Revista de Ciência Política, n. 45, jan./jul. 2012. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/45/carlos_eduardo_45.pdf. Acesso em: 20 nov. 2015.

VASCONCELOS, José Romeu de; CÂNDIDO JR., José Oswaldo. O Problema Habitacional no Brasil: Déficit, Financiamento e Perspectivas. *Texto para discussão*, Brasília, DF, IPEA, n. 410, abr. 1996. Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0410.pdf. Acesso em: 18 jun. 2018.

ANEXO A – PL OFICIALIZA ALENCAR

São Paulo, segunda-feira, 24 de junho de 2002 FOLHA DE S.PAULO brasil

Texto Anterior | Próximo Texto | Índice

RUMO ÀS ELEIÇÕES

Em convenção nacional, partido confirma aliança com PT, mas mantém chance de alterar coligação

PL oficializa Alencar para chapa com Lula

LUCIO VAZ
IURI DANTAS

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A convenção nacional do PL aprovou ontem a coligação com o PT e indicou o senador José Alencar (MG) para vice de Luiz Inácio Lula da Silva. O PL deixou em aberto a possibilidade de substituir o vice para facilitar uma aliança do PT com o PSB de Anthony Garotinho. Mas Lula afirmou que não abre mão de Alencar como vice, mesmo se fechar com o PSB.

O PT espera que Alencar amplie o espectro da aliança de Lula, atraia o apoio do grande empresariado e fortaleça a imagem de que o partido está menos radical. O apoio do PSB seria bem-vindo, mas um vice socialista somaria muito pouco à candidatura Lula.

Para ter Alencar, o PT aceitou que viessem juntos para o seu palanque os bispos da Igreja Universal do Reino de Deus e fundador da Força Sindical -central sindical adversária da CUT (Central Única dos Trabalhadores)-, Luiz Antonio de Medeiros (SP).

O deputado Bispo Rodrigues (PL-RJ) afirmou que a delegação dada pela convenção à Executiva Nacional permite até romper a coligação com o PT, no caso de não serem cumpridos acordos encaminhados nos Estados.

Mas o presidente nacional do PL, deputado Valdemar Costa Neto (SP), disse que a delegação permite apenas a substituição do vice e a inclusão de novos partidos na aliança. "A coligação não pode ser rompida nem jurídica nem moralmente", afirmou.

Rodrigues disse que a delegação dada à Executiva foi uma fórmula encontrada pelo presidente do partido para dar tranquilidade aos deputados que estão sendo rejeitados pelo PT nos Estados. A rejeição estaria acontecendo principalmente no Paraná, em Santa Catarina, no Ceará e em Sergipe, mas existem problemas em outros nove Estados.

Costa Neto disse que o protocolo assinado ontem pelos

presidentes dos dois partidos vai assegurar o empenho dos dirigentes do PT para que sejam fechados acordos nesses Estados. O presidente do PL deu entrevistas após a convenção para tentar sepultar qualquer especulação sobre um possível rompimento da aliança.
O processo de votação na convenção foi rápido. Começou às 10h45 e durou apenas uma hora. Quando Lula entrou no salão da convenção, a direção do PL acabava de anunciar a aprovação da coligação por 95 votos a favor, nenhum contra e 4 abstenções.

Jatinho
O papel de José Alencar na campanha à Presidência já começou a ser desempenhado. Lula viajou para Brasília num Lear-Jet Citation Excel de propriedade do senador mineiro. Em outra frente, o parlamentar realiza há algumas semanas encontros reservados com empresários para apresentar as propostas petistas.
Nesta semana, Alencar terá uma nova rodada de conversas. Ele afirma que os empresários têm demonstrado boa receptividade ao discurso e às propostas petistas. O presidente da Gradiente, Eugênio Staub, enviou-lhe carta de congratulações pelas propostas defendidas pelo petista.
Costa Neto afirma que, na condição de ex-vice-presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Alencar deverá atrair doações à campanha de Lula.
Deputados do PL esperam que o empresário -dono do grupo Coteminas, do setor da indústria têxtil- também contribua com suas campanhas, com dinheiro ou camisetas. Na campanha presidencial de 1998, ele vendeu camisetas para o PSDB. Levou um calote de R$ 3 milhões.
José Alencar disse que só abandona a candidatura se Lula quiser. "Não estou em busca de nada para mim, quero apenas a alternância de poder no país", afirmou.
Costa Neto sonha com o apoio do PSB a Lula. "O Garotinho é novo. Pode esperar a vez dele e ser reeleito governador. Se o PSB apoiar Lula, será a pá de cal. Vamos matar no primeiro turno".
As recentes denúncias de existência de um esquema de extorsão na administração municipal de Santo André (SP) não assustaram Alencar. Afirmou que devem ser "objeto de apuração", mas ressalvou que, "até prova em contrário, as pessoas devem ser consideradas honestas". Completou: "Os responsáveis por qualquer ato ilícito devem ser punidos".

Texto Anterior: Primeira classe: Líder petista se reúne com presidente do BID
Próximo Texto: Conflitos nos Estados têm de acabar até dia 29
Índice

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folhapress.

ANEXO B – CARTA AO P OVO BRASILEIRO FSP

PUBLICIDADE PUBLICIDADE

Siga a Folha de S.Paulo no Twitter Seguir
envie sua notícia
Folha de S.Paulo no

24/06/2002 - 16h27

Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro

da **Folha Online**

PUBLICIDADE

O candidato à Presidência da República pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva, leu no sábado passado (22), durante encontro sobre o programa de governo do partido, uma carta na qual culpa a política econômica do governo federal pela crise financeira.

Lula se disse disposto a discutir com o presidente Fernando Henrique Cardoso uma agenda de resposta à crise.

Abaixo, a íntegra da carta:

"Carta ao povo brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo.

Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer.

A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que têm esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente.

Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos

PUBLICIDADE
PUBLICIDADE

ÍNDICE
1. Nomeação de novo juiz do Supremo pode ter impacto sobre a Lava Jato
2. Indicação de Alexandre de Moraes vai aprofundar racha dentro do PSDB
3. Base no Senado exalta currículo de Moraes e elogia indicação
4. Na USP, Moraes perdeu concursos e foi acusado de defender tortura
5. Escolha de Moraes só possui semelhança com a de Nelson Jobim em 1997

declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil.

Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas.

Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional.

O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia par ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias.

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, da graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações

1. Manifestantes tentam impedir fala de Moro em palestra em Nova York
2. Temer decide indicar Alexandre de Moraes para vaga de Teori no STF

ÍNDICE

1. Manifestantes tentam impedir fala de Moro em palestra em Nova York
2. Na USP, Moraes perdeu concursos e foi acusado de defender tortura

FOGO E FÚRIA - POR DENTRO DA CASA BRANCA DE TRUMP
Michael Wolff
De: 49.90
Por: 14.90
Comprar

Mito ou Verdade - Jair Messias Bolsonaro
MITO OU VERDADE - JAIR MESSIAS BOLSONARO
Flavio Bolsonaro
De: 39.80
Por: 23.90
Comprar

CINEMA FAROESTE - DIGISTACK (VOL. 6) (DVD)
Vários
De: 79.90
Por: 54.90
Comprar

A HISTÓRIA DO SÉCULO 20 PARA QUEM TEM PRESSA
Meredith Mac Ardle, Nicola Chalton
De: 34.90
Por: 23.90
Comprar

BOX PINK FLOYD - SPECIAL EDITION (DVD)
Pink Floyd
Por: 59.90
Comprar

em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas par ampliar as exportações.

Para esse fim, é fundamentar a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais.

Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas.

O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva

São Paulo, 22 de junho de 2002"

Veja também o especial Eleições 2002

FOLHA DE S.PAULO
Acervo Folha
Sobre a Folha
Expediente
Fale com a Folha
Feeds da Folha
Folha Eventos
E-mail Folha

Assine a Folha
Folha de hoje
Folha Digital

POLÍTICA
Poder
Lava Jato

MUNDO
Mundo
Governo Trump
BBC Brasil
Deutsche Welle

COTIDIANO
Cotidiano
Aedes aegypti
Aeroportos
Educação
Loterias
Praias
Ranking Universitário
Revista sãopaulo
Rio de Janeiro
Simulados
Trânsito

ESPORTE

CULTURA
Ilustrada
Cartuns
Comida
Melhor de sãopaulo
Banco de receitas
Guia
Ilustríssima
Serafina

TEC
Tec

F5

+SEÇÕES
Agência Lupa
As Mais
Dias Melhores
Empreendedor Social
Erramos
Folhaleaks
Folha en Español
Folha in English
Folha Tópicos
Folha Transparência
Folhinha
Fotografia
Horóscopo

Ombudsman
Atendimento ao Assinante
ClubeFolha
PubliFolha
Banco de Dados
Datafolha
Folhapress
Treinamento
Trabalhe na Folha
Publicidade
Política de Privacidade

Financial Times
Folha Internacional
Radio France Internationale
The New York Times

ECONOMIA
Mercado
Folhainvest
Indicadores
MPME

OPINIÃO
Editoriais
Blogs
Colunistas
Colunistas convidados
Ex-colunistas
Tendências/Debates

Esporte
Basquete
Seleção brasileira
Surfe
Tênis
Turfe
Velocidade
Vôlei

CIÊNCIA
Ciência
Ambiente

SAÚDE
Equilíbrio e Saúde

Bichos
Celebridades
Colunistas
Fofices
Televisão

Infográficos
piauí
Turismo
Minha História

TV FOLHA
TV Folha
Ao Vivo

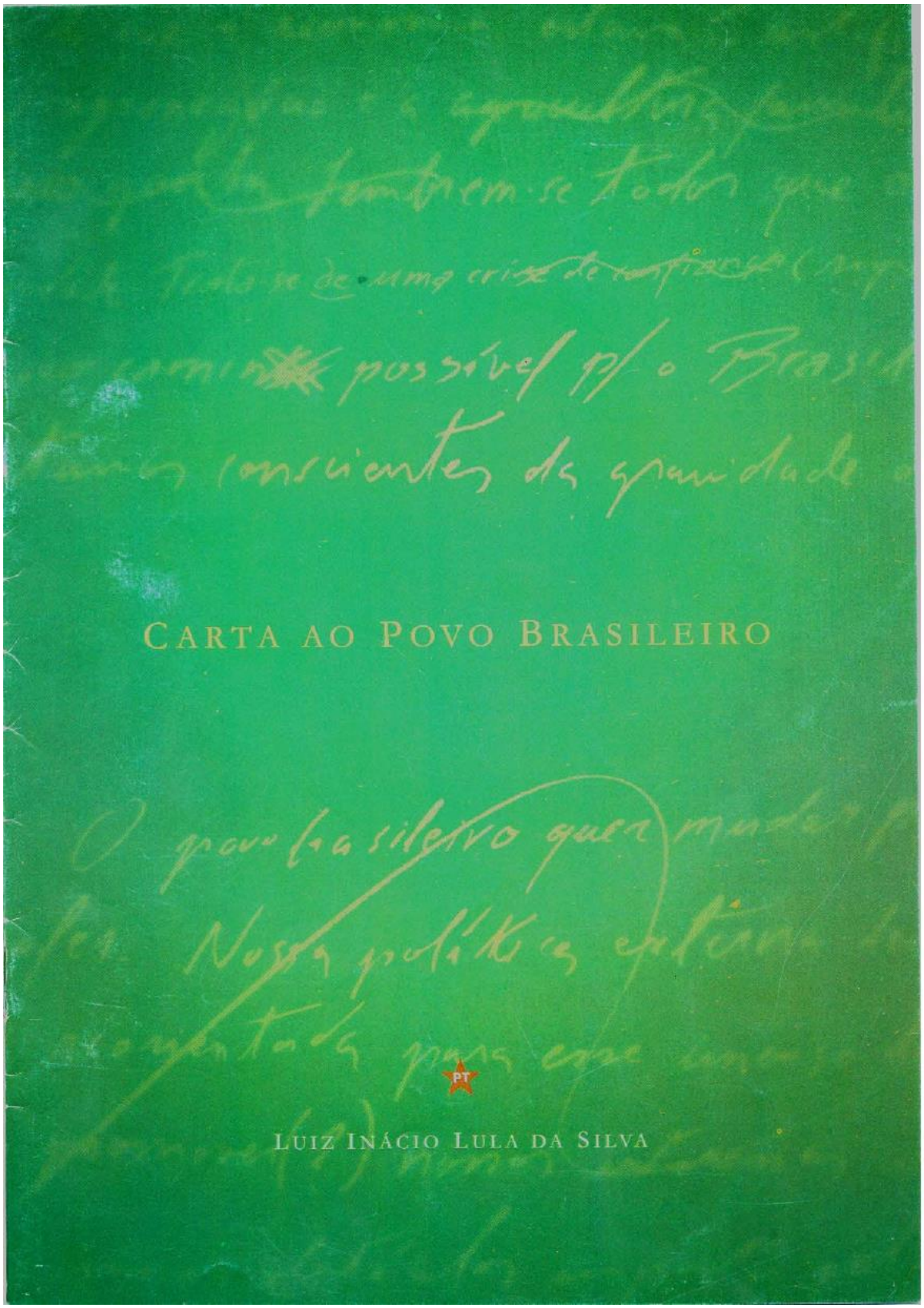
CLASSIFICADOS
Carreiras
Morar
Negócios
Veículos

PAINEL DO LEITOR
Painel do Leitor
A Cidade é Sua
Envie sua Notícia

ACESSE O APLICATIVO PARA TABLETS E SMARTPHONES

Copyright Folha de S.Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folhapress (pesquisa@folhapress.com.br).

ANEXO C – CARTA AO POVO BRASILEIRO FPA



Carta ao povo brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustadas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que tem esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais

competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia par ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, da graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranqüilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranqüilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual

governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.
Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.
Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.
Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.
Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.
Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.
Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.
Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.
Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.
A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.
O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.
Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.
A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.
Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a

dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.
Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.
O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas par ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamentar a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.
Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.
O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva
São Paulo, 22 de junho de 2002

ANEXO D – PRONUNCIAMENTO DE LUCIANA GENRO

51 99116.4755

Luciana Genro

Há 14 anos os chamados "radicais" foram expulsos do PT; veja o pronunciamento de Luciana Genro

14/12/2017 | 15:23 | Artigos | Pronunciamentos | PSOL

Pronunciamento de Luciana Genro na reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores do dia 14/12/2003, que acabou votando sua expulsão do PT.

Em primeiro lugar é preciso dizer que não estamos diante de um processo disciplinar. A maior demonstração disto é que o processo da comissão de ética não versou sobre nosso voto na reforma da previdência. Apesar das inúmeras declarações do Presidente Genoíno, de que o problema era como votaríamos na reforma, não foi sobre isto que nós falamos na comissão de ética. Nós fomos questionados sobre as nossas declarações, e as nossas ações políticas decorrentes dessas declarações, nós fomos questionados a respeito de cada palavra dita e publicada pela imprensa e pela nossa presença nas mobilizações da greve dos servidores. Portanto, nós estamos aqui perante um processo de contestação de posições políticas que nós assumimos ao longo deste ano.

Este diretório acabou de votar a expulsão do deputado João Fontes, votou esta expulsão em um processo absolutamente escandaloso, uma verdadeira caça às bruxas. O deputado revelou uma parte importante da história do partido dos trabalhadores, ao divulgar aquela fita, que ninguém contestou a veracidade. Mas o diretório nacional tem vergonha da história do Partido dos Trabalhadores, tem vergonha dos discursos inflamados que fez o companheiro Lula, atacando aquele que hoje é presidente do senado com apoio do partido dos trabalhadores, senador José Sarney. Tem vergonha dos discursos de Lula atacando a reforma da previdência que o governo Sarney tentava implementar, e que tentaram sucessivos governos posteriores, e que agora foi finalmente aprovada pelo governo do presidente Lula e do PT. As nossas expulsões, se consumadas, como lamentavelmente a imprensa já vem anunciando há muito tempo, são simbólicas deste processo de negação do PT.

Privacidade - Termos

51 99116.4755

contrariaram a luta do PT pelas eleições diretas, votando em Tancredo e Sarney . Hoje, uma das acusações que pesa sobre a Senadora Heloísa Helena é de que ela se recusou a votar em Sarney para presidente do senado. O ex-deputado Eduardo Jorge, que não foi expulso, foi suspenso porque votou a favor da CPMF, e nós estamos sendo expulsos porque nos recusamos a votar a favor da reforma tributária que justamente prorroga mais uma vez a CPMF à revelia da posição que o PT sempre defendeu.

Nós estamos sendo expulsos porque denunciamos a reforma da previdência, denunciamos que o governo do PT, as lideranças do PT, compraram o discurso do Collor, tentando mostrar os servidores públicos como privilegiados. Lideranças que nunca mais falaram dos privilégios dos banqueiros, dos seus benefícios sem limites, que vão consumir o ano que vem quase 50% da receita corrente líquida do nosso país, e que neste ano levaram mais de 10% do nosso PIB em juros da dívida externa e interna.

Então, na verdade, companheiros e companheiras, nós estamos diante de um profundo processo de transformação do PT. Um processo que não vem de hoje, já começou há alguns anos, mas que deu um brutal salto de qualidade quando Lula chegou à presidência da República. Neste momento, o PT deixou de ser um obstáculo mais ou menos eficaz à implementação dos ataques à classe trabalhadora, à implementação do modelo neo-liberal e passou a ser um instrumento da aplicação deste modelo. Esta é a grande diferença, é o grande marco que simboliza a morte do PT enquanto uma representação genuína da classe trabalhadora. Não é casual, o PT que nasceu nas lutas do ABC paulista, nas greves dos operários, na luta contra a ditadura militar encerra simbolicamente a sua vida como um partido que buscou representar a classe trabalhadora neste hotel, o mais fino de Brasília – “Blue Tree Park”- com um café da manhã regado a suco de laranja e “brownie”. Este é um símbolo desta morte.

Eu quero me dirigir aos companheiros do campo majoritário que ontem escutavam os ministros do governo dizerem que este ano foi positivo apesar dos sacrifícios. Sacrifícios, aliás, que foram impostos à classe trabalhadora brasileira, não aos ministros. Quero dizer que neste lógica que vocês abraçaram cegamente, estes sacrifícios seguirão sendo exigidos. Não pensem, não, que o ano que vem será o ano da redenção do PT, do crescimento com distribuição de renda, do combate à corrupção, da redução das desigualdades. Este crescimento capitalista que vocês tanto apregoam necessita de mais e mais ataques à classe trabalhadora. Por isso, o destino de cada um de você será negar cada vez mais aquilo que vocês defenderam ao longo da suas vidas.

O governo pode conseguir algum crescimento econômico, algo parecido com o que o Fernando Henrique conseguiu nos seus 8 anos de governo, quando o Brasil teve um crescimento de cerca de 20% do PIB. Mas junto cresceu a desigualdade, a miséria e o arrocho salarial. É este projeto que vocês estão abraçando. Um projeto onde a flexibilização da legislação trabalhista é uma necessidade, porque o capitalismo precisa baratear a mão de obra para se expandir e os capitalistas lucrarem mais.

A autonomia do Banco Central, com mandato fixo para seu presidente, é uma necessidade deste modelo, para que os mercados tenham a tranqüilidade de que a política econômica não vai mudar. É preciso a ALCA “light”, que de “light” não tem nada, é o jogo do governo “Bush”, pois joga para a OMC, como se a OMC pudesse ser um território favorável, as discussões de propriedade intelectual e serviços, questões que a Índia, Malásia, China resistem em aceitar discutir, pois sabem que a OMC é um território do Japão, da Europa, dos EUA e das grandes potências. Vocês vão ser obrigados a apoiar e implementar, cada vez mais, estas medidas e andar de braços dados com o Imperialismo Norte Americano e o com os interesses das grandes potências. Este é o caminho do crescimento capitalista.

A reforma agrária? Nesta lógica que vocês abraçam, a reforma agraria não pode ser feita. O grande latifúndio está associado com o grande capital, o exército de reserva no campo é necessário para os salários baixos na cidade. Vocês vão cada vez mais se afastar e se colocar em campo oposto a lutas da classe trabalhadora, porque as lutas, as greves, as mobilizações, atrapalham o crescimen

Privacidade - Termos

51 99116.4755

hoje aliados do governo. O maior símbolo deles é o ACM, que nós combatemos como representação máxima das oligarquias nordestinas que massacram o povo pobre para se manter no poder.

Portanto, companheiros e companheiras, nós estamos aqui diante de um momento histórico. Vocês nos expulsam para poder consolidar este processo de transformação do PT. É verdade que todo partido tem direito de mudar, o trabalhismo inglês, por exemplo, transformou-se de um Partido social-democrata em um Partido neo-liberal. Mas pelo menos fez um congresso, antes das eleições, e aprovou estas mudanças de forma mais ou menos democrática, eu não sei, mas, ao menos, ofereceu esta possibilidade de um congresso.

Por que a direção do partido não tomou esta providência, se pretendia operar esta mudança profunda no caráter do PT, transformando-o em intrumentalizador dos interesses do Fundo Monetário Internacional, do capital financeiro e da grande burguesia. Por que não faz este debate democrático com a militância do partido? Talvez faça em 2005, mas aí será tarde para salvar o partido, pois ele está cada vez mais contaminado pelas filiações em massa sem critérios, pelas Narriman Zitos, pelos Flamarions Portelas.

Vocês nos pautaram a expulsão durante vários meses. Hoje, não tenho duvida, existe em um setor importante da classe trabalhadora a necessidade de que estas bandeiras que o PT ao nos expulsar demonstra que definitivamente deixou para trás, continuem tendo uma representação política. São muitos e são muitos os que estão dispostos a continuar segurando estas bandeiras. Hoje, nós temos a noticia da desfiliação do companheiro Chico Oliveira, nós temos o deputado Milton Temer, o Carlos Nelson Coutinho para citar 3 exemplos dos que nunca foram alinhados com os chamados “radicais”, mas que são honestos e sérios nas suas convicções de luta e socialistas. Há muitos outros companheiros e companheiras, mais de sete mil, que mesmo antes da nossa expulsão já se colocaram aqui dispostos a seguir levantando estas bandeiras. Nós sabemos que muitos outros virão. Sabemos, inclusive, que muitos ainda acham que ainda há espaço político para disputa dentro do PT e nós respeitamos esta opinião, embora acreditemos que a nossa expulsão é a demonstração máxima de que não há mais espaço e a forma como se operou a expulsão do deputado João Fontes é a expressão máxima de que a democracia interna deste partido está sendo pisoteada. Mas temos a certeza de que aqueles que não se renderem, que não se deixarem cooptar, que não aceitarem entregar as bandeiras de luta da classe trabalhadora e do socialismo, vão mais cedo ou mais tarde se sentir expulsos junto conosco e continuarão junto à classe trabalhadora, junto ao povo pobre, junto a juventude deste país, defendendo as bandeiras que durante muitos anos foram patrimônio do Partido dos Trabalhadores. Muito Obrigada!

Compartilhe:

Notícias relacionadas

Corsan responde solicitação da deputada Luciana Genro

30/03/2020 | 17:35 | coronavírus | PSOL

Podcast: Propostas do PSOL para o RS durante a crise do coronavírus

25/03/2020 | 15:09 | Assembleia Legislativa | coronavírus | Notícias | PSOL | Saúde

Fique por dentro

Privacidade - Termos

51 99116.4755

WhatsApp

E-mail

Estado Cidade

Cadastrar

Agenda

agenda@lucianagenro.com.br

Contato

contato@lucianagenro.com.br

Imprensa

imprensa@lucianagenro.com.br

Conheça

- Luciana Genro
- Notícias
- Projetos
- Artigos
- Vídeos
- Fotos
- Emancipa
- Revista Movimento
- Roberto Robaina

Privacidade - Termos

ANEXO E – PETISTAS HISTÓRICOS ANUNCIAM SAÍDA

PUBLICIDADE PUBLICIDADE

Siga a Folha de S.Paulo no Twitter Seguir
envie sua notícia
Folha de S.Paulo no

26/09/2005 - 16h32

Petistas históricos anunciam saída do partido e filiação ao PSOL

da **Folha Online**

PUBLICIDADE

O deputado Ivan Valente (PT-SP) e Plínio de Arruda Sampaio anunciaram nesta segunda-feira que irão sair do PT para integrar o PSOL. Os deputados Orlando Fantazzini (PT-SP) e Chico Alencar (PT-RJ) também devem ingressar no PSOL.

Em nota à imprensa, Valente e Sampaio, disseram que o PT "esgotou seu papel como instrumento de transformação da realidade brasileira". Na nota, eles criticam ainda a política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Sampaio concorre à presidência nacional do PT e, segundo os últimos números divulgados, era o quarto colocado na totalização dos votos.

PUBLICIDADE

O ex-vice-prefeito de São Paulo Helio Bicudo também deve se desfiliar do PT.

Debandada

PUBLICIDADE

A saída de militantes e parlamentares do PT é um processo que começou com o recrudescimento das denúncias contra o governo e a legenda, em meados de julho. Pouco antes das eleições internas do dia 18, vários petistas afirmaram que uma vitória do Campo Majoritário seria a senha para a migração dos petistas.

Ontem, em repúdio à crise, à política econômica e aos resultados da eleição interna do PT, um grupo de 400 petistas --representantes de movimentos sociais de todo o país, a maioria sindicalistas--, realizaram ato ontem em São Paulo para se desfiliar do partido e ingressar no PSOL.

O Campo Majoritário, vinculado ao deputado José Dirceu (PT-SP), é a corrente política responsabilizada pela maior crise sofrida pelo partido em seus 25 anos de história. Como demonstram os últimos números da apuração eleitoral, essa corrente ainda conta com muita força tanto em nível federal quanto estadual.

O PT, que elegeu 91 deputados nas eleições de 2002, maior bancada da história do partido, perdeu durante a crise o deputado André Costa (RJ), que saiu para se filiar ao PDT, que depois foi seguido por João Alfredo (CE), que declarou intenção de ir para o PSOL. Pouco antes do dia 18, a **Folha de S.Paulo** ouviu alguns deputados federais, como Maninha (DF) e Walter Pinheiro (BA), que reconheceram a dificuldade em permanecer no PT caso o Campo se mantenha no controle.

Íntegra da nota divulgada por Valente e Sampaio

"1.Estamos nos desfiliando hoje do partido que ajudamos a fundar há 25 anos, o Partido dos Trabalhadores. Não é uma decisão tranqüila. Ao contrário. A história do PT confunde-se com a história das lutas democráticas do Brasil nesse período. Não se afasta de algo tão importante sem perdas. Mas o PT esgotou seu papel como instrumento de transformação da realidade brasileira. A manutenção da essência da política econômica do governo anterior frustrou boa parte dos militantes e apoiadores que esperavam mudanças.

2.Essa decisão de saída, logo após o Processo de Eleições Diretas, no qual votaram mais de 300 mil filiados, é feita em virtude de uma armadilha colocada diante de nós --mais uma! --pelo

ÍNDICE

1. Nomeação de novo juiz do Supremo pode ter impacto sobre a Lava Jato
2. Indicação de Alexandre de Moraes vai aprofundar racha dentro do PSDB
3. Base no Senado exalta currículo de Moraes e elogia indicação
4. Na USP, Moraes perdeu concursos e foi acusado de defender tortura
5. Escolha de Moraes só possui semelhança com a de Nelson Jobim em 1997

chamado Campo Majoritário petista. Essas eleições estavam marcadas originalmente para o primeiro semestre de 2004. O CM impôs seu adiamento para o início de 2005, sob a alegação de que as eleições municipais poderiam prejudicar a dinâmica do PED. E, há cerca de um ano, o Processo foi adiado novamente para as vésperas da data de desincompatibilização partidária definida pela Justiça Eleitoral.

3.Tivemos a felicidade de merecer o apoio de quase 40 mil militantes, nessas eleições internas do PT, aos quais agradecemos profundamente. Se optássemos por nele permanecer, nosso apoio inequívoco no 2º turno seria para o companheiro Raul Pont, que terá o apoio das correntes Brasil Socialista e Fórum Socialista, que permanecerão no PT.

4.Apesar da realização de um 2º turno no PED, a composição do Diretório Nacional segue com predominância do Campo Majoritário, de acordo com a votação interna.

5.Mas o tempo político não é o tempo institucional. Continuaremos unidos aos companheiros da esquerda do PT nos movimentos e nas lutas sociais e esperamos que todos nos unifiquemos num movimento pelo socialismo, bandeira inicial do PT.

6.Queremos, por fim, anunciar que a nossa opção partidária será o Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL).

Plínio de Arruda Sampaio e Ivan Valente"

Leia mais

- Grupo de Dirceu mostra força nos diretórios estaduais do PT
- 400 filiados deixam PT e aderem ao PSOL
- PT vai pagar por caixa dois, diz José Dirceu

Especial

- Leia o que já foi publicado sobre as eleições do PT

1. Manifestantes tentam impedir fala de Moro em palestra em Nova York
2. Temer decide indicar Alexandre de Moraes para vaga de Teori no STF

ÍNDICE

1. Manifestantes tentam impedir fala de Moro em palestra em Nova York
2. Na USP, Moraes perdeu concursos e foi acusado de defender tortura

FOGO E FÚRIA - POR DENTRO DA CASA BRANCA DE TRUMP
Michael Wolff
De: 49.90
Por: 14.90
Comprar

MITO OU VERDADE - JAIR MESSIAS BOLSONARO
Flavio Bolsonaro
De: 39.80
Por: 23.90
Comprar

CINEMA FAROESTE - DIGISTACK (VOL. 6) (DVD)
Vários
De: 79.90
Por: 54.90
Comprar

A HISTÓRIA DO SÉCULO 20 PARA QUEM TEM PRESSA
Meredith Mac Ardle, Nicola Chalton
De: 34.90
Por: 23.90
Comprar

BOX PINK FLOYD - SPECIAL EDITION (DVD)
Pink Floyd
Por: 59.90
Comprar

Ombudsman
Atendimento ao Assinante
ClubeFolha
PubliFolha
Banco de Dados
Datafolha
Folhapress
Treinamento
Trabalhe na Folha
Publicidade
Política de Privacidade

Deutsche Welle
Financial Times
Folha Internacional
Radio France Internationale
The New York Times

ECONOMIA
Mercado
Folhainvest
Indicadores
MPME

OPINIÃO
Editoriais
Blogs
Colunistas
Colunistas convidados
Ex-colunistas
Tendências/Debates

ESPORTE
Esporte
Basquete
Seleção brasileira
Surfe
Tênis
Turfe
Velocidade
Vôlei

CIÊNCIA
Ciência
Ambiente

SAÚDE
Equilíbrio e Saúde

F5
Bichos
Celebridades
Colunistas
Fofices
Televisão

Horóscopo
Infográficos
piauí
Turismo
Minha História

TV FOLHA
TV Folha
Ao Vivo

CLASSIFICADOS
Carreiras
Morar
Negócios
Veículos

PAINEL DO LEITOR
Painel do Leitor
A Cidade é Sua
Envie sua Notícia

ACESSE O APLICATIVO PARA TABLETS E SMARTPHONES

Copyright Folha de S.Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folhapress (pesquisa@folhapress.com.br).

ANEXO F – DECRETO SOBRE USINAS NO PANTANAL

São Paulo, sexta-feira, 25 de novembro de 2005 FOLHA DE S.PAULO cotidiano

Texto Anterior | Próximo Texto | Índice

OUTRO LADO

Governador diz não conhecer estudo, mas nega danos

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

A assessoria de imprensa do governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, afirmou que ele desconhece o estudo elaborado por um órgão de seu governo, a Sema (Secretaria de Estado do Meio Ambiente).
A assessoria disse, porém, que o petista vai buscar informações a respeito do laudo.
Em relação ao projeto que libera a instalação de usinas de álcool no entorno da planície do Pantanal, Zeca vai esperar a decisão da Assembléia Legislativa, que deve sair na próxima quarta.
O projeto de lei foi apresentado em agosto deste ano pelo governador. Zeca do PT defende os empreendimentos sob a argumentação de que não haverá poluição no Pantanal, pois as usinas ficarão na área de planalto, longe dos rios que formam a área preservada.
Ele afirma também que a tecnologia atual e as restrições impostas pela lei, se acabar aprovada, afastarão riscos ao ambiente.
É a terceira tentativa de Zeca do PT, em dois anos, de modificar a legislação ambiental no Estado. Em setembro de 2003, o governador baixou um decreto com esse intuito -o 11.409. Diante da repercussão negativa da iniciativa, voltou atrás e revogou a decisão.
A segunda investida ocorreu em março deste ano. Zeca do PT enviou o secretário Nogueira Filho à Assembléia Legislativa sul-mato-grossense para discutir um projeto de lei nesse sentido. Em maio, por causa da reação dos deputados estaduais, recuou novamente.
Em agosto deste ano, o governador encaminhou o projeto de lei que agora é alvo de polêmica.

Texto Anterior: Ambiente: Usina polui o Pantanal, diz laudo do governo
Próximo Texto: Café com Maresia: Rio inaugura novos quiosques
Índice

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folhapress.

ANEXO G – AMBIENTALISTA ATEIA FOGO AO PRÓPRIO CORPO

São Paulo, segunda-feira, 14 de novembro de 2005 FOLHA DE S.PAULO cotidiano

Texto Anterior | Próximo Texto | Índice

MORTE PELA NATUREZA

Instalação de usinas de álcool e açúcar na bacia do rio Paraguai, onde fica o Pantanal motivou o ato

Ambientalista morre após atear fogo ao própio corpo

HUDSON CORRÊA
DA AGÊNCIA FOLHA, EM SINOP (MT)

Morreu ontem em Campo Grande (MS), por volta das 11h30, o ambientalista Francisco Anselmo Gomes de Barros, 65, que no sábado havia ateado fogo ao corpo em meio a um protesto contra a instalação de usinas de álcool e açúcar na bacia do rio Paraguai, onde fica o Pantanal.
O projeto das usinas foi enviado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul em agosto pelo governador José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT.
Franselmo, como Barros era conhecido, teve todo o corpo queimado e morreu na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) da Santa Casa de Campo Grande.
Ele estendeu dois colchonetes em forma de cruz na calçada, ensopou-os com dois galões de gasolina e ateou fogo por volta das 12h de sábado. Teve queimaduras em 100% do corpo, segundo informou o hospital. O protesto reunia cerca de 150 pessoas no centro de Campo Grande.
Ao menos 15 cartas foram deixadas por Franselmo, endereçadas a familiares, a colegas ambientalistas e à imprensa.
Na mensagem à imprensa, o ambientalista escreveu: "Um terço dos deputados [da Assembléia é] a favor [do projeto das usinas], um terço contra e um terço sem saber o que é. Já que não temos voto para salvar o Pantanal, vamos dar a vida para salvá-lo".
A carta também se refere, como problemas ambientais, ao projeto de transposição do rio São Francisco, tocado "no lugar da revitalização", às queimadas na Amazônia e ao contrabando de sementes de transgênicos na fronteira sul do país.
Em outra carta, ele disse: "Foi difícil tomar essa decisão de sã consciência. A minha vida sempre foi um sacerdócio em defesa da natureza. É a nossa casa e o presente maior de Deus. Se ele deu a vida por nós, eu estou dando a minha vida por ele, defendendo o futuro dos nossos filhos. [...] Continuem a luta por mim".

A Polícia Civil abriu inquérito para apurar a morte e ficou com os originais das cartas. Douglas Ramos, assessor jurídico da Fuconams (Fundação para Conservação da Natureza de MS), tirou cópias autenticadas.

Presidente da Fuconams, Franselmo ainda indicou em uma das cartas, segundo Ramos, o diretor da entidade Jorge Gonda para assumir o cargo em seu lugar.

"A Fuconams, fundada por Franselmo, foi a primeira ONG ambiental do Estado e a terceira criada no país há 30 anos", disse Ramos. Segundo ele, a primeira luta foi proibir a instalação de usinas no Pantanal. Em 1982, o governo do Estado proibiu.

Foi justamente a Gonda que Franselmo, durante o protesto de sábado, entregou a pasta de couro marrom que sempre carregava consigo. Dentro dela estavam as cartas que escreveu.

"Ele pediu ao Gonda para segurá-la e saiu", contou o presidente da Ecoa (Ecologia e Ação), Alessandro Menezes.

"De repente, no meio de protesto, vimos aquele fogaréu. Não podíamos pensar que era o Franselmo. Sem saber que era ele, eu ajudei a socorrer o homem que era um tocha humana. Pegamos extintores. Uma mulher queria jogar um balde de água, eu não deixei. Cortei a roupa dele, todo distorcido. Aí chegou o Corpo de Bombeiros", relatou Ramos.

"Em seguida, uma das pessoas apontou que o homem tinha vindo de uma Kombi, e era a de Franselmo", disse Douglas.

Além de atuar como ambientalista, era jornalista e dono da revista regional "Executivo".

Texto Anterior: Quadrilha faz arrastão em prédio de Moema
Próximo Texto: Zeca do PT nega risco de acidente e ameaça aos rios
Índice

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folhapress.

ANEXO H – DISCURSO DE LULA: COMPANHEIRO MAGGI

Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade simultânea de início do Mutirão Arco Verde Terra Legal nos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia

Alta Floresta-MT, 19 de junho de 2009

Eu, sinceramente, cada vez que venho a um ato, em qualquer lugar, eu acho que o povo brasileiro não tem similar, não tem igual, porque a paciência de vocês de ouvir a quantidade de discursos que vocês estão ouvindo é uma atitude nobre de vocês. Blairo, é uma coisa extremamente carinhosa a gente saber que tem uma parcela do povo brasileiro que está disposta a discutir... Eu também amo vocês.

Então, eu quero cumprimentar o nosso querido companheiro, companheiro de verdade, o companheiro Blairo Maggi, governador do Mato Grosso,

O nosso querido Eduardo Braga. Como está tendo enchente lá no Amazonas, eu preferi trazê-lo aqui... Ele estava em Brasília, eu pedi para ele vir aqui. Gentilmente ele veio porque é meu amigo, é amigo do Blairo.

Cumprimentar o companheiro Ivo Cassol, do estado de Rondônia,

Cumprimentar a nossa companheira Ana Júlia Carepa, nossa querida companheira governadora do estado do Pará,

Cumprimentar os ministros que estão aqui comigo, o companheiro Pimentel, da Previdência; o companheiro Minc, do Meio Ambiente; o Guilherme Cassel, que está no Pará com a Ana Júlia; o companheiro Marcio Fortes, das Cidades, que está lá com a companheira Dilma Rousseff, a companheira Dilma; e devem ter outros ministros lá com a companheira Dilma. Sabe o que acontece, Blairo? Sabe o que acontece? Vai terminando o tempo do mandato, as pessoas já vão correndo atrás de quem pode ser a futura presidente. Então, tem mais ministros com ela do que comigo aqui. O que eles não sabem é que

eu ainda tenho o peso da caneta. O Gregolin está lá com ela também, o ministro da Pesca. O Ministério da Pesca foi criado, finalmente aprovado pelo Congresso Nacional.

Eu quero cumprimentar a nossa querida Maria Izaura Dias, prefeita de Alta Floresta, em nome de quem eu quero cumprimentar os prefeitos de Belém, quero cumprimentar os prefeitos que estão aqui e quero cumprimentar o nosso querido prefeito lá de Porto Velho. Roberto, você está ao lado da Dilma, dê um recado aí. Eu não sei se alguém falou, mas finalmente eu estou aqui com o presidente do Incra, o companheiro Rolf. Aliás, estou aqui com o Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, estou aqui com o presidente do Ibama, mais vários deputados federais, senadores. Eu queria dizer, Roberto, que hoje, aquela promessa que nós fizemos de entregar os títulos de terra para aquele povo que mora na periferia de Porto Velho, a Dilma está aí para anunciar isso. Se ela não anunciou, dê a palavra novamente para ela quando eu acabar de falar, para ela anunciar a entrega dos títulos de terra, que estavam no Incra, para o povo que mora em Porto Velho.

Blairo, meu querido Eduardo Braga, meu querido povo de [Alta] Floresta, companheiros e companheiros da imprensa. Eu vou ser muito breve porque já é meio-dia e eu acho que nós temos que ter o mínimo de compreensão de que nem água vocês tinham, aqui na frente. Sabem que eu descobri que vocês estavam sem água quando me trouxeram um copo d'água. Eu fiquei pensando: eu estou na sombra e estão me trazendo água, e o povo que está no sol? Então, o companheiro Blairo se encarregou de dar ordem aqui, deve ter acabado toda a água do supermercado em [Alta] Floresta, porque finalmente chegou a água.

Mas eu queria dizer aos companheiros que estão com uma faixa ali, pedindo assentamento lá em Carlinda. Eu acabei de conversar com o companheiro do Incra, aqui. O dinheiro já foi depositado, tem uma pendenga com o proprietário e neste mês deve estar regularizado, e vocês finalmente vão

poder ter a terra de vocês.

Mas eu queria, companheiros e companheiras, utilizar meia dúzia de minutos com vocês, falar com essa moça bonita que está de Ray-Ban, eu nem sei como é o rosto dela porque o Ray-Ban e tão bonito que a gente fica olhando para o Ray-Ban. Mas eu queria dizer para vocês que o que está acontecendo hoje aqui em Alta Floresta, o que está acontecendo lá em Rondônia, o que está acontecendo lá no Pará, é uma pequena revolução de procedimento do governo federal, do governo estadual e do governo municipal. E o Blairo tem razão, nós não podemos nunca nos esquecer de que nos anos 70 foi feita uma reforma agrária neste país e que muita gente foi induzida a vender as pequenas propriedades que tinham, ou mesmo aqueles que não tinham, no Sul do país, e se embrenharam por este Brasil afora para construir cidades como Alta Floresta.

Hoje é fácil a gente vir aqui e fazer críticas, mas a gente não sabe quantos pegaram malária aqui, a gente não sabe quantos morreram de picada de cobra e não tinha um médico a 100 quilômetros de distância. A gente não sabe quantas crianças entraram na escola tardiamente, porque as pessoas vinham, faziam barracos e ficavam muitos meses nos barracos.

Eu fico com orgulho quando vejo um cidadão que tinha 50 hectares de terra no Rio Grande do Sul. Hoje ele tem 2 mil hectares, tem casa, tem carro e está vivendo de forma... bem de vida, porque produziu, porque trabalhou, porque comeu “o pão que o diabo amassou”. Eu vejo isso como eu vejo... tem gente que acha que o Kaká ganha muito. O Kaká não ganha muito. Esses jogadores são meninos pobres, ficam famosos, ganham muito dinheiro e eu fico orgulhoso de ver as pessoas vencerem na vida, eu fico orgulhoso. E só vence na vida quem trabalha, só vence na vida quem, efetivamente, persevera, só vive [vence] na vida quem tem amor àquilo que faz. Então, eu queria dizer desse reconhecimento.

Ninguém pode ficar dizendo que ninguém [alguém] é bandido porque

desmatou. Nós tivemos um processo de evolução, e nós, agora, precisamos remar ao contrário. Nós temos que dizer para as pessoas que se houve um momento em que a gente podia desmatar, agora desmatar joga contra a gente, vai nos prejudicar no futuro, porque empréstimo internacional não sai, porque quando o Blairo for exportar a soja dele, o comprador na Alemanha, o comprador vai dizer "Ah, é da região da Amazônia, que está destruindo?" "É". "Então, não vamos comprar". Então, hoje, preservar é uma vantagem comparativa para nós. Hoje, em vez de a gente dizer "não pode cortar árvore", nós temos que incentivar e pagar para as pessoas plantarem as árvores que nós achamos que precisa plantar. Por que a gente não refloresta este país, e as pessoas receberem [recebem] por aquilo [isso]?

Outro dia eu vi na televisão, lá em Minas Gerais, aquele fotógrafo, o nosso careca, o Sebastião Salgado, fazendo um modelo de fazenda que tem em Nova Iorque. Todos os pequenos produtores de Nova Iorque, todos – vocês viram também no Globo Rural – recebem dinheiro da prefeitura para não poluir os córregos que passam na casa deles e que vão levar água para as pessoas de Nova Iorque beberem. Ora, se um cidadão tem um sítio e eu quero evitar que a vaca faça cocô ou xixi naquela "aguinha" que ele tem, se eu quero evitar que os porcos vão lá, o que eu tenho que fazer? Pagar para que ele possa colocar a vaquinha em outro lugar, para que ele [possa] colocar o porco em outro lugar, mas ele tem que receber. Ele tem que receber pelo benefício que ele está fazendo para a comunidade.

Então, é isso o que nós precisamos fazer. Tem que mudar a cabeça do governo, mudar a cabeça do prefeito, mudar a cabeça do governador, mudar a cabeça do produtor, mudar a cabeça dos advogados, mudar a cabeça de todo mundo, para que este país seja destravado de uma vez por todas, e este país possa viver condignamente, decentemente, sem ninguém precisar morrer por causa de um minguado pedaço de terra, como acontece hoje.

Por isso é que nós vamos regularizar. Eu vou dar um testemunho aqui.

Eu vou pegar dois exemplos. Eu fui visitar uma fazenda do companheiro Blairo, e eu vi uma diferença. Todas as matas ciliares, em todo o transcurso do rio, estão preservadas, e você vê a água verdinha lá dentro, azulzinha. Tem até... quando tem... não sei se é cal, caulim, sei lá o que é, uma pedra branca, [que] você vê a água azulzinha. Aí você passa em outra fazenda, o cidadão desmatou toda a margem do rio, e aí começa a ter erosão. Ele próprio vai perder. Nós temos 60 milhões de hectares de terras degradadas neste país. Sessenta milhões de hectares de terras degradadas, que nós precisamos... Eu já propus ao companheiro Minc, já propus ao Guilherme Cassel, já propus ao Reinhold Stephanes de a gente fazer um grande programa de florestamento [reflorestamento] dessa área degradada, plantar madeira para as pessoas venderem, plantar biodiesel para as pessoas ganharem dinheiro. O que a gente não pode é ficar apenas brigando, em vez de sentar e encontrar a melhor solução que possa agradar a todo mundo.

Agora vai ter a Convenção do Clima em Copenhague. Todo o mundo vai estar lá, todo o mundo vai estar lá, todos os países. E se a gente não tomar cuidado, todo mundo vai dizer que o Brasil tem que cuidar da Amazônia, porque a Amazônia é o pulmão do mundo e que o Brasil está desmatando, que o Brasil está queimando e que o Brasil "não sei das quantas". E podem começar [a colocar] restrição, podem começar a colocar restrição à carne brasileira, podem começar a colocar restrição à soja brasileira, podem começar a colocar restrição ao milho brasileiro, podem colocar restrição ao crédito do Brasil. Então, nós temos que dizer para eles: "primeiro, não metam o seu nariz no nosso terreiro. A Amazônia é nossa". E nós queremos preservar a Amazônia porque nós temos noção, nós temos noção de que preservar a Amazônia hoje é a gente garantir que os nossos filhos e os nossos netos possam viver em um mundo pelo menos igual ao que nós estamos vivendo. Porque se a coisa continuar do jeito que está, com o aquecimento global, nós estamos vendo coisas acontecendo no mundo: está voltando a ter enchente

em lugares que há 100 anos não tinha enchente, está tendo seca onde nunca teve seca, está ficando deserto onde tinha muita água e está ficando cheio de água onde nunca teve água. Alguma coisa o homem lá de cima está falando: "Olha, eu criei o mundo para vocês viverem, mas se vocês estiverem estragando o mundo que eu dei para vocês, vocês vão ser vítimas". Jesus já se permitiu morrer uma vez para nos salvar. Agora nós temos que criar juízo e cuidar de nós mesmos.

Então, não é incompatível a política de preservação ambiental com a política de desenvolvimento sustentável. O que nós queremos é que sejamos razoáveis, para que ninguém possa acusar o Brasil de nada. E por isso nós vamos regularizar. São quase 300 mil títulos de terra, companheiro que tem 1.500 hectares, companheiro que tem 700 hectares. Nós temos que legalizar para ele ter o documento pregado na parede da casa dele. Quando alguém chegar lá, ele vai dizer: "é minha essa terra". Quando ele entrar no Banco do Brasil para pegar um empréstimo, ele vai ter o empréstimo. Quando ele for comprar um trator ele vai ter financiamento. Por quê? Porque o que dá cidadania para a gente é o título da casa em que a gente mora, é o título da terra que a gente tem. Ou seja, as pessoas vão ficar cidadãs de verdade.

Por isso, companheiros, eu acho que este dia é extraordinário. Eu quero agradecer, inclusive, o comportamento do companheiro Blairo Maggi, porque o estado do Mato Grosso do Sul... do Mato Grosso... na verdade, os dois estados. Tanto o Mato Grosso quanto o Mato Grosso do Sul eram acusados como os estados que mais desmatavam. Eu, há mais de um ano, estou dizendo aos meus companheiros que em vez de a gente ficar xingando, em vez de a gente ficar brigando, em vez de a gente ficar acusando, é muito melhor a gente reunir os prefeitos das cidades que mais têm queimadas no mundo, ou melhor, no Brasil, e a gente chamar para Brasília, sentar. Os prefeitos têm reivindicações para fazer, porque se a gente quer que eles façam as coisas, eles têm o direito de falar: "Presidente, nós faremos isso, mas nós precisamos

disso, disso, disso e disso para que a gente possa fazer um jogo combinado, para que a gente possa fazer um jogo combinado". Então, eu queria dizer, Prefeita, eu estou indo agora... no dia 07 eu vou para o encontro do G-8 lá na Itália, vou ficar lá nos [dias] 09 e 10. Mais ou menos lá para o dia 15 ou 16 eu quero ver se me reúno com todos os governadores dos estados amazônicos e quero ver se [me] reúno com todos os prefeitos das áreas que têm mais queimadas, para a gente fazer um pacto de verdade, para a gente acertar o que é de direito de cada um, qual é o papel do prefeito, o que ele tem que fazer, qual é o papel do governador, qual é o papel do presidente da República, qual é o papel do Congresso. Se a gente fizer isso, a gente vai perceber que todo mundo vai viver em paz, tranqüilo, e a gente vai produzir muito mais. O que eu quero? O que eu desejo na vida? O que eu desejo na vida é que o povo brasileiro, sobretudo a parte mais pobre da população, possa viver dignamente, ou seja, as pessoas trabalharem, as pessoas poderem ter acesso ao crédito do Banco do Brasil, as pessoas poderem ter uma casa boa. Não tem nada mais delicioso do que uma dona de casa ter uma casa digna. Pode ser humilde, mas que seja digna essa casa. Que as pessoas trabalhem, que as crianças tenham escola. E essa legalização vai permitir que tudo isso aconteça.

Minc, falta uma coisa que nem eu, nem você, nem o Blairo, nem o Eduardo Braga, nem a Dilma, nem o governador Ivo Cassol, nem a Ana Júlia e nem o Guilherme falamos. Eu estava comentando com o companheiro Blairo Maggi. Às vezes a gente vem aqui, faz discursos maravilhosos, falamos, falamos, mas tem um burocrata lá na capital, em Cuiabá, tem um burocrata na prefeitura, tem um monte de burocratas lá em Brasília, e a gente fez um discurso aqui, presidente, governador e ministros, mas ele não ouviu. Quando chegar para ele fazer, como ele não ouviu, ele fala: "Por que eu tenho que fazer isso? Eu não vou fazer isso. Eu não gosto disso".

Então, eu queria propor que a gente apresentasse, para este programa, um número telefônico, um número tipo 0800, 035, para que as pessoas

pudessem reclamar: "Aqui não está acontecendo o que vocês prometeram. Aqui não está". Eu vou dar um exemplo disso: a gente pode colocar um *call center* e colocar gente para cuidar direitinho.

Este país ficou 25 anos sem crescer. Este país... Nesses 25 anos, teve a Constituinte. A gente criou uma máquina de fiscalização poderosa e não criamos uma máquina de execução, porque ela foi falida, porque tentaram destruir, porque chamaram os funcionários públicos de marajás e tentaram detonar. Então, tem uma máquina de execução ganhando um terço do que ganha a máquina de fiscalização neste país.

Nós sabemos que temos que fazer muita coisa para destravar o País, para destravar. Essa política nossa de regularização de títulos fundiários na Amazônia é a maior demonstração que a gente vai dar ao mundo. Nós vamos dizer: lá nós temos todo mundo com o título da terra, nós sabemos a área em que vai plantar, nós sabemos a área em que vai criar isso, a área em que vai criar aquilo. Agora, vocês, por favor, paguem para que a gente mantenha a nossa floresta em pé e a gente possa ajudar os pequenos produtores a trabalharem dignamente.

Querida companheira Dilma, querido companheiro Cassol, querida companheira Júlia, querido companheiro Blairo, eu quero pedir desculpas e paciência para vocês porque nós falamos demais, mas também nós gostamos demais de vocês.

Um abraço. Que Deus abençoe o povo do Mato Grosso, o povo do Pará, o povo de Rondônia, o povo de Nova [Alta] Floresta e o povo do Brasil.

Um beijo, gente, e até outro dia, se Deus quiser.

($211A)

ANEXO I – PROIFES

ESTADÃO

PUBLICIDADE

Líder de professores atua no governo

Gil Vicente dos Reis negocia salários da categoria e ao mesmo tempo toca projeto contratado pelo Planejamento

Roldão Arruda, O Estadao de S.Paulo
15 de junho de 2009 | 00h00

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) vai pedir nos próximos dias ao Ministério Público Federal a abertura de investigações sobre possíveis irregularidades em um projeto de extensão mantido entre a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o Ministério do Planejamento, no valor de R$ 370 mil. Segundo o sindicato existem fortes indícios de conflito de interesses no projeto, cujo objetivo final é fornecer ao governo ferramentas para a reestruturação de cargos e carreiras no serviço público federal.A razão da suspeita é a presença, entre os condutores do projeto, do professor Gil Vicente dos Reis de Figueiredo, presidente do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), instituição que desde 2007 participa oficialmente de mesas de negociações com o governo, assinando termos que definem questões salariais e de carreira."Como é possível que a pessoa que vai à mesa de negociações do Ministério do Planejamento seja a pessoa contratada pelo mesmo ministério para uma pesquisa que envolve os interesses dos professores federais?", pergunta o professor Ciro Correia, presidente do Andes. "Em qualquer outro lugar do mundo um contrato desse tipo já teria sido de motivo de escândalo público. Mas aqui não aconteceu nada. Por isso estamos pedindo ao Ministério Público que investigue e veja se há ou não conflito de interesses."Correia, que é livre docente do Instituto de Geociências da USP, afastado temporariamente para exercer a atividade sindical, suspeita que o objetivo real do governo seja favorecer indiretamente o Proifes e, assim, interferir na disputa que se trava hoje entre essa instituição e o Andes pelo direito de representar os docentes das universidades federais.Essa disputa vai além dos muros das universidades e envolve interesses partidários. Para entendê-la vale notar que o Andes é filiado à Comlutas, central sindical afinada com o PSTU e o PSOL - legendas que surgiram de dissidências do PT e hoje se opõem ao governo federal. O Proifes, por sua vez, está alinhado à CUT - filha do PT."O pagamento pela pesquisa pode ser uma espécie de bolsa sindical para o presidente do Proifes", diz Correia. O professor também conta que antes de decidir pelo pedido de ajuda aos procuradores da República, solicitou esclarecimentos ao Planejamento e à UFSCar."Encaminhamos os ofícios em 22 de abril", lembra. "De acordo com as normas legais, deveriam ter respondido em 30 dias. Mas até hoje não responderam nada."Na semana passada, o Estado também pediu explicações ao ministério e à UFSCar. A assessoria de imprensa do Planejamento respondeu que o ministro recebeu a solicitação e "determinou que o órgão competente apurasse os fatos antes de dar qualquer

informação".A resposta da UFSCar foi um pouco mais longa. Segundo a diretoria de comunicação da escola, o projeto - denominado Elaboração de Ferramentas que Possibilitem a Realização de Estudos para Reestruturação dos Cargos e Carreiras no Sistema Público Federal - é coordenado pelo professor Ednaldo Brigante Pizzolato. Sua criação teria seguido "todos os trâmites necessários em relação a projetos dessa natureza, sendo aprovado pelos órgãos colegiados competentes".Esse tipo de projeto envolve alunos de graduação e de pós e é comum na escola. Segundo a diretoria de comunicação o total de projetos chega a 310.E quanto ao possível conflito de interesses e ao ofício enviado pelo Andes? "A documentação enviada pelo Andes à UFSCar foi encaminhada à Procuradoria Jurídica da Universidade, que está analisando a matéria", respondeu a comunicação."Essa é uma questão grave e que merece muita atenção", alerta Correia. "Mostra a interferência do Estado na organização sindical do País."À SOMBRA DOS PARTIDOSRelações entre siglas partidárias e centrais sindicais envolvidas na disputaCUTLigada ao PT. Apoia o Proifes, organização que surgiu em 2004 nas federais para se opor ao Andes. Os servidores públicos estão entre as principaisbases de apoio da CUTComlutasArticulada com o PSTU. Apoia o Andes, que surgiu na década de 80. Nas disputas com a CUT, tem o apoio da Intersindical, a central ligada ao PSOL.Força SindicalLigada ao PDT. Na disputa entre Andes e Proifes, apoia o primeiro. O ministro do Trabalho, Carlo Lupi, presidente licenciado do PDT, assinou o decreto que concedeu registro sindical ao Andes

Encontrou algum erro? Entre em contato

DESTAQUES EM *POLÍTICA*

O candidato Bolsonaro

Toffoli dissolve comissão que avalia impeachment de Witzel

DEM e MDB desembarcam do Centrão e oficializam rumo antagônico na Câmara

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Tendências:

Eleições 2020: Confira as últimas notícias e um guia do eleitor com os principais serviços sobre o pleito

Entenda o que muda nas eleições 2020 por causa da pandemia

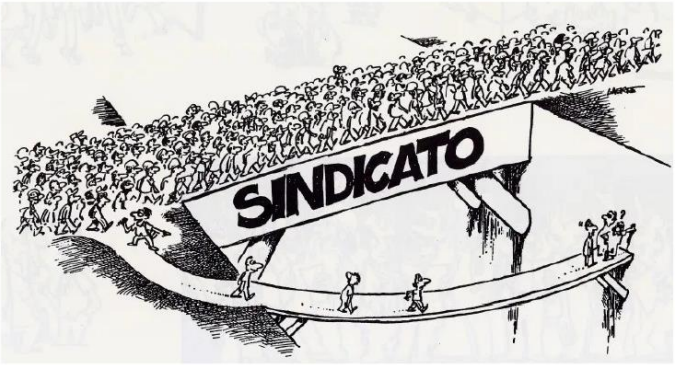
Saiba as vantagens de ser mesário voluntário nas eleições 2020 e como se inscrever

Como funcionava o "Esquema Queiroz" na Alerj

Toffoli dissolve comissão que avalia impeachment de Witzel

ANEXO J – PROIFES

ANDES SINDICATO NACIONAL CSP - CONLUTAS
SINDOif
Seção Sindical do ANDES-SN no IFRS



Pedido de carta sindical do PROIFES é arquivado

Notícias

Em decisão proferida em 02/05/2019 a Coordenadoria Técnica de Registro Sindical do Ministério da Justiça determinou o arquivamento do pedido de registro de carta sindical do Proifes, cujo processo foi aberto em 2008 logo após reunião fechada para formação dessa organização sindical. Veja detalhes no texto a seguir.

A história do Proifes começou em 2004, quando foi criado como "fórum" e, segundo diziam seus idealizadores à época, não tinha

ES

a intenção de ser uma organização sindical. **Veja aqui o CNPJ do Proifes aberto em 2004**.

Em setembro de 2008, após o ANDES-SN ter saído da CUT, ocorreu uma reunião fechada para formação do Proifes como entidade sindical, justamente na sede daquela central sindical em São Paulo. Na reunião fechada, convocada como assembleia geral, seguranças privados impediram professores e professoras das bases das seções do ANDES-SN de ingressar no recinto e barraram o ingresso de celulares, máquinas fotográficas e filmadoras, com intuito de evitar qualquer registro dos fatos.

Para solicitar carta sindical, logo após a citada reunião fechada, o Proifes **criou um novo CNPJ (veja aqui)** e protocolizou o pedido de registro no então Ministério do Trabalho, em **22/09/2008**. Veja que coincidem os endereços informados à Receita Federal em ambos registros de CNPJ.

Em 2012, a equipe dirigente do Proifes decidiu criar o Proifes-Federação, com objetivo de representar professores e professoras do magistério federal, especificamente das carreiras MS e EBTT, a partir de sindicatos federados.

O tempo passou e, seja como sindicato ou como federação, **O PROIFES NUNCA OBTEVE CARTA SINDICAL**.

Agora observe a seguir o que consta no arquivamento do pedido de carta sindical do Proifes, **ocorrido em maio de 2019**.

VEJA AQUI O ARQUIVAMENTO DO PEDIDO DE REGISTRO SINDICAL DO PROIFES

Veja que ele está associado justamente ao CNPJ aberto em 2008 – época em que a CUT patrocinou a cisão do ANDES-SN e a criação do Proifes como entidade sindical.

E agora Proifes? A ideia é entrar com novo pedido de registro de carta sindical? Para tramitar por mais uma década? E nesse meio tempo seguir afirmando representar o magistério federal mesmo sem ter registro para tal?

Compartilhe isso:

Relacionado

Proifes ataca Sindoif e não mostra sua carta sindical
8 de julho de 2019

40 anos de lutas do ANDES na UFRGS
15 de novembro de 2018

Nota oficial das Seções Sindicais do ANDES-SN no RS

Publicações Recentes

- IFRS propõe APNP e não veda atividades presenciais
- Assembleia define posição do SINDOIF sobre APNP
- Um país destroçado pelo genocídio de Jair Bolsonaro
- Reitoria delibera retorno presencial imediato no IFAM
- A Defesa da Vida e o Calendário Acadêmico Remoto

Em "Artigos" Em "Notícias" 25 de março de 2020
Em "Notícias"

Publicações Relacionadas

IFRS propõe APNP e não veda atividades presenciais

27 de julho de 2020

Assembleia define posição do SINDOIF sobre APNP

22 de julho de 2020

Um país destroçado pelo genocídio de Jair Bolsonaro

21 de julho de 2020

« Definido calendário de lutas para julho e agosto

Proifes ataca Sindoif e não mostra sua carta sindical »

communart.com.br PT Magazine by Promenade Themes

ANEXO K – ELIANE BRUM: BELO MONTE, NOSSO DINHEIRO E O BIGODE DO SARNEY

Belo Monte, nosso dinheiro e o bigode do Sarney

31/10/2011

Um dos mais respeitados especialistas na área energética do país, o professor da USP Célio Bermann, fala sobre a "caixa preta" do setor, controlado por José Sarney, e o jogo pesado e lucrativo que domina a maior obra do PAC. Conta também sua experiência como assessor de Dilma Rousseff no Ministério de Minas e Energia

Se você é aquele tipo de leitor que acha que Belo Monte vai "afetar apenas um punhado de índios", esta entrevista é para você. Talvez você descubra que a megaobra vai afetar diretamente o seu bolso. Se você é aquele tipo de leitor que acredita que os acontecimentos na Amazônia não lhe dizem respeito, esta entrevista é para você. Para que possa entender que o que acontece lá, repercute aqui – e vice-versa. Se você é aquele tipo de leitor que defende a construção do maior número de usinas hidrelétricas já

porque acredita piamente que, se isso não acontecer, vai ficar sem luz em casa para assistir à novela das oito, esta entrevista é para você. Com alguma sorte, você pode perceber que o buraco é mais embaixo e que você tem consumido propaganda subliminar, além de bens de consumo. Se você é aquele tipo de leitor que compreende os impactos socioambientais de uma obra desse porte, mas gostaria de entender melhor o que está em jogo de fato e quais são as alternativas, esta entrevista também é para você.

Como tenho escrito com frequência sobre a megausina hidrelétrica de Belo Monte, por considerar que é uma das questões mais relevantes do país no momento, observo com atenção as manifestações dos leitores que comentam neste espaço ou em redes sociais como o Twitter. Anotei as principais dúvidas para incluí-las aqui e assim colaborar com o debate.

Desta vez, propus uma conversa sobre Belo Monte a Célio Bermann, um dos mais respeitados especialistas do país na área energética. Bermann é professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (USP), com doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Unicamp. Publicou vários livros, entre eles: "*Energia no Brasil: Para quê? Para quem? – Crise e Alternativas para um País Sustentável*" (Livraria da Física) e "*As Novas Energias no Brasil: Dilemas da Inclusão Social e Programas de Governo*" (Fase). Ex-petista, ele participou dos debates da área energética e ambiental para a elaboração do programa de Lula na campanha de 2002 e foi assessor de Dilma Rousseff entre 2003 e 2004, no Ministério de Minas e Energia. Célio Bermann foi também um dos 40 cientistas a se debruçar sobre Belo Monte para construir um painel que, infelizmente, foi ignorado pelo governo federal.

Vale a pena ouvir o professor a qualquer tempo. Mas, especialmente, depois de uma semana dramática como a passada. Na quarta-feira (26/10), o julgamento da ação movida pelo Ministério Público Federal reivindicando que os índios sejam ouvidos sobre a obra, como determina a Constituição, foi interrompida e adiada mais uma vez no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. Na mesma quarta-feira, chamado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) para explicar por que não suspendeu as obras de Belo Monte, o Brasil não compareceu, desrespeitando o organismo internacional e exibindo um comportamento mais usual em ditaduras. Em reportagem publicada em 20/10, o Estadão denunciou que, como retaliação por ter sido advertido sobre Belo Monte, o Brasil deixou de pagar sua cota anual como estado-membro.

Na quinta-feira (27/10), centenas de pessoas, entre indígenas, ribeirinhos e moradores das cidades atingidas, ocuparam pacificamente o canteiro de obras de Belo Monte, no rio Xingu, pedindo a paralisação da construção da usina. Foram expulsos por ordem judicial. Enquanto o canteiro de obras era ocupado por uma população invisível para o governo de

Dilma Rousseff, o cineasta Daniel Tendler apresentava no Seminário Nacional de Grandes Barragens, no Rio de Janeiro, o projeto de uma megaprodução cinematográfica que se propõe a documentar as obras de Belo Monte por cinco anos. O projeto é comandado pela LC Barreto, a produtora da poderosa família Barreto, a mesma que fez "Lula, O Filho do Brasil". Tendler, aliás, foi um dos roteiristas do filme sobre a vida do ex-presidente. Entre as repercussões da megaprodução cinematográfica sobre a megaobra do PAC no Twitter, destacou-se uma: "Os Barreto estão para o cinema nacional como os Sarney para a política".

Ainda na semana passada, o governo federal publicou um pacote de sete portarias ministeriais com o objetivo de "destravar a concessão de licenças ambientais no país para acelerar grandes empreendimentos, como rodovias, portos, exploração de petróleo e gás, hidrelétricas e até linhas de transmissão de energia". Ou seja: o governo caminha para anular as conquistas socioambientais obtidas na redemocratização do país.

Dias antes, em 26/10, o Senado havia aprovado um projeto de lei que retira o poder do Ibama para multar crimes ambientais, como desmatamentos. Se não for vetado pela presidente, o poder de multar passará para estados e municípios, sujeito às pressões locais já bem conhecidas. A aprovação do projeto aconteceu quatro dias depois de mais um assassinato no Pará: João Chupel Primo, mais conhecido como João da Gaita, foi morto com um tiro na cabeça, depois de denunciar ao Ministério Público Federal, em Altamira, uma rota de desmatamento ilegal na reserva extrativista Riozinho do Anfrísio e na Floresta Nacional Trairão, área do entorno de Belo Monte. Como de hábito, o Congresso decide os rumos do país desconectado com o que acontece na vida real para além do aquário brasiliense.

No momento histórico em que recursos como água e biodiversidade se consolidam como o grande capital de uma nação, o Brasil, um dos países mais beneficiados pela natureza no planeta, corre em marcha à ré. O cenário que você acabou de ler tem no centro – como obra simbólica e estratégica – Belo Monte, a maior obra do PAC. A seguir, parte de minha conversa de quase três horas com o professor Célio Bermann, em sua sala no Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP.

– Por que o senhor, assim como outras pessoas que estudam o setor, afirma que a área energética do país é uma "caixa preta". Afinal, que caixa preta é essa?
Célio Bermann – A política energética do nosso país é uma caixa preta e é mantida dessa forma por uma série de razões. Primeiro, porque a baixa escolaridade da população brasileira não permite, por exemplo, que o leitor da Época entenda o que é terawatts-hora. Mas seria interessante que a população toda tivesse conhecimento e pudesse, com informação, começar a definir junto com empresas e governo os rumos que são mais adequados. Acho que a academia tem um papel fundamental nesse processo. Eu,

particularmente, tento, na área do meu conhecimento, procurar as populações tradicionais, mostrar o que é uma usina hidrelétrica, por que alaga quando você interrompe o fluxo, o que é uma barragem, e como isso vai acabar transformando a vida da comunidade. Acho importante que a academia preste esse tipo de informação, já que governo e empresas não o fazem.

– Sim, mas por que o setor energético tem sido uma caixa preta por décadas?

Bermann – A governabilidade foi encontrada através de uma aliança que mantém o círculo de interesses que sempre estiveram no nosso país. É a mesma turma que continua na área energética. E isso é impressionante. A população não participa do processo de decisões. Não existem canais para isso. Ainda no governo FHC, durante a privatização, o governo criou um Conselho Nacional de Política Energética. Nos dois mandatos de FHC participavam os dez ministros, mas havia um assento para um representante da academia e um da chamada sociedade civil. Eles sentavam, discutiam as diretrizes energéticas de uma forma aparentemente saudável, mas, no frigir dos ovos, na prática não mudava nada. De qualquer forma, havia pelo menos esse sentido de escutar. Isso, com Lula, acabou. O resultado do governo "democrático popular" do Lula, nos dois mandatos, e da Dilma, agora, é a negação de escutar outros interesses que não sejam aqueles que sempre estiveram junto ao poder. A própria Dilma, no início do governo Lula, tinha uma dificuldade muito grande de ouvir, de sentar-se com os movimentos sociais e ouvir. Eu tive a oportunidade de vivenciar o primeiro mandato do Lula, lá, em Brasília.

– E qual era o seu papel?

Bermann – Era apagar fogo, este era o meu papel…

– Mas, oficialmente…

Bermann – O meu papel era tentar amenizar um pouco os conflitos, mas, oficialmente, eu fui trabalhar com a Dilma como assessor ambiental no Ministério de Minas e Energia. A ideia inicial era criar uma Secretaria de Meio Ambiente dentro do ministério. Era a época em que tínhamos a Marina (Silva) falando em transversalidade, então havia um ambiente extremamente propício para aparar arestas e ver se a coisa poderia caminhar de uma forma mais adequada. Achei, então, que a melhor forma de fazer isso não era criar um lugar dos ambientalistas no ministério, mas colocar em todas as secretarias do ministério gente que pensasse o meio ambiente. Mas acabei ficando um ano lá em Brasília. Mesmo assim, foi extremamente interessante, porque me permitiu sair da academia e ter, na prática, a percepção de como as coisas se dão no dia a dia dentro do governo.

– E como as coisas se dão no dia a dia dentro do governo?

Bermann – É um horror. É uma lentidão. É um imobilismo. É incrível a capacidade da máquina de governo de fazer de conta que faz sem estar fazendo absolutamente nada. Eu falo isso com todos os pontos nos "is". No início do governo se buscava um entendimento

entre os chamados "ministérios fins" e o meio ambiente. Transportes, por causa da construção de estradas e portos, e Minas e Energia, por causa da atividade mineral, metalúrgica e energética, e as questões ambientais que são intrínsecas a essas atividades. Houve uma boa intenção de levar adiante a possibilidade do estabelecimento de pontos comuns. Fizemos, então, um acordo entre Ministério de Minas e Energia e Ministério do Meio Ambiente em função da definição de "pontos comuns", de procurar verificar onde poderíamos estabelecer alguns consensos. Era um documento em que se definia uma agenda energética e ambiental comuns aos dois ministérios. Se bem me lembro, o documento foi concluído em setembro de 2003. Mas as duas ministras só foram assinar em 31 de março de 2004.

– Por quê?

Bermann – Boa pergunta. Por quê? Boas intenções… mas por quê? Eu realmente não consigo definir exatamente se era uma questão de veleidade… não sei. No final de 2003 a Marina começou a perceber a dificuldade de ela continuar, e o Lula, daquele jeito dele, deixando a coisa acontecer. Naquele momento, o governo poderia ter tido uma agenda comum, um processo extremamente positivo de entender que existem usinas hidrelétricas que não devem ser construídas.

"Em 2003, a Dilma estava feliz porque tinha conseguido afastar a turma do Sarney do setor elétrico"

– Imagino que não era fácil ser assessor ambiental da Dilma Rousseff…

Bermann – É, foi uma coisa meio… difícil. Como falei, eu tinha uma relação particular com os movimentos sociais e estava mais numa situação de bombeiro. Vou te contar uma coisa, como referência. Eu encontrei a Dilma na posse do (físico) Luiz Pinguelli Rosa, no Rio de Janeiro, como presidente da Eletrobrás. Ela estava extremamente satisfeita, alegre, contente, porque tinha conseguido, politicamente, afastar a turma do (José) Sarney da seara energética. (Luiz Pinguelli Rosa deixaria o cargo em 2004, a pedido de Lula, que precisava colocar alguém ligado ao PMDB e a José Sarney.) Para você ver. Na época, o (José Antonio) Muniz (Lopes) era diretor da Eletronorte… e depois tornou-se presidente da Eletrobrás (de 2008 a 2011).

– O José Antonio) Muniz (Lopes O José Antonio Muniz Lopes, um homem da cota do Sarney, é um personagem longevo nessa história de Belo Monte… Só para situar os leitores, em 1989, no último ano do governo Sarney, ele era diretor da Eletronorte e foi no rosto dele que a índia caiapó Tuíra encostou seu facão por causa da proposta de Belo Monte (então chamada de Kararaô), naquela foto histórica que correu mundo. O tal do Muniz já estava lá… Depois de deixar a presidência da Eletrobrás, no início deste ano, continuou lá, agora como diretor de Transmissão da Eletrobrás…

Bermann – Pois então. Naquela época, em 2003, era ele o diretor da Eletronorte que a Dilma tinha ficado feliz por ter conseguido afastar. Por isso que eu falo que não é o governo Lula, é o governo Lula/Sarney. E agora Dilma/Sarney. Constituiu-se um amálgama entre os interesses históricos do superfaturamento de obras, sempre falado, nunca evidenciado. Não se trata de construir uma usina para produzir energia elétrica. Uma vez construída, alguém vai precisar produzir energia elétrica, mas não é para isso que Belo Monte está sendo construída. O que está em jogo é a utilização do dinheiro público e especialmente o espaço de cinco, seis anos em que o empreendimento será construído. É neste momento que se fatura. É na construção o momento onde corre o dinheiro. É quando prefeitos, vereadores, governadores são comprados e essa situação é mantida. Estou sendo muito claro ao expor a minha percepção do que é uma usina hidrelétrica como Belo Monte.

– No momento em que o senhor encontrou a Dilma, logo na constituição da equipe do primeiro mandato de Lula, o senhor conta que ela estava feliz porque tinha conseguido tirar a turma do Sarney do comando da área energética. O que aconteceu a partir daí?

Bermann – A pergunta é: tirou mesmo?

– E qual é a resposta?

Bermann – Naquele momento, manter esse pessoal à distância era estratégico para reconstruir as relações e viabilizar algumas das diretrizes que tinham sido objeto da proposta de governo. O que aconteceu é que a vida dessa situação (de afastamento) foi extremamente curta devido às relações de poder. Eles não gostaram de se sentir afastados. E eu suponho que a percepção do problema da governabilidade no governo Lula foi uma ação desses setores que tinham percebido que estavam longe da teta da vaca e que não podiam continuar assim. Qual era o jeito de fazer? PMDB era oposição. Vamos conversar… E aí se reacomodam as questões. Eu não digo que seja um grupo de ladrões mercenários. Não é isso que está em jogo. Mas essa capilaridade do Sarney permite manter o usufruto do poder. Eu não sou psicólogo para entender o que o senhor Sarney pensa quando vê o Muniz voltar para o governo, ou quando se encontra diante da incapacidade técnica do senador Edison Lobão ao conduzir o Ministério de Minas e Energia no governo Lula e agora no de Dilma. Não há lógica para isso. Vou dizer de novo: não é possível a gente acreditar na capacidade gerencial de um governo que se submete a esse tipo de articulação política, colocando uma pessoa absolutamente incapaz de entender o que é quilowatt, quilowatt-hora. De ir a público sem saber a diferença entre tensão em volts e energia em quilowatts-hora.

– O senhor está falando do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão?

Bermann – Edison Lobão.

– E Belo Monte ocupa que lugar nesse jogo?

Bermann – É a oportunidade de se fazer dinheiro e de se reconstituir as relações de poder. Essa obra tinha sido sepultada em 1989, por conta da mobilização da população indígena, e voltou à tona no governo Lula, aprovada pelo Congresso (em 2005) com o discurso de que era um novo projeto.

"O valor de Belo Monte aumentou em mais de R$ 20 bilhões em apenas cinco anos. E deverá ser maior ainda. Sem contar que 80% do financiamento é dinheiro público"

– A ameaça de retomar Belo Monte esteve presente também durante o governo Fernando Henrique Cardoso, mas só no governo Lula saiu mesmo do papel, o que ninguém imaginava que acontecesse, devido ao apoio massivo dos movimentos sociais da região à campanha de Lula. O senhor acha que o fato de Belo Monte ter saído do papel tem a ver com a denúncia do Mensalão, em 2005, e a recomposição das forças políticas para a eleição de 2006?

Bermann – Não tenho a mínima ideia. Mas vamos falar em cifras, agora. Em 2006 o projeto foi anunciado com um custo de R$ 4,5 bilhões. Você sabe, as cifras avançaram violentamente. Antes de ir para o leilão, a usina foi avaliada em R$ 19 bilhões. Foi feito o leilão e se definiu um custo fictício de geração de energia elétrica de R$ 78 o megawatt-hora.

– Por que fictício?

Bermann – Fictício porque esse custo não remunera o capital investido. É por isso que várias empresas caíram fora do empreendimento, sob o ponto de vista da geração da energia elétrica. Mas as grandes empreiteiras estão presentes, porque não é na venda da energia elétrica, mas sim na obra que se dá uma parte significativa da apropriação da renda. Com o consórcio constituído com 50% entre Eletrobrás e Eletronorte, as empreiteiras voltaram para fazer a obra. A elas interessa a obra – e não ficar vendendo energia elétrica. Essa situação é entendida pelos dirigentes, pelo governo, como normal. Para o governo federal, é uma parceria público-privada que está dando certo. Em que termos? A obra hoje está oficialmente orçada em R$ 26 bilhões. Imagine, de R$ 4,5 bilhões para R$ 26 bilhões…

– Em cinco anos, o valor da obra avançou em mais de R$ 20 bilhões?

Bermann – Oficialmente está hoje orçada em R$ 26 bilhões. Mas existem estimativas de que não vai sair por menos de R$ 32 bilhões. Isso sem falar em superfaturamento.

– Deste valor, quanto sairá do BNDES, ou seja, do nosso bolso?

Bermann – Oitenta por cento da grana para isso é dinheiro público. O que estamos testemunhando é um esquema de engenharia financeira para satisfazer um jogo de

interesses que envolve empreiteiras que vão ganhar muito dinheiro no curto prazo. Um esquema de relações de poder que se estabelece nos níveis local, estadual e nacional – e isso numa obra cujos 11.200 megawatts de potência instalada só vão funcionar quatro meses por ano por causa do funcionamento hidrológico do Xingu. Então, é preciso entender que a discussão sobre a volta da inflação não se dá porque está aumentando o preço da cebola, do tomate, do leite… É por causa da volúpia de tomar recursos públicos que será necessário fabricar dinheiro. O ritmo inflacionário vai se dar na medida em que obras como Belo Monte forem avançando e requerendo que se pague equipamento, que se pague operários, que se pague uma série de coisas e também que se remunere com superfaturamento.

"Com Belo Monte, ganham as empreiteiras e os vendedores de equipamentos. E ganham os políticos que permitem que essa articulação seja possível"

– Quem perde a gente já sabe. Agora, quem ganha, além das empreiteiras envolvidas na obra?

Bermann – Há as pessoas que ganham pela obra – fabricantes de equipamentos, empreiteiras. E há quem ganhe não financeiramente, mas politicamente, por permitir que essa articulação seja possível, porque é esse pessoal que vai bancar a campanha para o próximo mandato. É a escolinha ou o posto de saúde que eventualmente aquele vereador, aquele prefeito vai dizer: "É obra minha!". É isso que está em jogo. É dessa forma que a cultura política se estabelece hoje no nosso país. Isso precisa mudar. Como? É complicado.

– O senhor costuma usar a expressão "Síndrome do Blecaute" para se referir ao pânico da população de ficar à luz de velas devido a um apagão energético. Acredita que essa "síndrome" é manipulada pelo governo federal e pelos grandes interesses empresariais para emprestar um caráter de legitimidade a megaobras como Belo Monte?

Bermann – O que eu tenho chamado de "Síndrome do Blecaute" conduz à legitimação de empreendimentos absolutamente inconsistentes. Belo Monte, como foi provado pelo conjunto de cientistas que se debruçaram sobre o tema (painel dos especialistas), é uma obra absolutamente indesejável sob o ponto de vista econômico, financeiro e técnico. Isso sem falar nos aspectos social e ambiental. Mas se dissemina uma ideia do caos e, hoje, há 77 projetos de usinas hidrelétricas somente na Amazônia que utilizam a "Síndrome do Blecaute" para se viabilizarem. O fato de hoje o aquecimento global dominar a mídia e o senso comum, assim como a própria academia, ajuda a mostrar a hidroeletricidade como uma grande maravilha, independentemente do lugar em que a usina vai ser construída e dos impactos que ela vai causar. Mas o que é preciso compreender e questionar? Hoje, seis setores industriais consomem 30% da energia elétrica produzida no país. Dois deles são mais vinculados ao mercado doméstico, que é o cimento e a indústria química. Mas os

outros quatro têm uma parte considerável da produção para exportação: aço, alumínio primário, ferroligas e celulose.

– As chamadas indústrias eletrointensivas…

Bermann – Isso. Eu não estou defendendo que devemos fechar as indústrias eletrointensivas, que demandam uma enorme quantidade de energia elétrica a um custo ambiental altíssimo. Mas acho absolutamente indesejável que a produção de alumínio dobre nos próximos 10 anos, que a produção de aço triplique nos próximos 10 anos, que a produção de celulose seja multiplicada por três nos próximos 10 anos. E é isso que está sendo previsto oficialmente.

– O que poucos parecem perceber e menos ainda questionam, quando essas metas são comemoradas, é a forma como o Brasil está inserido no mercado internacional em pleno século XXI. O quanto o fato de nossa economia estar baseada na exportação de bens primários tem a ver com a necessidade de grandes hidrelétricas?

Bermann – Desde a ditadura militar, passando pela redemocratização, pelos sucessivos governos até FHC, tem sido assim. Nós imaginávamos que, com Lula, essa questão ia ser reorientada. Porque o programa de governo em que eu me envolvi preconizava a necessidade dessa mudança. E o que aconteceu? Se você comparar os dados de 2001 com os dados de 2010, vai constatar que a economia brasileira está se primarizando cada vez mais. Isto é: cada vez mais são produzidos no Brasil bens industriais primários, sem agregação de valor. E são justamente os bens primários que consomem muita energia e geram pouco emprego. Além disso, satisfazem uma demanda marcada pelo consumismo. E o Brasil se mostrou incapaz de dizer: “Não, nós não vamos fazer isso”.

– E depois esses produtos retornam para o Brasil, via importação, com valor agregado…

Bermann – É. Eu sempre chamo a atenção para o fato de que, do alumínio primário que o Brasil produz, 70% é exportado. E o alumínio consome muita energia. Para se pegar um barro vermelho, que é a bauxita, e transformá-la em alumínio, é preciso um processo de produção extremamente devastador sob o ponto de vista ambiental. Há um primeiro refino para obter a alumina, que é um pó branco. Esse pó branco tem como consequência ambiental uma borra chamada de “lama vermelha”. Um ano atrás, na Europa, na Hungria, houve uma catástrofe em função do rompimento de uma barragem que continha essa lama vermelha e tóxica. Ela se espalhou pelo Rio Danúbio e foi um horror. E cada vez mais se faz isso no nosso país – e, claro, não se faz mais isso nos países centrais. Isso não está acontecendo agora no Brasil, está acontecendo desde os anos 70.

“Com Lula – e agora com Dilma – ocorreu a reprimarização da economia, com exportação de bens primários sem valor agregado, numa subordinação ao mercado

internacional"

– Houve acentuação desse processo no governo Lula e agora no de Dilma Rousseff?

Bermann – O que acontece a partir de Lula é o que eu tenho chamado de "reprimarização da economia". Nós já tivemos uma época em que a economia dependia basicamente da produção de bens primários: café, açúcar e também alguns bens industriais primários. Depois, tivemos Getúlio Vargas, Juscelino (Kubitschek), e nos anos 50 houve a substituição das importações com a vinda da indústria pesada. Aquele período marca um processo acelerado de industrialização da economia brasileira em que se buscava um desenvolvimento tecnológico para acompanhar o ritmo internacional. Agora, vivemos a reprimarização da economia. E não é uma questão do governo, simplesmente. O governo poderia tornar essa questão pública, dar condições para que a população compreendesse e debatesse o que está em jogo, e isso pudesse servir como base de apoio para uma tomada de decisão do tipo: "Olha, Alcoa (corporação de origem americana com grande presença no Brasil, é a principal produtora mundial de alumínio primário e alumínio industrializado, assim como a maior mineradora de bauxita e refinadora de alumina), vocês não vão continuar aumentando a produção aqui no Brasil. Procurem um outro lugar. A produção de energia elétrica gera um problema ambiental enorme, um problema social enorme, e nós vamos priorizar a demanda da população". Mas, infelizmente, isso não é feito.

– Mas essa obstinação do governo Lula, e agora do governo Dilma, em fazer Belo Monte, mesmo já tendo um prejuízo de imagem aqui e lá fora, mesmo tendo mais de uma dezena de ações judiciais contra a obra movidas pelo Ministério Público Federal, fora as outras… Essa obstinação se dá apenas por causa do esquema de governabilidade, do esquema político para as eleições a curto e médio prazo, ou é por mais alguma coisa?

Bermann – Isso já não te parece plausível? Ou você acha que tem alguma coisa meio doentia, que precisa ser explicada? (risos)

– Doentia, não sei. Mas eu gostaria de compreender melhor por que o senhor e a maioria dos especialistas que estudaram o projeto afirmam que esta obra é ruim também do ponto de vista técnico.

Bermann – Divulgaram que esta será a única usina do Xingu. Inclusive, houve um seminário recente aqui na USP em que tive a oportunidade de discutir com o Mauricio Tolmasquim (presidente da Empresa de Pesquisa Energética, ligada ao Ministério de Minas e Energia). E ele veio com essa ladainha: "Vai ser a única…". E eu disse a ele: "Com o perdão do poeta, o que você está afirmando, somente de papel passado, com firma em cartório e assinado: Deus".

– O senhor não acredita que será a única usina do Xingu, então?

Bermann – Me diga alguma coisa no nosso país que vigorou como cláusula pétrea. Me fale alguma coisa aqui no nosso país que foi dito de uma forma e se manteve ao longo do tempo. VAI ser necessário construir outras usinas. No atual projeto, esta é uma usina que vai funcionar à plena carga, no máximo, quatro meses por ano, por causa do regime hidrológico. Se ela estiver sozinha, o volume de água para rodar as turbinas dependerá da quantidade de chuva. E aquela região tem a seguinte característica: quando chove, quando tem água, quando desce a água dos tributários para o Xingu é muita água, é um volume enorme de água. Mas isso só acontece durante quatro meses por ano. Só nesse período os 11.200 megawatts vão estar operando. Em outubro, na época da estiagem, será apenas 1.100 megawatts, um décimo. Então, a pergunta é: por que construir uma usina desse porte, se, na média anual, ela vai operar com 4.300 megawatts? Necessariamente vão vir as outras quatro. Eu estou afirmando isso, infelizmente. Tecnicamente, eu tenho absoluta certeza. Porque as usinas rio acima vão segurar a água e aí Belo Monte não vai depender da quantidade de chuva. É o único jeito dessa potência instalada de 11.200 megawatts existir de fato.

"O conceito do governo e das empresas não é o de população atingida, mas o de população afogada"

– O senhor está dizendo que o governo federal está mentindo ao afirmar que será apenas uma usina, para conseguir vencer as resistências ao projeto e aprová-la, e depois fará mais três ou quatro?

Bermann – Estou dizendo que, da forma como esta usina está colocada, é uma aberração técnica tão grande que é totalmente ilógico construí-la.

– E essa afirmação, discutida hoje na Justiça, de que os povos indígenas não serão atingidos?

Bermann – A noção que as empresas e o governo federal têm é a noção de população afogada – e não atingida.

– Agora, digamos que nós concordássemos que a obstinação de construir Belo Monte, ainda que atropelando a população e talvez a Constituição, se devesse à necessidade de energia elétrica. E digamos que Belo Monte fosse de fato um projeto de engenharia viável e inteligente. As usinas hidrelétricas são as melhores opções para a geração de energia no Brasil de hoje? Quais são as alternativas a elas?

Bermann – Não podemos olhar a questão da produção de energia sem questionar ou considerar o outro lado, que é o consumo de energia. Parece meio prosaico, porque envolve hábitos culturais da população. E a população sempre entendeu que energia elétrica se resume a você apertar o botão e ter eletricidade disponível. E por isso fica em pânico com a "Síndrome do Blecaute". Mas é preciso pensar além disso. Não estou

dizendo para fechar as fábricas de alumínio, de aço e de celulose no Brasil. O que estou dizendo é o seguinte: parem de ampliar a produção. Parem, porque diversos países desenvolvidos já fizeram isso. O Japão fez mais do que isso. O Japão produzia, em 1980, 1,6 milhões de toneladas de alumínio. Nós estamos produzindo quase 1,7 milhões de toneladas hoje. Só que a energia elétrica necessária para produzir alumínio tornou-se da ordem do absurdo. Então o governo japonês, as empresas japonesas produtoras de alumínio e os trabalhadores da indústria do alumínio realizaram um debate que culminou com o fechamento de todas as usinas de produção de alumínio primário no Japão, exceto uma. Isso ainda nos anos 80. Hoje, o Japão produz apenas 30 mil toneladas. De 1,6 milhões para 30 mil toneladas. Diante da necessidade de gerar muita energia para produzir alumínio, o que o Japão fez? O governo e a sociedade japonesa disseram: "Vamos priorizar a eficiência, o maior valor agregado. Nós não precisamos produzir aqui. Tem o Brasil, tem a Venezuela, tem a Jamaica, tem os lugares para onde a gente pode transferir as plantas industriais e continuar a assegurar o suprimento para a nossa necessidade industrial. A gente pega esse alumínio, agrega valor e exporta na forma de chip. Parece uma coisa tão besta, né? Mas foi isso o que os japoneses fizeram. Eles mantiveram o crescimento econômico e reduziram a demanda por energia. Nós estamos caminhando no sentido inverso. Estamos aumentando o consumo de energia a título de crescimento e desenvolvimento, e, numa atitude absolutamente ilógica, porque a gente exporta hoje a tonelada de alumínio a US$ 1.450, US$ 1.500 dólares. E, para se ter uma ideia, hoje falta esquadrias de alumínio no mercado interno, no mercado de construção brasileiro. O preço foi aumentado por indisponibilidade. Hoje, e fizemos um estudo recente sobre isso, é preciso importar esquadrias de alumínio porque a oferta no mercado interno é insuficiente. E, enquanto o Brasil exporta o alumínio por US$ 1.450, US$ 1.500, o preço da tonelada de esquadria importada é o dobro: cerca de US$ 3 mil a tonelada.

– Para o senhor, a questão de fundo é outra…

Bermann – Nós temos pouca capacidade de produzir alumínio com valor agregado. Então, não estou dizendo para fechar essas fábricas, botar os trabalhadores na rua, mas dizendo para parar de produzir alumínio primário, que exige uma enorme quantidade de energia, e investir no processo de melhoria da matéria-prima para satisfazer inclusive a demanda interna hoje insatisfeita. Agora, vai perguntar isso para a ABAL (Associação Brasileira de Alumínio). Veja se eles estão pensando dessa forma. Billiton, Alcoa, mesmo o sempre venerado Antônio Ermírio de Moraes, com a Companhia Brasileira de Alumínio. A perspectiva desse pessoal é a cega subordinação ao que define hoje o mercado internacional, o mercado financeiro. E é assim que o nosso país fica desesperado com a ideia de que vai faltar energia.

"Não é Programa Luz para Todos, mas Luz para quase Todos ou Conta de Luz para Todos"

– Além de ser um modelo de desenvolvimento que prioriza a exportação de bens primários, sem valor agregado, é também um modelo de desenvolvimento que ignora o esgotamento de recursos. Enquanto tem, explora e lucra. Alguns poucos ganham. O custo socioambiental, agora e no futuro, será dividido por todos…

Bermann – Isso. Os recursos naturais são limitados. Por isso, no meu ponto de vista, a discussão do aquecimento global obscurece o entendimento da hidroeletricidade em particular. Ficamos às cegas. Para transformar o barro da bauxita naquele pó branco do alumínio, que depois é fundido através de uma corrente elétrica, é uma quantidade de energia enorme, absurda. Essa possibilidade você não vai conseguir com energia solar, com energia eólica. São processos produtivos que exigem a manutenção do suprimento de energia elétrica 24 por 24 horas. A solar não consegue fazer isso na escala necessária. Uma tonelada de alumínio consome 15 a 16 mil kilowatts-hora. Para se ter uma ideia, na média, o consumidor brasileiro consome, por domicílio, 180 kilowatts-hora por mês, o que é baixo. Nós ainda estamos vivendo uma situação muito próxima da miserabilidade em termos energéticos para a população. Nós temos uma demanda a ser satisfeita com equipamentos eletrodomésticos. Satisfeita não construindo grandes usinas hidrelétricas para as empresas eletrointensivas, mas para conseguirmos equilibrar a qualidade de vida, que se deve fundamentalmente a uma herança histórica: a de sermos um dos países com a pior distribuição de renda do mundo.

– Uma das piores distribuições de renda e uma das piores distribuições de eletricidade do mundo…

Bermann – Eu chamo o programa de universalização de “Luz para quase todos”. Não é para todos, é para quase todos. Desde que estejam próximos da rede para extensão, tudo bem. Mas, para o sujeito distante, só agora é que se começa a pensar em sistemas de produção descentralizada. A percepção ainda é, infelizmente, de pegar e estender a rede. Mas o custo de extensão da rede é muito alto. Principalmente, se você pegar e atravessar 15 quilômetros para atender duas, três casas. O lógico seria a adoção de energia descentralizada em escala menor, que seja mais bem controlada pela população. Mas isso não passa pela cabeça porque define inclusive uma outra relação social. Eu também chamo esse programa de “Conta de luz para todos”, porque de repente você fica refém de uma companhia e necessariamente paga conta de luz, quando você poderia criar uma situação de autonomia energética.

– O senhor poderia explicar melhor quais são as alternativas para a população, já que todos nós crescemos dentro de uma lógica em que recebemos a conta da luz e pagamos a conta da luz; apertamos um botão na parede e a luz se faz. A realidade está exigindo que sejamos mais criativos e tenhamos mais largura de raciocínio. Quais são as alternativas para o cidadão comum, especialmente o de regiões mais afastadas?

Bermann – Depende muito do acesso à tecnologia existente no local ou na região. Hoje, por exemplo, temos no Rio Grande do Sul uma experiência de queimar casca de arroz

para gerar energia. O calor da queima da casca de arroz aquece a água, a água se transforma em vapor e esse vapor é injetado num tubo e gira uma turbina produzindo energia elétrica. Não tem nada de fantástico nisso, esse processo é conhecido há muito tempo, mas, puxa vida, eu estou tão acostumado a simplesmente acender e apagar o botão… Vou ficar agora me preocupando se tem combustível? Existe um lado meio trágico da população em geral que é o comodismo: deixa que resolvam por mim. Então, quando você me pergunta sobre alternativas, depende do que a gente está falando. Existem alternativas promissoras deixando de produzir mais mercadorias eletrointensivas. Como também é promissor ter esquemas de financiamento para que o pequeno empresário adquira um painel fotovoltaico (placa que transforma luz solar em energia elétrica) ou uma usina de geração eólica (transformação de vento em energia elétrica). E use essa tecnologia que está disponível para satisfazer as suas necessidades, sem necessariamente ficar ligado a uma grande linha de transmissão, de distribuição, puxando energia não sei de onde.

– O que o senhor diria para a parcela da população brasileira que faz afirmações como estas: "Ah, se não construir Belo Monte não vai ter luz na minha casa", ou "Ah, esses ecochatos que criticam Belo Monte usam Ipad e embarcam em um avião para ir até o Xingu ou para a Europa fazer barulho". O que se diz para essas pessoas para que possam começar a compreender que a questão é um pouco mais complexa do que parece à primeira vista?

Bermann – Não é verdade que nós estamos à beira de um colapso energético. Não é verdade que nós estamos na iminência de um "apagão". Nós temos energia suficiente. O que precisamos é priorizar a melhoria da qualidade de vida da população aumentando a disponibilidade de energia para a população. E isso se pode fazer com alternativas locais, mais próximas, não centralizadas, com a alteração dos hábitos de consumo. É importante perder essa referência que hoje nos marca de que esse tipo de obra é extremamente necessário porque vai trazer o progresso e o desenvolvimento do país. Isso é uma falácia. É claro que, se continuar desse jeito, se a previsão de aumento da produção das eletrointensivas se concretizar, vai faltar energia elétrica. Mas, cidadãos, se informem, procurem pressionar para que se abram canais de participação e de processo decisório para definir que país nós queremos. E há os que dizem: "Ah, mas ele está querendo viver à luz de velas…". Não, eu estou dizendo que a gente pode reduzir o nosso consumo racionalizando a energia que a gente consome; a gente pode reduzir os hábitos de consumo de energia elétrica, proporcionando que mais gente seja atendida, sem construir uma grande, uma enorme usina que vai trazer enormes problemas sociais, econômicos e ambientais. É importante a percepção de que, cada vez que você liga um aparelho elétrico, a televisão, o computador, ou a luz da sua casa, você tenha como referência o fato de que a luz que está chegando ali é resultado de um processo penoso de expulsão de pessoas, do afastamento de uma população da sua base material de vida. E isso é absolutamente condenável, principalmente se forem indígenas e populações tradicionais. Mas também diz respeito à nossa própria vida. É necessário ter uma percepção crítica do

nosso modo de vida, que não vai se modificar amanhã, mas ela precisa já estar na cabeça das pessoas, porque não é só energia, é uma série de recursos naturais que a gente simplesmente não considera que estão sendo exauridos e comprometidos. É necessário que desde a escola as crianças tenham essa discussão, incorporem essa discussão ao seu cotidiano. Eu também tenho uma dificuldade muito grande de chegar aqui na minha sala e não ligar logo o computador para ver emails, essas coisas. Confesso que tenho. Mas eu também percebo uma grande satisfação quando eu consigo não fazer isso. E essa percepção da satisfação é uma coisa cultural, pessoal, subjetiva. Mas ela precisa ser percebida pelas pessoas. De que o nosso mundo não existe apenas para nos beneficiarmos com essas "comodidades" que a energia elétrica em particular nos fornece. Agora isso exige um esforço, e a gente vive num mundo em que esse esforço de perceber a vida de outra forma não é incentivado. Por isso é difícil. E por isso, para quem quer construir uma usina, quer se dar bem, quer ganhar voto, quer manter a situação de privilégio, seja local ou nacional, para essas pessoas é muito fácil o convencimento que é praticado com relação a essas obras. Por mais que eu tenha sempre chamado a atenção para o caráter absolutamente ilógico da usina, das questões que envolvem a lógica econômico e financeira dessa hidrelétrica, para o absurdo que é a utilização do dinheiro público para isso, para a referência à necessidade de se precisar, num futuro próximo, enfrentar um ritmo violento de custo de vida, emitindo moeda para sustentar empreendimentos como esse, é muito difícil fazer com que as pessoas compreendam a relação dessa situação com as grandes obras. E Belo Monte é mais um instrumento disso. Eu não sou catastrofista, não tenho a percepção maléfica da hidroeletricidade. Não demonizo a hidroeletricidade. Eu apenas constato que, da forma como ela é concebida, particularmente no nosso país nos últimos anos, é uma das bases da injustiça social e da degradação ambiental. Se não é pensando em você, você necessariamente vai precisar pensar nas gerações futuras. Este é o recado para o leitor: é preciso repensar a relação com a energia e o modelo de desenvolvimento, é preciso mudar o nosso perfil industrial e também é preciso mudar a cultura das pessoas com relação aos hábitos de consumo. Nós precisamos mudar a relação que nos leva a uma cega exaustão de recursos.

"Em Brasília há um vírus letal que se chama 'Brasilite'. É um verme que entra pelo umbigo e faz com que a pessoa se ache o centro do universo"

– O senhor acha que a Dilma tem essa obstinação com Belo Monte, em parte, por teimosia?
Bermann – Ela é muito cabeça dura.

– Às vezes eu acho que as questões subjetivas têm um peso maior do que a gente costuma dar. Não sei…
Bermann – É, mas eu também não sei, não tenho nenhuma proximidade maior com o que ela está pensando agora. O que eu sei é que, no dia a dia, lá no ministério, ela

demonstrava uma capacidade muito reduzida de ouvir. Ela pode até ouvir, mas as coisas na cabeça dela já estão postas.

– Por que o senhor saiu do governo em 2004?

Bermann – Porque venceu o contrato, e eu achei que não valia a pena continuar. Há conhecidos meus que foram na mesma época que eu e estão até hoje em Brasília. Não estão mais no ministério, mas estão em Brasília. Acho que Brasília é uma cidade com um vírus letal, que é a "Brasilite". A "Brasilite" se compõe de um verme que entra no umbigo e toma a barriga da pessoa de forma a ela achar que é o centro do universo. A partir daí, mudam as relações pessoais, o que a pessoa era e o que ela passa a ser. Eu mesmo perdi muitos amigos que começaram a empinar o queixo. Fazer o quê? E isso faz parte do "modus vivendi" brasiliense. Basta você ter um terno e uma gravata que você é doutor. Eu acho que a gente não vai muito longe alimentando isso.

– O senhor participou da elaboração do programa de Lula na campanha de 2002 e participou do primeiro ano de governo. Está desiludido?

Bermann – Eu não aceito quando me definem como: "Ah, você também é daqueles que estão desiludidos, estão chateados…". Tem essa conotação, né? Em absoluto. Eu não estou desiludido, chateado, bronqueado. Eu estou indignado!

– Quando o senhor se desfiliou do PT?

Bermann – Ah, quando o bigode do Sarney estava aparecendo muito nas fotos.

(Publicado na Revista Época em 31/10/2011 e atualizado em 16/11/2011)

COMPARTILHE:

Facebook Twitter Google Tumblr Pocket

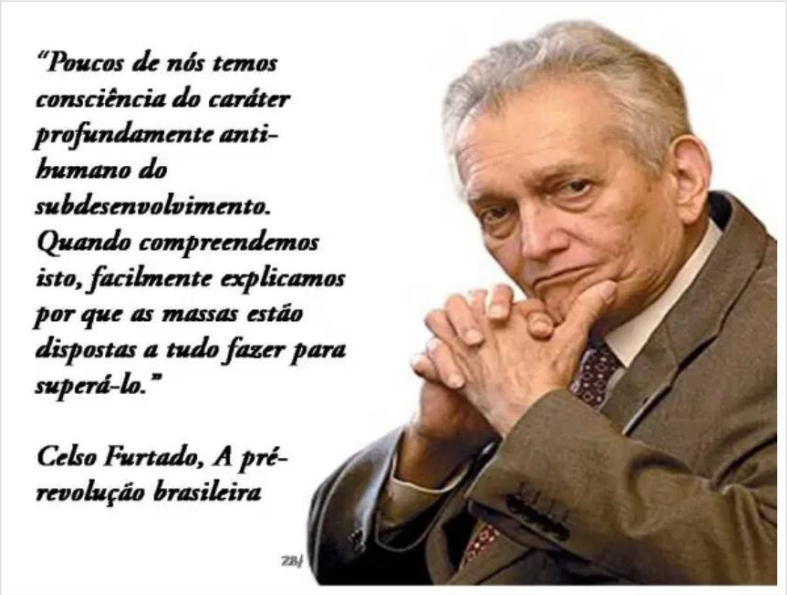
ANEXO L – FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA: GERAÇÃO PT

Blog Cidadania & Cultura

Fernando Nogueira da Costa. Professor Titular do IE-UNICAMP.

Social-Desenvolvimentismo

Posted on **02/04/2012**



Em sua intervenção durante a III Conferência Internacional Celso Furtado, em maio de 2004, o homenageado lançou pequeno texto intitulado *Os Desafios da Nova Geração*. Demonstrando sua capacidade de síntese de toda a sabedoria acumulada, ele distingue dois programas. "O *crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na *preservação dos privilégios das elites* que satisfazem seu afã de modernização; *já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente*. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento."

Dessa simples equação – **desenvolvimento = crescimento + política social** – partem os desafios da Nova Geração do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e seus colegas desenvolvimentistas aliados de outras Universidades. Sua análise da estratégia para o desenvolvimento socioeconômico do País não se resume ao keynesianismo do Novo-Desenvolvimentismo, restrito às políticas econômicas de curto prazo. Essencialmente, este faz pregação a favor de levar a taxa de câmbio para o nível de "equilíbrio industrial", ou seja, a taxa de câmbio em que se tornariam competitivas as empresas industriais brasileiras que utilizassem tecnologia no estado da arte mundial.

A abordagem social-desenvolvimentista é típica da chamada "Geração PT". Interpreta que o apoio político do Partido dos Trabalhadores e seus aliados respaldou a luta sindical pela reposição salarial contra a corrosão inflacionária e pela conquista de maior participação nos lucros e resultados das empresas. A fiscalização vigilante, após 2003, somada à reinvindicação de direitos trabalhistas, como a "carteira assinada", elevou o grau de formalidade do mercado de trabalho. Em contexto de crescimento da renda e do emprego, conjuntamente com a política de elevação real do salário mínimo e o programa de transferência direta de renda com condicionalidades (Bolsa Família), toda essa política social ativa, inclusive educação, mais o acesso popular ao crédito, fomentou o mercado interno com a mobilidade social. Essa inclusão social transformou o mercado do País no quinto maior do mundo em número de consumidores, considerando ranking de Nações.

A estratégia observada (e defendida) pelo "Desenvolvimentismo de Esquerda" para a década corrente, é direcionada pelo investimento do setor produtivo estatal, incluindo os dos fundos de pensão patrocinados pelo setor público. Em conjunto com o gasto público orçamentário, ambos operarão como indutor do gasto privado, ou seja, como investimento autônomo diante das condições da demanda agregada em contexto de crise internacional. Significa adotar o olhar estadista "para enxergar mais adiante, além da demanda corrente". Não se restringe ao debate da política econômica em curto prazo. Destaca a importância de investimento em infraestrutura e logística, porém não se reduz a esse o foco.

O Novo-Desenvolvimentismo defende o modelo exportador, em que os países emergentes de dimensão continental teriam a possibilidade de usar duas grandes vantagens: mão de obra barata e possibilidade de comprar ou copiar tecnologia disponível. Se o país adotasse essa estratégia de industrialização orientada para as exportações, só as empresas eficientes o bastante para exportar seriam beneficiadas pela política industrial.

O Social-Desenvolvimentismo argumenta que a diversidade setorial da economia brasileira só tem paralelo, entre as economias emergentes, na China e na Índia. Então, o Brasil não se restringe à indústria. Deve acentuar a sua condição de potência agrícola, candidatar-se a posição de peso no conjunto interrelacionado de atividades industriais e de serviços, com o nível de sofisticação tecnológica em que a própria agricultura vem sendo praticada no País.

Evidentemente, o Social-Desenvolvimentismo discorda da ênfase unilateral do Novo-Desenvolvimentismo, baseado em visão keynesiana vulgar, no crescimento puxado

apenas pela demanda agregada. Não acredita em "endogenidade em longo prazo da disponibilidade dos fatores de produção", ou seja, em interdependência entre a demanda agregada e a oferta agregada. As decisões de investimento autônomo em longo prazo constituem-se de uma série de decisões de política econômica tomadas em curto prazo, muitas vezes contrariando as expectativas negativas reinantes entre os participantes do mercado. A disponibilidade futura de maior oferta agregada é resultante delas e de políticas de crescimento em longo prazo em conjunto com políticas sociais ativas.

Devido a seus *efeitos de encadeamento para frente e para trás*, os seguintes investimentos são emblemáticos dessa diversidade de projetos de desenvolvimento, para benefício da sociedade e da economia brasileira:

i. *Servindústria*: educação e saúde; PNBL (Plano Nacional de Banda Larga); trem-bala; ferrovia transnordestina; transposição do Rio São Francisco;

ii. *Construção*: mobilidade urbana; urbanização de favelas; saneamento básico; financiamento para moradia popular;

iii. *Extrativa*: mineração; petrosal;

iv. *Agroindústria*: complexo da soja, inclusive biodiesel; complexo sucro-alcooleiro (etanol); complexo das carnes.

v. *Indústria de Transformação*: encadeada aos setores destacados, seja pelo fornecimento de insumos, seja pelo atendimento da demanda por seus produtos finais.

A Nova Geração destaca a autonomia relativa propiciada pela ampliação dos mercados (internos e externos) e pela maior independência do processo de reprodução do capital em relação à importação de meios de produção. Reconhece que a necessária construção de indústria de componentes nacionais e de mecanismos internos de financiamento em longo prazo pode retardar e até encarecer os empreendimentos. Argumenta que, embora tenha ocorrido enorme redução do peso do Estado na economia brasileira, promovida pelas privatizações neoliberais, ele ainda mantém sua capacidade de coordenação da negociação, agora, entre interesses trabalhistas, privados nacionais e estrangeiros, configurando um Capitalismo de Estado Neocorporativista.

Leia mais: Capitalismo de Estado Neocorporativista;

Desenvolvimento do Desenvolvimentismo: Do Socialismo-Utópico ao Social-Desenvolvimentismo

CLASSIFIQUE ISTO:

2 Votes

COMPARTILHE:

Facebook Twitter LinkedIn Compartilhamento E-mail Imprimir

Gostar

Seja o primeiro a gostar disto.

RELACIONADO

Dependência de Trajetória Descontínua: Contratempos
Em "Estante"

Fuga de Capital Estrangeiro da Indústria Brasileira
Em "Abordagem Desenvolvimentista"

Capitalismo das Partes Interessadas (stakeholder capitalism) contra Capitalismo de Acionistas e Capitalismo de Estado
Em "Abordagem Desenvolvimentista"

Esta entrada foi publicada em **Abordagem Desenvolvimentista**, **Abordagem Estratégica**, com as etiquetas **Desenvolvimento**, por **Fernando Nogueira da Costa**. **Ligação permanente [https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2012/04/02/social-desenvolvimentismo/]** .

2 THOUGHTS ON "SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO"

Pedro Maciel
em **19/04/2012 às 19:06** disse:

Muito bom esse texto. O poder de sintese do mestre parece ter sucessor.
Abs
Pedro Maciel

Pingback: As Várias Faces do Desenvolvimentismo (Valor Econômico, 11/05/2015) | José Luis Oreiro

ANEXO M – LULA DIZ QUE MATURIDADE O AFASTOU DA ESQUERDA

PUBLICIDADE PUBLICIDADE

11/12/2006 - 22h52

Lula diz que maturidade o afastou da esquerda

envie sua notícia
Folha de S.Paulo no G+
PUBLICIDADE

FELIPE NEVES
da **Folha Online**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) arrancou, na noite desta segunda-feira, risos e aplausos de uma platéia formada por empresários e intelectuais ao, de certa forma, desmerecer a esquerda brasileira. Segundo ele, trata-se de uma ideologia típica da juventude.

"Se você conhece uma pessoa muito idosa esquerdista, é porque está com problema" [risos e aplausos]. "Se você conhecer uma pessoa muito nova de direita, é porque também está com problema", afirmou o presidente depois de receber o prêmio "Brasileiro do Ano" da revista "IstoÉ".

Lula explicou que, em sua opinião, as pessoas responsáveis tendem a, conforme amadurecem, abrir mão de suas convicções radicais para alcançar uma confluência. Tal fenômeno ele classificou de "evolução da espécie humana".

PUBLICIDADE
PUBLICIDADE

"Quem é mais de direita vai ficando mais de centro, e quem é mais de esquerda vai ficando social-democrata, menos à esquerda. As coisas vão confluindo de acordo com a quantidade de cabelos brancos, e de acordo com a responsabilidade que você tem. Não tem outro jeito".

Segundo o presidente, a sua idade --60 anos-- é o ponto do equilíbrio. "Porque a gente não é nem um nem outro [nem novo nem velho]. A gente se transforma no caminho do meio, aquele que precisa ser seguido pela sociedade", afirma.

Lula começou a falar sobre maturidade e juventude ao mencionar que, "depois de 20 e tantos anos criticando", agora é amigo e aliado de Delfim Neto, ex-ministro da Fazenda (1967-1974).

Hora de destravar

No resto de seu discurso, Lula voltou a enfatizar sua vontade de "destravar" o Brasil, para que possa alcançar o tão almejado crescimento econômico.

Segundo ele, o grande dilema agora é conciliar essa necessidade de crescer com a manutenção do controle inflacionário. "Em que momentos o Brasil conseguiu crescer com inflação baixa?", questionou, mencionando o governo de Juscelino Kubitschek e o período militar.

Mas o petista deixou claro que isso não o fará mudar sua convicção de que tem que manter a estabilidade econômica. E atacou os críticos.

"Os mesmos que brigam a vida inteira contra a taxa de juros, não brigam contra o aumento da inflação. Não brigam, até porque no Brasil tem gente que ganha com a alta da inflação e, certamente, não são os trabalhadores brasileiros, e muito menos os que ganham menos", afirmou.

Irônico, o presidente disse que pensou que poderia descansar depois das eleições, mas que, ao contrário, neste período não conseguiu parar nem um minuto, tamanha é sua preocupação em criar medidas para desobstruir o desenvolvimento do país.

Na conclusão, foi ainda mais enfático ao assumir um compromisso com a população. Disse que não terá sentido sua reeleição se ele não conseguir fazer o país dar o "passo seguinte", que é

ÍNDICE
1. Nomeação de novo juiz do Supremo pode ter impacto sobre a Lava Jato
2. Indicação de Alexandre de Moraes vai aprofundar racha dentro do PSDB
3. Base no Senado exalta currículo de Moraes e elogia indicação
4. Na USP, Moraes perdeu concursos e foi acusado de defender tortura
5. Escolha de Moraes só possui semelhança com a de Nelson Jobim em 1997

alcançar "crescimento econômico, com desenvolvimento, distribuição de renda e educação de qualidade".

"Espero estar vivo para daqui quatro anos, aí sim, vocês me darem o prêmio de brasileiro que cumpriu com as palavras assumidas durante a campanha", disse.

Leia mais

- TSE volta a recomendar rejeição das contas de campanha de Lula e do PT
- TRE-SP aprova contas da campanha de Serra e de comitê financeiro
- TRE-MG cassa liminar que suspendia diplomação de Juvenil Alves
- PMDB maranhense confirma filiação de Roseana Sarney

Especial

- Leia a cobertura completa sobre a preparação do segundo mandato de Lula
- Leia cobertura completa das eleições 2006

1. Manifestantes tentam impedir fala de Moro em palestra em Nova York
2. Temer decide indicar Alexandre de Moraes para vaga de Teori no STF

ÍNDICE

1. Manifestantes tentam impedir fala de Moro em palestra em Nova York
2. Na USP, Moraes perdeu concursos e foi acusado de defender tortura

Fogo e Fúria - Por Dentro da Casa Branca de Trump

FOGO E FÚRIA - POR DENTRO DA CASA BRANCA DE TRUMP
Michael Wolff

De: 49.90
Por: 14.90

Comprar

MITO OU VERDADE - JAIR MESSIAS BOLSONARO
Flavio Bolsonaro

De: 39.80
Por: 23.90

Comprar

Cinema Faroeste - Digistack (Vol. 6) (DVD)

CINEMA FAROESTE - DIGISTACK (VOL. 6) (DVD)
Vários

De: 79.90
Por: 54.90

Comprar

A HISTÓRIA DO SÉCULO 20 PARA QUEM TEM PRESSA
Meredith Mac Ardle, Nicola Chalton
De: 34.90
Por: 23.90

Comprar

BOX PINK FLOYD - SPECIAL EDITION (DVD)
Pink Floyd

Por: 59.90

Comprar

Folha Eventos
E-mail Folha
Ombudsman
Atendimento ao Assinante
ClubeFolha
PubliFolha
Banco de Dados
Datafolha
Folhapress
Treinamento
Trabalhe na Folha
Publicidade
Política de Privacidade

Governo Trump
BBC Brasil
Deutsche Welle
Financial Times
Folha Internacional
Radio France Internationale
The New York Times

ECONOMIA
Mercado
Folhainvest
Indicadores
MPME

OPINIÃO
Editoriais
Blogs
Colunistas
Colunistas convidados
Ex-colunistas
Tendências/Debates

ESPORTE
Esporte
Basquete
Seleção brasileira
Surfe
Tênis
Turfe
Velocidade
Vôlei

CIÊNCIA
Ciência
Ambiente

SAÚDE
Equilíbrio e Saúde

Tec

F5
Bichos
Celebridades
Colunistas
Fofices
Televisão

Fotografia
Horóscopo
Infográficos
piauí
Turismo
Minha História

TV FOLHA
TV Folha
Ao Vivo

CLASSIFICADOS
Carreiras
Morar
Negócios
Veículos

PAINEL DO LEITOR
Painel do Leitor
A Cidade é Sua
Envie sua Notícia

ACESSE O APLICATIVO PARA TABLETS E SMARTPHONES

Copyright Folha de S.Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folhapress (pesquisa@folhapress.com.br).